

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de História

T.C.
S. 9/c)
3641

**Centro de Documentação Popular:
memórias e histórias, sonhos e utopias
(Uberlândia, 1985-1995).**

AMANDA MARQUES ROSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Centro de Documentação e Pesquisa em
-história - CDH
Campus Stº Mônico - Bloco 1Q (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº
Cep 38400-002 - Uberlândia - M. G. - Brasil

AMANDA MARQUES ROSA

**Centro de Documentação Popular:
memórias e histórias, sonhos e utopias
(Uberlândia, 1985-1995).**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação da Profa. Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos.

Uberlândia, Janeiro de 2008.

AMANDA MARQUES ROSA

**Centro de Documentação Popular:
memórias e histórias, sonhos e utopias
(Uberlândia, 1985-1995).**

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Regina Ilka Vieira Vasconcelos

Prof. Dr^a. Marta Emisia Jacinto Barbosa

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida

Dedico este trabalho aos meus pais, João Batista e Divina, e a meu irmão, Alberto, que sempre estiveram comigo nesta caminhada, me ensinando a prática sublime do amor.

Dedico ao pequeno Érick que sempre levarei em minhas lembranças mais doces, seus olhos de candura.

Agradecimentos

A Deus que nos abençoa a cada dia e renova em nosso ser o sentimento e certeza de que sempre estará ao nosso lado, nos trazendo coragem, força e paciência em todos os instantes difíceis, felizes, fáceis e tristes da caminhada.

À minha orientadora, Professora Regina Ilka, pelos momentos de discussão tão produtivos em que demonstrou o valor do trabalho compartilhado, apontando erros e acertos, sempre com dedicação e paciência, ao expressar, em sua prática docente e no trabalho de orientação, o ato tão rico de significados de ser educadora.

A meu padrinho José Roberto, que sempre se mostrou agente agregador, com palavras e ações de apoio, sempre me encorajando ao longo dessa caminhada, com muito carinho.

À Dona Lázara (in memorian) que me abriu as portas de seu lar, oferecendo-me sua amizade, seu carinho e a alegria. Agradeço à Suzana, ao Wellington, ao Luan e ao Lucas pelo carinho e amizade, ao compartilhar comigo os momentos felizes e tristes que passamos juntos.

A minha família que sempre ajudou ao longo da jornada: minhas avós Marcelina e Diva (in memorian), e avôs Abadio e Antônio (ambos in memorian), à querida Luzia pelo carinho constante, enfim a todos que sempre acompanharam e me apoiaram.

Aos amigos que fiz durante estes últimos cinco anos: Tadeu por sua prestatividade, exemplo e companheirismo. Vilmere que me trouxe um lindo “presente”, minha afilhada Amanda. Luciana, Henrique, Ana Flávia, Eliete, Francielle, Christiano, Carol, Flor, em suma todos que comigo compartilharam suas amizades e discussões produtivas.

Aos amigos que fiz no CDHIS: Poliana, pelo sorriso sempre alegre e as palavras de apoio, Jaqueline e Jhenenffen pelo carinho, pelas experiências e aprendizagem que vivemos juntas. À Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima, pela grande contribuição em termos de discussões e oportunidades que sinalizaram outras possibilidades. Aos colegas do projeto “Tempo Espaço e Vivências: Construindo História(s) de Uberlândia – Livro do Professor” pelas ricas discussões: Edeílson, Cristiane, Sérgio Daniel, Nilza e todos os demais. À equipe de técnicos que para além dos ensinamentos mostraram o grande valor da amizade: Ivanilda, Marta, Maucia e Velso.

À equipe de técnicos administrativos do Instituto de História – Luciana, Gaspar, Maria Helena e João Batista – pela amizade e dedicação em nos atender, e pelos momentos felizes compartilhados.

A Ronan e a Aléxia que gentilmente conversaram comigo deixando aflorar suas memórias, diante de meu gravador. O registro oral muito contribuiu para as reflexões aqui presentes, sem as quais o trabalho não teria os significados importantes que a ele foram agregados.

Aos amigos que encontrei na Escola Municipal Boa Vista: Rosângela e Adriana pela compreensão e grande contribuição no momento mais difícil da conclusão do curso e pelo carinho e amizade dedicados a mim, Darcilene, pelos momentos felizes e pela boa amizade constituída, Ivanez pela atenção, carinho e amizade, Viviane, Magda, Gleomar, Marcinha, Maria, Irani, Rildo, enfim a todos os meus colegas de serviço. Aos alunos que com suas experiências e vivências fazem de cada dia de trabalho um momento rico de aprendizagem.

A minha querida amiga Maria Cristina, que sempre trarei em meus pensamentos, pelos momentos felizes que passamos juntas, pelas discussões que tanto contribuíram para meu crescimento.

Às minhas amigas Lílian e Luciana que compartilharam, com muita paciência, dando conselhos e ouvindo desabafos, os momentos de angústias da pesquisa e escrita do trabalho, demonstrando a beleza da boa amizade construída cotidianamente.

A todos os amigos. Sem eles a caminhada teria sido insuportável.

A todos que contribuíram diretamente e indiretamente para realização deste trabalho, para minha formação pessoal e profissional, com os gestos de maior dedicação e apoio que uma pessoa pode receber.

Lemos para esquecer e também lemos para não esquecer. Escreve-se para esquecer, e o efeito da escritura é fazer com que outros não esqueçam. Escreve-se para lembrar, e amanhã outros vão ler essa lembrança. Esquecimento e lembrança, essa oscilação permanentemente produzida por impulsos contrários: escrever para que se fique sabendo/apagar marcas, sinais, rastros, disfarçar o presente, a pessoa, os sentimentos.

(Beatriz Sarlo, 1977)

Sumário

Resumo	9
Introdução	10
Capítulo 1 – A Formação do Grupo: sonhos projetos e necessidades.....	20
1.1- A formação do grupo: que universidade queremos?	20
1.2 - Preservação e Intervenção: ir aonde o povo está.....	31
Capítulo 2 – A organização do CDP	48
2.1- Como vão chegando os materiais.....	48
2.1.1- Formação: de direções e trabalhadores	48
2.1.2- Informação: a rede de contatos.....	67
2.1.3- Preservação: preservar a memória “dos de baixo”	76
2.2- A tentativa de institucionalização	83
2.2.1- O estatuto	83
2.2.2- A sede.....	86
Capítulo 3 – A dissolução do Centro e a constituição da Coleção CDP	89
3.1- Até onde vai o grupo CDP?	89
3.1.1- Problemas e dificuldades.....	89
3.1.2- A dissolução do CDP	94
3.2- O CDP no CDHIS	98
3.2.1- A organização: a Coleção CDP	98
3.2.2- A reorganização da Coleção.....	103
Considerações Finais	107
Fontes	115
Bibliografia.....	117

Resumo

Esta pesquisa discute a formação do Centro de Documentação Popular (CDP) na década de 1980, na cidade de Uberlândia. Esta ação surgiu de um grupo de professores e alunos da Universidade Federal de Uberlândia, que sentiram, dentre outras necessidades, a de constituir um acervo que referenciasse a memória “dos de baixo”, que trouxesse voz “aos silenciados”. Realizada a fundação do CDP, o desafio do grupo foi se estabelecer. Nesse intuito, se aproximaram dos sindicatos e logo expandiram as ações do Centro, agregando à função da “preservação”, as funções da “formação” e da “informação”. Transformou-se em centro de apoio e documentação.

Da necessidade em constituir um acervo “popular”, a ação transformou-se em projeto. Constituiu-se um grande acervo diversificado em seus materiais e nas experiências ali contidas pela conservação dos suportes das suas memórias. Envolveu grande número de pessoas, entidades sindicais, movimentos populares, em suma, sujeitos históricos que encamparam essa necessidade enquanto projeto de intervenção na sociedade capitalista, a fim de romper com as desigualdades e fundar uma sociedade socialista. A partir da leitura e entrecruzamento das fontes produzidas pela secretaria do Centro, dos trabalhos produzidos sobre o CDP e das entrevistas orais feitas com dois ex-membros do Centro, explorei as contradições existentes no grupo e em sua proposta de mudança da sociedade, nas articulações estabelecidas para generalização de seu projeto, de seus sonhos e utopias.

Alto a essa discussão, minha experiência com este acervo, hoje uma coleção que está sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa em História –CDHIS/UFU. Nesse sentido, trouxe as inquietações que iam surgindo durante meu contato com a referida documentação: por que constituir um acervo popular? Quem era esse “popular”, no caso, os agentes de diálogo? Quem financiava? Quem se envolveu e por que se envolveu? Quais os interesses gestados naquela sociedade que impeliam os envolvidos a tal ação? Qual memória queriam forjar? Norteiam a pesquisa as discussões historiográficas que abordam as categorias: memória enquanto campo de embates; história como experiência coletiva e múltipla; passado enquanto processo aberto e não cristalizado; e sujeitos entendidos como seres dotados de potência.

Introdução

O interesse em desenvolver uma pesquisa sobre o Centro de Documentação Popular (CDP) surgiu do meu contato com a imensa quantidade de fontes reunidas na coleção CDP, que hoje está sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/UFU). O contato com este acervo produziu em mim questionamentos sobre os motivos que levavam um grupo de professores e alunos da UFU a se unir para a constituição de um centro de documentação popular.

A partir destes questionamentos comecei a formular hipóteses sobre os interesses que se concretizavam em ações daqueles agentes históricos. Neste momento de questionamentos e formulação de hipóteses, pensava (ou mesmo idealizava) que tais agentes se preocuparam em constituir um acervo documental das fontes produzidas pelas “classes populares”. Logo, partia do entendimento de que os interesses vinham de uma consciência, por parte dos idealizadores do Centro, de que naquela sociedade não havia acervos populares e que, portanto, era necessário constituí-los.

O diálogo com as fontes revelava certas peculiaridades desta união. Essas peculiaridades foram surgindo e evidenciando outras possibilidades à primeira hipótese com a qual a pesquisadora parte para sua pesquisa. Outros caminhos se apresentam ao indagarmos as fontes, no procedimento historiográfico, quando o historiador coloca em diálogo teoria e evidência na busca por recuperar o movimento a contradição¹. Isto porque partia da concepção de que o CDP tinha sido formado com a preocupação de constituir um acervo que daria conta da conservação e preservação das fontes referentes às classes entendidas como “dominadas” entre as décadas de 1980-90. No entanto, à medida que a pesquisa foi se desenvolvendo, essa hipótese foi repensada, pois fui percebendo as várias injunções históricas que propiciavam a constituição do CDP, onde a busca de outras fontes de pesquisa por parte de professores e alunos da UFU era apenas uma dessas injunções.

Pude ver que aquele grupo se preocupava, sim, em constituir um acervo popular, mas não só com o interesse em fomentar a criação de instituições de guarda de memórias, mas também constituir um mecanismo de intervenção nas estruturas daquela

¹ Ver VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios). p. 44.

sociedade. Percebo isto como resposta a toda situação social e política do país, onde os sujeitos queriam alterá-la. No decorrer da pesquisa e na busca de suporte teórico, percebi ser esta empreitada um projeto alternativo de sociedade entre os vários projetos que estavam em disputa nas décadas de 1980 e 1990. Desse modo, era um projeto que respondia a várias questões e problemáticas vivenciadas por aquelas pessoas que se envolveram com a constituição do Centro de Documentação Popular em 1985, ou seja, não tinha apenas uma preocupação, como hipotetizava no início.

Outro aspecto que chamava a atenção para trabalhar este tema era o modo como entendia o papel dos arquivos em nossa sociedade. Nesse sentido, me perguntava sobre o porquê de se preservar a memória das nossas experiências: Como buscamos organizar toda documentação que produzimos? O que selecionamos desta produção e o que descartamos? Diante da minha experiência enquanto estagiária no CDHIS², durante os momentos de discussão, tentava estabelecer alguma relação entre estas questões que se colocavam a mim, no presente, e aquela experiência vivida na década de 1980 por aquele grupo que constituiu o CDP. Pensava nas dificuldades do trabalho em arquivo (metodologia de acondicionamento e identificação, seleção, separação, catalogação, em suma, todos os recursos materiais e humanos que são mobilizados para a constituição e o bom andamento do procedimento arquivístico) e ponderava sobre o modo como aquele grupo se organizou para constituir um acervo tão variado e amplo.

Ao conversar com duas pessoas envolvidas com a experiência de constituição do CDP, Ronan Hungria e Aléxia Pádua Franco, eles falaram da metodologia deles, desenvolvida ali no calor dos acontecimentos, diante de necessidades que surgiam a cada etapa de existência do Centro, o que revela as possibilidades encontradas: o que deve ser feito no procedimento arquivístico e o que tem condição de ser feito. No entanto, as pessoas envolvidas não deixaram de dar prosseguimento ao processo de constituição do Centro devido a tais possibilidades restritas. Ao contrário disso, eles

² Desenvolvi estágio no CDHIS por dois anos, entre o segundo semestre de 2004 e primeiro semestre de 2006, nas áreas de arquivo e de restauro oferecidos pelo Centro aos alunos interessados em ampliar seus conhecimentos em outras áreas afins do Curso de História. Pude participar do projeto “Memória Histórica: Preservação e Ação Pedagógica”, financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Ensino de Graduação (PIBEG) da UFU, entre agosto de 2005 (segundo semestre/05) e junho de 2006 (primeiro semestre/06). O projeto foi coordenado pela Professora Dr^a. Maria de Fátima Ramos e Almeida. Foram selecionados quatro bolsistas, sendo três alunos/as do Curso de História - Amanda Marques Rosa, Jheneffen Suênia Silva e Lourival Magalhães Cardoso e uma aluna do Curso de Artes Visuais - Lindalva Ferreira de Freitas. Coube a Amanda e Lindalva a organização da Coleção CDP e aos outros dois, a Coleção Olivía Calábria. Este projeto tinha como um dos objetivos organizar duas coleções do CDHIS, sendo o CDP uma delas.

continuaram com o trabalho de recebimento de materiais, criando sua própria metodologia. Para isso buscaram informações em outros centros de memória, criaram uma ampla rede comunicação e permuta com tais instituições e, portanto, foram constituindo uma metodologia própria, calcada na experiência cotidiana.

Ainda penso como constitutiva desta ação – a formação do CDP - a ampliação de temáticas de investigação da cultura na perspectiva da História Social que se expandia na década 1980 em nosso país. Diante desta ampliação de temas que abordassem outros sujeitos - aliados da historiografia tradicional – fazia-se necessária a constituição de órgãos que preservassem os suportes da memória destes grupos. De acordo com Déa Ribeiro Fenelon:

(...) por criticar a história construída de cima para baixo, História Social coloca ênfase em outros sujeitos, que não reis, políticos ou parlamentares, como capazes de fazer a História, sem transformá-los outra vez em novos vilões e novos heróis. Mais preocupada com processos coletivos, com grupos voltados para interesse geral, consegue trabalhar na direção da democratização da História podendo, em algumas variantes, enfatizar concepções que busca explorar as contradições de classe como suposto de suas análises.³

Era preocupação da historiografia da História Social dar visibilidade aos temas do debate político de seu tempo histórico, trazendo como objeto de análise a diversidade de sujeitos – os de baixo, os homens comuns que não tinham visibilidade na cena histórica -, porém com o mesmo rigor metodológico do conhecimento histórico. Como evidencia Déa Fenelon, a História Social assumia um papel subversivo dentro daquela sociedade recém saída da ditadura militar.

Entretanto pela constante atração da História Social por temas do debate político presente, pelas tentativas de se preocupar com a vida real mais que com as abstrações, por ver a 'história de baixo' mais que a partir dos dominantes e tratar a experiência ou as vivências mais que os eventos sensacionais, pela possibilidade de maior identificação e empatia com o passado, pela relação intimista que estabelece com os sujeitos históricos, por tudo isto, enfim, estas perspectivas se tornam o referencial teórico a que aderiam inúmeros historiadores. Poder-se-ia mesmo dizer que para poder desempenhar seu papel potencialmente subversivo a História Social tem que ser muito mais perturbadora nas investigações, sempre carregadas de incertezas, inseguranças e fragilidades como na certa é o nosso presente e por isto mesmo um constante desafio pra os que a ela se dedicam.⁴

³ FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992. Ver p.14.

⁴ FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p. 73-90, 1993. Ver p.80.

De acordo com esta perspectiva de perceber e produzir o conhecimento histórico, o que pretendemos é partir de nossas análises sem perder de vista os sujeitos e suas práticas sociais em sua diversidade. É entender tais práticas como carregadas de significados dentro de um contexto mais amplo. E isto compete ao historiador realizar em seu ofício na leitura das fontes que selecionou para abordar seu objeto de pesquisa. Abordar temas ligados aos “de baixo” significa reconhecê-los *como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras(...)*⁵. Proceder assim rompe com a visão de tratar estes sujeitos como vítimas (passivos), incapazes de imprimir resistência à dominação, e nega maniqueísmos que em nada contribuiriam para o reconhecimento de suas lutas⁶. O que pretendemos aqui é analisá-los em suas lutas cotidianas – ora sofrendo a dominação, ora impondo resistência, num processo de disputa pela hegemonia – evidenciando o caráter contraditório do processo histórico.

Para realizarmos esta análise, partimos de uma concepção de História enquanto processo aberto, ou seja, onde a relação presente/passado se apresenta a nós como forma de conhecimento de experiências sociais coletivas que ainda hoje nos indagam a partir de nossas vivências pessoais e sociais de nossa época. Esta relação é, a nosso ver, uma relação ampla e aberta, pois sempre recorremos ao passado na busca de encontrarmos respostas às questões colocadas pelo presente. O passado se apresenta a nós como algo vivo e não como mero testemunho superado⁷.

Desse modo, hoje, ao repensarmos a constituição do CDP, vemos o quão importante foi para todos os sujeitos que nele atuaram. Sejam aqueles que trabalharam na sua idealização e formação, sejam aqueles que por ele foram passando ao longo de sua existência enquanto centro de documentação ou enquanto coleção, hoje acolhida no CDHIS. Todos estes sujeitos – idealizadores, militantes, entidades organizadas e não organizadas, movimentos sociais, estudantes, professores – que lutaram por deixarem

⁵ FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. Op. cit. p. 13.

⁶ Ver DAVIES, Nicholas. As camadas populares nos livros de História do Brasil. In PINSKY, Jaime (Org.) *O ensino de história e a criação do fato*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensado o ensino). *Uma história a serviço das camadas populares não é necessariamente uma história que fale bem delas e as coloque no altar da veneração. Essa história precisa buscar a aproximação possível do real, ainda que tal aproximação não conduza ao enaltecimento do povo*. p. 95.

⁷ PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992. p.25.

vivas as multiplicidades de memórias contidas naquele acervo, e de alguma forma compartilharam suas experiências, bem como se engajaram na luta por fazer dele um mecanismo de resistência, de participação no processo social mais amplo, e de reavivamento de múltiplas memórias.

É isto que confere à preservação destas fontes documentais o caráter de importância, haja vista que possibilita o contato com outras histórias. A preservação se torna importante não só para o público pesquisador, mas também se constitui em fonte de reflexão sobre o fazer, proporcionada aos movimentos sociais, quando colocados em contato com o que produziram. Dessa forma, entendo o trabalho com o CDP um instrumento capaz de promover o reconhecimento, por tais grupos, de suas histórias e de seu passado, os quais são, como afirma Maria Célia Paoli, *coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas*.⁸ Sendo assim, percebemos que a preservação da memória popular - aqui entendida como experiências diversificadas e múltiplas - é um instrumento para o exercício da cidadania, por isso também cabendo ao historiador participar *reavivando lembranças e narrativas de sujeitos excluídos e dissidentes*, como defendem Déa Fenelon, Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto.⁹

Outro aspecto que caracteriza a preocupação em constituir entidades de preservação da memória é, a meu ver, a preocupação, cada vez maior em nossa sociedade capitalista, voltada para o consumo e ao desejo incessante pelo novo, em constituir raízes, isto é, estabelecer laços tanto com o futuro quanto com o passado, que possibilitem às pessoas terem referenciais concretos no presente.¹⁰

Cabe aqui destacar que tivemos contato com a coleção CDP por meio do projeto “Memória Histórica: Preservação e Ação Pedagógica”, enviado ao Programa

⁸ PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. Op. cit. p.25.

⁹ FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água. 2004. p 06.

¹⁰ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999. p. 11-29. *A memória está em voga não só como tema de estudo entre especialistas. Também a memória como suporte dos processos de identidades e reivindicação respectivas está na ordem do dia. Estado (principalmente por intermédio de organismos documentais e de proteção ao patrimônio cultural), entidades privadas, empresas, imprensa, partidos políticos, movimentos sindicais, de minorias e de marginalizados, associações de bairro, escolas, e assim por diante, todos têm procurado destilar sua auto-imagem - mais raramente e com dificuldade a da sociedade como um todo*. p.12. A reflexão do autor nos possibilitou entender a preocupação em constituir acervos, porém não compartilhamos de seu entender sobre a memória como algo que possa ser recuperado, guardado, por isso preferimos o termo “reavivar” essas memórias por nos identificarmos com as experiências destes sujeitos.

Institucional de Bolsas de Ensino de Graduação (PIBEG) da Universidade Federal de Uberlândia, entre agosto de 2005 (segundo semestre/05) e junho de 2006 (primeiro semestre/06). Foi a partir de então que tive a oportunidade – ao ser contemplada com bolsa – de realizarmos o estágio no CDHIS, onde pudemos adquirir técnicas de organização e preservação de fontes documentais, do acervo do CDHIS/UFU.¹¹

O trabalho no CDHIS, com a coleção CDP, nos deu a oportunidade de repensar o que é documento e qual a sua importância para a sociedade, ao se constituir espaço de reflexão sobre a preservação da memória social. Sendo assim, “memória” e “documento” se apresentam como uma *dimensão fundamental da cidadania (...) capaz de associar nosso papel profissional com a dimensão política de nosso trabalho*.¹²

Deixamos de conceber o documento apenas como fonte de pesquisa, ou como instrumento de trabalho para o historiador. O documento se torna, para nós, fruto das relações sociais. É, como afirma Le Goff, *produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder*.¹³ Assim, o documento ganha outros sentidos como suporte da memória, capaz de revelar aos grupos sociais que o produziram, sua história e sua atuação nos processos de resistência à dominação.

Neste sentido, constitui também nosso suposto teórico o entendimento do papel ativo da arquivística em um mundo cada vez mais preocupado em constituir acervos documentais, como mecanismo de registro de memórias, tradições, histórias. Isto, a nosso ver, é trazer para a discussão aquela proposta da História Social, de trazer à cena os diversos sujeitos e suas práticas. Ainda podemos afirmar que a prática da arquivística e da preservação de documentos constitui também movimento de uma cultura, pois contribui para o rememorar dessa cultura, isto é, para produzi-la, na medida em que compõe memórias. Ao partirmos dessa concepção, acreditamos valorizar e dialogar com tais sujeitos que compuseram o CDP. Acreditamos que esta prática é mais uma forma de socializar nosso aprendizado com os movimentos sociais, oferecendo-lhes – por meio da conservação de fontes documentais que mostram parte das suas histórias – um instrumento que lhes possibilitem a afirmação da memória popular. A nosso ver, se faz

¹¹ Este projeto foi coordenado pela professora do Instituto de História, Profa. Dr^a. Maria de Fátima Ramos de Almeida, a qual foi coordenadora do CDHIS no período entre 2002 e 2006.

¹² CUNHA, Maria Clementina Pereira. Patrimônio histórico e cidadania: uma discussão necessária. In. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992. p.11

¹³ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. V.1, Memória e História. p. 30

necessário esta afirmação para que se evidencie a História como um processo conflituoso, onde os diversos atores revelem suas vivências plurais.

Neste sentido, desenvolvemos nossa reflexão tentando mostrar o quanto importante é a recuperação de fontes documentais como mais um instrumento capaz de aproximar os sujeitos que as produziram das suas tradições e lutas coletivas, empreendidas na busca pela participação nos processos sociais e políticos, bem como na construção de um tempo e espaço coletivos, em suma, da cultura, a qual é em si diversa. Entendemos que isto é possível porque o contato com o que foi produzido no passado proporciona a auto-reflexão a tais grupos, que podem, a partir de então, reafirmar práticas passadas, contestá-las ou modificá-las. Isso a nosso ver é possibilitar aos grupos – que não conseguem preservar os suportes de suas memórias – o reconhecimento de seu papel transformador em nossa sociedade.

As fontes utilizadas nesta pesquisa, para além do contato com a maioria dos materiais acervados pelo grupo idealizador, que possibilita um olhar mais amplo visualizando os agentes de diálogo do referido grupo, foram: informativos produzidos pelo grupo CDP; algumas correspondências do Centro; duas entrevistas orais feitas com dois membros do CDP (Ronan Hungria e Aléxia P. Franco); as monografias de Aléxia P. Franco “A sobrevivência da memória popular” e Leila Almeida “Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões”¹⁴.

Cabe ressaltar que o uso das referidas monografias se deu no sentido de analisar a experiência das duas autoras com o Centro. No caso de Aléxia, procurei entender os significados apontados por ela sobre sua vivência naquele projeto que se constituía na década de 1980, tentando compreender as nuances do processo de afirmação do Centro. Procurei, em seu trabalho, os apontamentos de uma historiadora que também foi agente do processo de afirmação do CDP. Nesse sentido, seu trabalho muito contribuiu para minha pesquisa, pois possibilitou compreender os anseios e expectativas que se formavam dentro da academia, nos movimentos sociais, entre militantes de diversas categorias. Aléxia discute a preocupação com a preservação da memória, evidenciando perspectivas e concepções referentes aos interesses que nasciam nas décadas de 1980-90, em torno da memória popular. Atrela essa discussão à experiência do CDP,

¹⁴ FRANCO, Alexia P. *A sobrevivência da memória popular*. 1990. Monografia (Bacharelado)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1990; e ALMEIDA, Leila. *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões*. 1995. Monografia (Bacharelado)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 1995.

apontando como se dava a divulgação da memória popular e as dificuldades presentes na sua preservação, no contexto nacional e específico na cidade de Uberlândia. A partir da análise de seu trabalho, em contraponto com os outros registros utilizados, pude traçar minha interpretação sobre como surgiu, atuou o CDP e como se deu sua dissolução.

Já o trabalho de Leila Almeida possibilitou entender o interesse que o acervo produz em outros agentes, o que entendo como uma segunda fase do CDP, quando a referida autora (à época, aluna do curso de História da UFU), em conjunto com o então graduando Robson Laverdi, orientados pelo Professor Paulo Roberto de Almeida, do curso de História, elaboraram projeto e fizeram a organização do acervo CDP (agora enquanto uma coleção) doado ao Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS/UFU). Ela se utiliza do trabalho de Alécia para compreender o surgimento e dissolução do CDP. Leila Almeida, em seu trabalho monográfico, aponta as necessidades, as demandas e expectativas existentes na década de 1990 que os levavam a se interessar em organizar tal coleção. Faz um relato da sua experiência com uma nova abordagem sobre a preservação da memória. Através de seu trabalho, foi possível compreender os sentidos e critérios utilizados para a organização da coleção.

Em meu trabalho, traço minha interpretação tentando colocar em diálogo os diversos agentes envolvidos com o acervo, nas suas diferentes fases, apontando as diferentes perspectivas de envolvimento com o acervo, inclusive o meu, ainda que também assumo o caráter de relato da minha experiência com o CDP. Ao analisar as condições de surgimento e dissolução do Centro, busquei outros registros para além daqueles utilizados por Leila e Alécia, como, por exemplo, as correspondências e os documentos orais, o que me possibilitou compreender a diversidade de interesses presentes para sua constituição e as dificuldades que o levariam à dissolução.

Ao pensar a segunda fase do CDP, na sua tentativa de reimplantação, pude comparar as duas experiências: a do acervamento e a da sua organização no CDHIS. O que tornou possível entender os diversos usos da memória; sua apropriação e reelaboração por novos agentes, ou seja, o uso da memória para se produzir outras memórias acerca de sujeitos históricos que são alijados dos processos de preservação e seus suportes.

Meu ponto de partida para este trabalho é pensar o papel que os arquivos assumem em nossa sociedade, e a partir de então problematizar aquilo que meu referencial teórico chamava a atenção para entendermos: a memória enquanto campo de dominação e resistência, ou seja, conflituoso. Nesse sentido, uso os trabalhos de Aléxia e Leila para entender a produção de memórias, considerando as leituras diferenciadas de cada autora a partir das questões colocadas por cada momento histórico.

O trabalho monográfico que apresento é dividido em três capítulos. No primeiro capítulo “A formação do grupo: sonhos, projetos e necessidades”, discuto como se deu a formação do grupo: quais os interesses que os uniam em torno do projeto de constituição do CDP, as necessidades existentes no meio acadêmico e na sociedade que os levaram a se unir, e posteriormente a crítica a uma universidade distante, ilhada em seus muros. Procurei evidenciar a concepção do grupo a partir da sua leitura de sociedade, na qual apontavam as desigualdades sociais, e por isso traçavam um projeto alternativo: a formação de um centro de documentação popular que preservasse as fontes referentes às classes entendidas, na década de 1980, como “dominadas”. No diálogo com as fontes, procuro reavivar a diversidade de interesses presentes nesse projeto, tanto por parte de quem se unia ao projeto, quanto por parte entidades que com o CDP se articularam.

No segundo capítulo “A organização do CDP”, aponto como foram chegando os materiais, a partir do tripé formação/informação/preservação. Esse tripé evidencia como o grupo se articulava com seus agentes de diálogo, o que privilegiava em sua atuação. Para isso problematizo os registros contrapondo as entrevistas, os informativos, correspondências e a monografia de Aléxia, deixando aflorar as contradições inerentes ao projeto. Evidencio como traçaram seu projeto, fizeram articulações com sindicatos, movimentos sociais que despontavam em suas lutas cotidianas e com entidades de memória. Estabelecidas estas articulações, fizeram propostas de mudança na ordem vigente.

Em um determinado momento, a proposta ultrapassa a constituição de centro de memória e ganha ares de centro de apoio e formação de trabalhadores e militantes sindicais, visando à constituição de uma sociedade socialista e democrática. Nesse momento, o grupo procura a institucionalização através da elaboração de um Estatuto e de conquista de uma sede própria, como possibilidade de se estabilizar e consolidar o Centro, porém o foco deixa de ser a formação e se volta para a preservação, mas os

recursos se tornam escassos. Assim sendo, o tripé perde um de seus pés e então não mais se afirma.

No terceiro capítulo “A dissolução do Centro e a constituição da coleção CDP”, abordo como as dificuldades que surgiram não foram contornadas, levando o Centro à dissolução, e toda documentação é doada ao CDHIS. Nesse momento, outras necessidades e possibilidades são apontadas na história do CDP, e então novas expectativas nascem em relação ao acervo, que passa a cumprir outra função: compor uma coleção em um centro de documentação universitário, suscitando novas possibilidades

Ao discutir o processo de organização do CDP, agora na forma de coleção, dividida em linhas temáticas, descrevo em linhas gerais a tipologia dos materiais que compõem cada linha, e que foram acervados pelo grupo idealizador. Aqui, torna-se possível entrecruzar as experiências e repensar sobre o que foi preservado na primeira fase, e como foi organizado na segunda fase, percebendo a produção de memórias em diferentes tempos e espaços, por diversos sujeitos.

Capítulo 1

A formação do grupo: sonhos, projetos e necessidades

1.1- A formação do grupo: que universidade queremos?

O Centro de Documentação Popular (CDP) foi criado em 1985 em Uberlândia a partir do trabalho de recuperação de documentos relativos aos movimentos populares e à classe trabalhadora, em geral. Esta experiência foi decorrente da preocupação de um grupo constituído por professores do Departamento de Filosofia e alunos do curso de História da UFU. De acordo com os registros (cartas, jornais produzidos pelo Centro, folders, monografias e entrevistas orais) por mim analisados durante a pesquisa, o grupo queria preservar a memória e constituir acervos que trouxessem à tona outros sujeitos, “os de baixo” as classes oprimidas, tendo em vista questões suscitadas pela expressão de descontentamento dos vários movimentos sociais na década de 1980, na busca pela intervenção nos processos políticos e sociais do país.

Na fala de um de seus idealizadores, Ronan Hungria, à época estudante do curso de História da UFU e militante político de esquerda da cidade de Uberlândia, podemos perceber as marcas de descontentamento daqueles que estavam dentro da universidade, tanto em relação à situação política e social do país, quanto em relação à própria questão de constituição de objetos de pesquisa que se referissem aos “excluídos da História” e subsidiassem pesquisas relativas a estes grupos que disputavam seu espaço naquela sociedade. Ao indagá-lo sobre como se deu a constituição do CDP, ele argumenta:

O CDP veio no contexto da... 'textos e contextos', né, olha só que bacana! Veio numa discussão de... numa transição da ... ditadura militar para a construção do Estado democrático burguês. E... nesse momento há o que o Emir Sader, acho que é ele, disse pra nós dos novos atores em cena, né. Há uma discussão crítica em relação à ortodoxia stalinista, uma crise dessa relação... do que foi utopia em [19]17. Há um processo de deterioração e isso acaba batendo no Brasil. E há uma crise também ao capitalismo periférico, que no Brasil... Então os diversos movimentos sociais vão surgir nesse contexto. E o CDP vem aí como uma perspectiva de trazer formação e informação, preservar a memória desses... dos de baixo, digamos assim. Desses trabalhadores. E aí ele começa por iniciativa de pessoas, indivíduos (...) E aí é uma parceria. (...)
E eu encontrei um professor que vinha da UNICAMP, um nordestino, inclusive trabalha aqui hoje. Chama Cícero. (...)
Encontrei ele um dia articulando, “p” da vida. Havia um questionamento muito grande Qual que é o papel da Universidade, além dos muros, além de reproduzir as relações? O quê que nós poderíamos estar fazendo? Então, a gente entrou assim: ah, então vamo, espera aí, vamo aonde o povo está. E aonde o povo está é fora da Universidade, geralmente, né? Que hoje mudou este contexto, né?, mas,... E aí nós... Eu já vinha de um movimento de militante social, lá pelos idos de 79, 80, Eu participei da reconstrução da União dos

Estudantes Secundaristas de Uberlândia. Então, assim, nós reconstruímos a UESU. Foi fechada. (...)
É... tem um punhado de projetinhos, de sonhos e planos, digamos né? (...) De coisas, que me parece de outro mundo, né? Exóticas! (...)
Não sei... de outras necessidades. E aí, eu sei que, ... me envolvi com isso, me apaixonei pela idéia [corte na fita]. Classe trabalhadora. Ajudei a fundar a CUT, em Uberlândia. [corte na fita]. Era um projeto. Movimento estudantil, sindical, partidário. Acesso aos códigos dominantes, né? Só que eu não fiz o meio termo. Que geralmente você aprende a dominar. Sai de baixo. Aquela historinha. Menino pobre que venceu na vida... biriri bororó. Depois de opressor a oprimido. Que é o que acontece, né? (...)
E aí nós ajudamos a construir então a nova sociedade civil. Esses novos atores. Foi quando as pessoas mexeu nessa estrutura: de fazer oposição sindical, montar partido, montar central, montar o CDP, reconstruir UESU. E aí nós entramos nesse contexto. E ele é sedutor, porque você faz ele e ele faz você. Porque você 'tá vinte quatro horas e meia, com seu cérebro, né. Você via referências nacionais, né? ¹⁵

A fala de Ronan nos remete à conjuntura social da década de 1980, que era a luta por uma sociedade democrática, mais justa, onde os diversos grupos pudessem ter maior participação no campo político. Em sua fala, podemos perceber como os sujeitos sociais queriam alterar aquela sociedade, ao mesmo tempo queriam ser vistos, ter voz, em suma se reconhecer e ser reconhecidos enquanto agentes do processo histórico. Isto fica evidente quando o depoente toma para si o papel ativo de sua ação, ou seja, alguém que interferiu naquela “estrutura” social, por meio daquilo que chamou de acesso aos *códigos dominantes*.

Nesse sentido, a constituição de um centro de documentação popular revela a latência dos vários grupos que queriam constituir uma sociedade democrática e garantir a tão em voga cidadania. O CDP se mostrava para estes sujeitos um instrumento de luta pela cidadania, por meio da formação de um acervo que preservasse suas memórias e se constituísse mecanismo de intervenção naquela sociedade. Isto nos remete à fala de Paoli, quando esta discute a construção de uma política patrimonial que valorize o patrimônio coletivo como dimensão básica da cidadania. A referida autora nos oferece suporte teórico para refletirmos sobre a construção de novos horizontes historiográficos que ressaltem a luta de grupos que disputavam espaços sociais na cena histórica para ter seus desejos e projetos sociais reconhecidos. Grupos que não têm acesso aos códigos dominantes – como aponta a fala de Ronan – ou seja, perderam a visibilidade de suas

¹⁵ Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

ações, mas nem por isso deixam de impor resistências à hegemonia e suposto triunfalismo das classes dominantes.¹⁶

A fala de Ronan elucidada sobre tais projetos sociais em disputa que evidenciavam a articulação dos diversos movimentos – sindical, estudantil, partidário – ao se concretizarem em reconstrução da UESU, constituição do CDP, fundação da CUT, fortalecimento de partidos de esquerda em Uberlândia. Tudo isso nos remete à resistência de grupos que se uniam para fazer florescer suas lutas, ligados por interesses que entendemos ser interesses de classe, em um momento onde tais disputas fervilhavam naquela sociedade, evidenciando a pluralidade e diversidade da mesma, ao mesmo tempo em que contrariavam políticas públicas homogêneas, as quais desfavorecem a diversidade e pluralidade do social.

A constituição de um Centro de Documentação Popular é percebida por nós enquanto um projeto encampado por professores e alunos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) a partir de uma leitura daquela sociedade, feita por estes agentes históricos, os quais propunham mudanças nas bases desta sociedade e naquele momento histórico. Cabe destacar que teço minha interpretação sobre a formação do CDP em constante diálogo com os diversos sujeitos sociais que nele atuaram, seja por meio dos estudos realizados sobre o CDP (monografias, artigos, projetos de organização da coleção), seja por meio daqueles que têm suas experiências registradas nas fontes que compõem o acervo, ou ainda pelas entrevistas com alguns destes sujeitos (documentos orais). Acredito ser papel do historiador desenvolver suas pesquisas de modo a reavivar as lembranças dos diversos e múltiplos sujeitos que estão presentes na cena histórica, e, por assim acreditar, quero dialogar com estes múltiplos agentes que compõem o CDP.

É neste sentido que recorro ao trabalho de Leila Almeida¹⁷, que analisa o processo de constituição do referido acervo e relata sua experiência de organização de

¹⁶ Ver PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992, p. 25 - 29. *Ela [a construção de um novo horizonte historiográfico] pressupõe que a tarefa principal a ser contemplada em uma política de preservação e produção de patrimônio coletivo que repouse no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania, é resgatar estas ações e mesmo suas utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo*. p. 27

¹⁷ ALMEIDA, Leila. *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões*. 1995. Monografia (Bacharelado)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 1995. A autora participou do processo de organização da coleção CDP, após a doação dos documentos do referido centro ao Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS/UFU.

suas fontes documentais no Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS/UFU. De acordo com a autora, uma das peculiaridades do CDP é sua constituição a partir da ação do grupo idealizador, formado por pessoas preocupadas em preservar a experiência de grupos populares que, para isso, *organizaram-se buscando implementar formas de recolher e acervar este tipo de documentação*.¹⁸ Sendo assim, observamos que o CDP nasce da preocupação de um grupo ligado à Universidade, e posteriormente expande sua ação se estruturando em sede própria, se aproximando mais dos movimentos sociais e dos sindicatos, alcançando maior número de parceiros e colaboradores. Esta expansão também foi apontada por Ronan.

Pudemos observar esta preocupação de organização de um acervo popular também nos jornais produzidos pelo grupo idealizador do Centro,¹⁹. Em uma de suas páginas, os redatores narram uma pequena história do CDP, onde apontam para o aparecimento do centro por volta de 1985,

*(...) quando algumas pessoas do NPS (Núcleo de Pesquisa Social), professores e alunos da UFU estavam discutindo: seus projetos de pesquisa, a prática das universidades sempre distante da sociedade, etc*²⁰.

Como se vê, isto revela a preocupação do grupo idealizador em se aproximar dos grupos marginalizados dos processos sociais de efetiva constituição da cidadania, e darem outro sentido à relação Universidade/Sociedade, produzindo uma extensão do conhecimento acadêmico que de fato combatesse as desigualdades sociais. A fala de Ronan também aponta para este questionamento do papel da Universidade, quando denuncia seu afastamento em relação aos “oprimidos”, ao afirmar que o *grupo fundador tinha que ir aonde o povo estava*. Isto evidencia o caráter dos sonhos e projetos daquele grupo de professores e alunos que se uniam em prol de fortalecer a luta do que Ronan chama “dos de baixo”. É neste sentido que podemos pensar sobre o caráter de multiplicidade da sociedade, a qual é composta pela multiplicidade de sujeitos e, por conseguinte de projetos em disputa, caracterizando-a como carregada de contradições e conflitos e embates.

¹⁸ ALMEIDA, Leila. *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões*. Op. cit. p.11

¹⁹ O CDP produziu algumas publicações que se apresentam com um caráter tanto informativo, quanto formativo, ou seja, como uma espécie de espaço de reflexão e informação, bem como canal de comunicação com outras entidades (sindicatos, CUT, centros de documentação e arquivamento, revistas etc.). Discutirei tais publicações mais a fundo no 2.º Capítulo.

²⁰ JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 01, n. 00, 1989.

O que se procura evidenciar aí é o espaço aberto pelo CDP aos movimentos sociais para que estes pudessem repensar suas práticas, se organizar contra as classes dominantes, fazendo assim do Centro mais um espaço de luta e reivindicação das classes populares. Era preocupação do grupo fundador do CDP: respeitar e apostar nas diferenças para a constituição da desejada sociedade democrática. Como podemos perceber, o surgimento do CDP se dá diante do desejo de agentes históricos preocupados em trazer à tona e reavivar lutas de grupos que são marginalizados dos processos sociais. Este é, a meu ver, o caráter dos sonhos, desejos e utopias daqueles que se reuniram para constituir um Centro de Documentação Popular.

No diálogo com as fontes pude perceber a latência deste projeto que foi se constituindo cotidianamente diante dos olhos daquele grupo idealizador, se concretizando a partir de suas ações, se transformando em realidade. O referido grupo criou uma rede que foi se expandindo, alcançando sindicatos e movimentos sociais, atingindo uma articulação entre diversos sujeitos unidos por interesses comuns: preservar as memórias de grupos marginalizados socialmente, e constituir mecanismos para a formação e informação destes sujeitos, como pudemos ver tanto na fala de Ronan, quanto nas fontes escritas (cartas e jornais do centro).

O Jornal do CDP ainda destaca a importância do registro dos acontecimentos cotidianos para a organização sindical e popular, a fim de compreender erros e acertos.²¹ Isso diante da certeza de que os meios de comunicação de massa não tinham interesse em divulgar a luta dos trabalhadores, em geral, daí a necessidade desse registro ser feito pelo próprio movimento. Por fim, propõe que cada entidade ou movimento social crie seu próprio **centro de memória**, e que aquelas entidades que possuíssem veículos de comunicação, que as enviassem ao CDP.

Fica clara a articulação do Centro com outras entidades de preservação da memória. Pude observar isto no contato com as correspondências e revistas que evidenciam seu amplo contato com tais entidades (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (ADUFU), Associação dos Servidores da UFU (ASUFUB), Comissão Pastoral da terra (CPT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Direitos Humanos, Partido Comunista Brasileiro (PCB), Sindicatos dos Trabalhadores na Alimentação, Sindicatos dos Trabalhadores Comerciais, Sindicatos dos Trabalhadores Eletricitários), ora por cartas, ora por permutas com setores ligados à

²¹ JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 01, n. 00, 1989.

publicação. Esta articulação formou uma grande rede de contatos do CDP com outras entidades de preservação da memória e constituição de acervos que também ficou evidenciada na fala de Ronan:

Ronan: E teve uma outra área mais coordenada pela Fuçacó, a Alexia, o Francisco, que era o lance da preservação. Porque a gente tinha contato com todas as... Os outros centros, digamos assim, que tava preocupado com essa coisa da memória. O CEDI [inaudível], o CPDOC, e aí têm vários. 'Cê via lá o tanto de textos?

Amanda: E eles forneciam elementos pra vocês?

Ronan: Eles forneciam. Mandavam textos, a gente mandava os nossos. Fazia ... Era uma rede. Uma rede com essa preocupação. Da formação, classista, de massa, e da preservação dessa memória.

Amanda: E aí 'cês foram formando arquivo?

Ronan: Aí nos fomos juntando uma papelada. O povo ficou sabendo...

Amanda: Tinha condição de... Qual que era o procedimento com esses arquivos? 'Cês tinham condição de...

Ronan: Tinha, nós tínhamos uma metodologia de como arquivar isso. A gente separava então por eixos de... A opção era os de baixo. Os explorados, os excluídos. [risos]. (...). Aí, dentro deles, a gente então mapeava: essa questão é racial; então essa é racial; essa questão da saúde do trabalhador, pra saúde do trabalhador... Aí 'cê ia montando... Então, é educação... E assim vai né? A memória, né? Ah... aí aparece muita coisa. Por exemplo. Cê vai ver lá no texto da Aléxia que ela vai discutir um pouco isso, né? Ela vai tá discutindo essa coisa da memória, que é o que interessa no objeto dela. Que é o seu caso também, né? 'Cê vai 'tá pensando, a Aléxia, depois de... [problema na fita]. Aí fizemos a parceria com livraria. Ganhamos caixas de cerveja, e aí a gente vendia cerveja a preço de custo. Que a gente tinha aquele compromisso [problema com a fita]. [risos]. Aquelas coisa românticas, bonitas, né? Que hoje acho que não tem mais muito significado, né? Pra nós, né? Parece que não tem né?²²

Como vemos, havia interesses por parte daqueles que idealizaram e fundaram o CDP, no sentido de fazer da memória um campo de embates, onde se travam disputas, conflitos que são de classe, inerentes à sociedade. Aqui nos reportamos ao Grupo de Memória Popular, do *Centre for Contemporary Cultural Studies* da Universidade de Birmingham (Inglaterra), a fim de pensarmos a atuação desse grupo idealizador do CDP, entendendo-a enquanto ação de um grupo social preocupado em evidenciar os feitos de grupos sociais que não contam com visibilidade na cena histórica. Relaciono a atuação deste grupo àquilo que o Grupo de Memória Popular fala sobre conhecer o contexto maior de suas lutas e desenvolver a partir de então estratégias para a transformação deste contexto.²³

²² Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

²³ GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.p. 282-295. *É uma das formas pelas quais um grupo social orgânico adquire conhecimento do contexto maior de suas*

Partindo deste suposto, entendo a formação do CDP enquanto acesso de grupos orgânicos ao conhecimento de um contexto mais amplo que lhe promoverá auto-reflexão e engajamento em suas reivindicações dentro deste contexto. Neste sentido, pensamos o caráter político deste projeto, quando seus membros denunciam a ausência de acervos que preservassem a memória “dos de baixo”, haja vista que as fontes nos permitem pensar a necessidade de se constituir centros de memória do movimento popular e sindical, a partir da percepção de que, em uma sociedade de classes, os dominantes não têm interesse em preservar e divulgar feitos ligados aos dominados. Isso leva a pensar a percepção, por parte daqueles que estavam à frente da organização de tais movimentos, de que a memória é um campo de embates e disputas (conflituoso), e que, portanto, constituir espaços de preservação da memória é lançar mão de instrumentos na disputa de valores inerente à sociedade.

Ao cruzar as fontes (jornais, monografias e entrevistas) percebo que todas evidenciam a preocupação em constituir não só um centro de memória, mas também um órgão que atuasse junto aos movimentos, no sentido de promover formação e informação de militantes dos movimentos organizados, bem como daqueles que não contavam com uma organização nos moldes da luta sindical. Assim nos traz a monografia de Aléxia Pádua Franco (à época membro do CDP e graduanda do curso de História da UFU).

Mais do que auxiliar trabalhos de pesquisa, hoje, o CDP pretende formar e informar tanto os militantes de movimentos organizados, quanto toda a classe dominada de Uberlândia e região, ajudando-a a controlar e criticar o saber e a ideologia dominante, denunciando as distorções e manipulações que as instituições de produção e transmissão de saber pertencentes aos patrões e governantes fazem em relação à memória popular, lutando contra a exploração e expropriação do saber da maioria da população e, conseqüentemente, incentivando o resgate, o repensar e a criação coletiva e consciente de um conhecimento vinculado à prática e às necessidades populares.²⁴

Como evidencia a autora, a intenção do grupo ia muito além de constituir um centro universitário de memória, tal como outras experiências que estavam acontecendo no país, fato que foi também observado na fala de Ronan. Se, a princípio, sua idealização partiu de um grupo ligado à Universidade, quando se depararam com

lutas coletivas e se torna capaz de exercer um papel mais amplamente transformador na sociedade. Mais importante, talvez, é forma pela qual nos tornamos autoconscientes da formação de nossas crenças no senso comum, aquelas de que nos apropriamos dentro do nosso meio social e cultural imediato. p. 287.

²⁴ FRANCO, Alexia P. *A sobrevivência da memória popular*. 1990. Monografia (Bacharelado)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1990, p.63.

ausência de fontes ligadas às classes populares, posteriormente houve uma autocrítica deste grupo que deslocou a preocupação para a formação de um órgão que atuasse junto aos movimentos. Destaco este termo, pois ele aparece em algumas das fontes por mim analisadas. Isto, a meu ver, evidencia a preocupação do grupo em trabalhar conjuntamente com os movimentos, tentando fugir de um assistencialismo e mesmo paternalismo que pudesse anular a ação de tais movimentos.

Nesse sentido, o que os unia era a crítica à Universidade – ilhada da sociedade e distante das questões sociais vivenciadas pela população que a ela não tem acesso –, bem como o projeto de constituição de um acervo, que não servisse unicamente aos interesses da pesquisa, a qual também não consegue ultrapassar os muros da academia. Assim aponta a monografia de Leila Almeida:

Para o grupo, o arquivo do CDP, ao contrário de tornar-se mais um “quarto empoeirado” da história, onde historiadores buscam vida em formas amorfas, devia tornar-se parte viva da dinâmica desses movimentos. E nesse sentido, orientá-los ou possibilitar-lhes uma orientação que dinamizasse a tarefa de auto-organizarem-se, de preservação de sua memória, através de seus próprios arquivos.²⁵

Também a fala de Ronan aponta para esta característica do CDP, de crítica à Universidade e à constituição de acervos que servem somente à pesquisa:

Ronan: Ele tem que 'tá ativo. Ele tem que 'tá onde o povo está. Ele tem que servir a estas necessidades. Que é precárias, que é... ao mesmo tempo que é limitada por causa do sistema, né?, empobrecida. Mas há um desejo, há uma vontade das pessoas, e aí nós temos que trabalhar isso de forma articulada, organizada. E aí foi aí que surgiu as parcerias. Cada um encontrava um ponto, que tinha sentido, uma interface, pra ele.

Amanda: 'Cê acha que o CDP... Hoje, então, 'cê vê como um arquivo morto? 'Cê acha que não teria...

Ronan: Eu acho que não tem... É pra isso mesmo [pesquisa].

Amanda: Igual os movimentos?! 'Cê acha que eles não...

Ronan: Ele ajudou. Foi uma escolinha que formou muita gente. Mas... a função inicial dele sai da UFU, justamente por essa crítica, né? 'Cê vê o tanto de coisa parada; energia morta. Cadê isso?

Amanda: 'Cê acha que não pode promover a auto-reflexão? O reencontro desses grupos, que forneceram documentos?

Ronan: Ah, eu não sei... Eu penso assim... Ele cumpriu o papel deles que era trabalhar aqueles objetivos. Nós fizemos... Só que chegou um momento que ele... O contexto já não precisa mais. E aí é onde ele se transforma num objeto. Pra depois servir de pesquisa. Reflexão e tal. Mas, não é mais militante. 'Tá entendendo? Ele não é mais... Por exemplo, ele não tem... ele não tem a... ele não tem mais as sessões, vídeos, vídeos-debates, não recolhe mais material. Ele... né? os cartazes, livros, jornais. Ele não tem mais os seus momentos de encontro. Ele não tem as pessoas. Entendeu? Então vira em objeto nesse

²⁵ ALMEIDA, Leila. *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões*. Op. cit. p.13.

*sentido. Sendo objeto... aquilo... aí perde. Descaracterizou... tudo o que a gente tava pensando sobre o arquivo. O CDP. Oh, até o nome - Centro de Documentação Popular - não é à toa. É ideológico isso, né? Político-ideológico. E aí...*²⁶

Neste sentido, entrecruzando as fontes, percebemos que o CDP foi se organizando, servindo a interesses muito mais amplos, diante do que as condições sociais os interpelavam. Em outras palavras, o grupo se constituiu traçando objetivos que eram reavaliados cotidianamente diante do diálogo constante que mantiveram com sindicatos e movimentos populares. Foi também deste diálogo que eles propuseram um projeto alternativo de sociedade, ou seja, a “libertação dos oprimidos”. Evidencia-se assim o enfrentamento de classes com interesses diversos, onde o movimento que se expressa é o das tensões entre o que imprime a dominação e outro que resiste.

Outro aspecto a ser ressaltado é o fato de que as fontes mostram que o mote do trabalho daquele grupo era a formação de um “órgão” que servisse de instrumento de

*(...) conhecimento da realidade a fim de preparar “a classe oprimida” para o despertar da crença e do desejo revolucionário*²⁷.

Desse modo, a partir da análise das fontes e ao relacioná-las com tudo que lemos para construir um suporte teórico para a pesquisa, concebemos a memória, enquanto campo de disputas e embates. Isto porque percebemos que a constituição do CDP foi mais um passo para a delimitação de espaço social de grupos marginalizados dos processos de participação social, que se unem para terem suas lutas reconhecidas e organizadas.

Ao interpretarmos assim a experiência do CDP, a relacionamos com a análise que Yara Khoury faz do significado de memória e cultura hoje, ao dialogar com Stuart Hall. Nesse sentido, a autora nos ajuda pensar que: se a memória é campo de dominação, não só os grupos dominantes (que aqui podemos ampliar para a categoria cultura dominante) podem usá-la para empreender sua dominação, mas também os “grupos dominados” (a cultura popular) podem usá-la para empreender a sua resistência. O que gostaríamos de reforçar aqui, é a tensão contínua existente entre quem domina e quem sofre a dominação. Assim, se há por parte da cultura dominante a tentativa constante e desigual de desorganizar e reorganizar a cultura popular, por outro

²⁶ Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

²⁷ FRANCO, Alécia P. *A sobrevivência da memória popular*. Op. cit.

lado, há pontos estratégicos de resistência que, ora são conquistados, ora são perdidos pela cultura popular.²⁸

Nesta perspectiva, vejo o CDP enquanto órgão constituído por um grupo social orgânico que vem na contracorrente da história dominante e da memória e forma um acervo que preserva outros registros de outros sujeitos, que não aqueles que têm a seu dispor um arsenal técnico para divulgar seus feitos e memórias. E ainda observo que houve sim um deslocamento de preocupação do grupo fundador, em ampliar sua função de órgão de preservação da memória dos grupos populares para um centro de apoio de organização sindical e popular, como os sujeitos envolvidos e os registros nos mostram.

Ao trabalhar com noção gramsciniana – de um grupo de intelectuais orgânicos que tomam a frente de determinado processo a fim de promover a reflexão dentro seu grupo de origem – me remeto à definição do autor sobre o processo de formação da categoria dos intelectuais nos diferentes corpos sociais históricos de cada sociedade, que assume duas formas: o intelectual tradicional, que são aqueles que historicamente assumem esta função, ou seja, são representantes de uma continuidade histórica; os intelectuais orgânicos, que são aqueles que cada grupo social cria para si de modo orgânico, representantes de uma consciência a ser assumida pelo grupo que o originou.²⁹ Quando assumo essa noção dos intelectuais orgânicos para refletir sobre a história do CDP e de seus sujeitos, o faço a partir da segunda forma discutida por Gramsci – o intelectual orgânico – por entender que a ação daquele grupo ligado à universidade se constitui no bojo de uma leitura social que lhes permitem se identificar com os valores de uma classe socialmente desfavorecida (que para muitos era seu grupo social de origem) dentro daquela sociedade. A partir de então traçam um projeto alternativo de sociedade, voltando-se para a tentativa de criar condições de promover a transformação social, rompendo com aquela situação de desfavorecimento e desigualdade.

²⁸ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias e outras histórias: cultura e sujeito na história. In FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água. 2004. p. 119-120. A autora, ao dialogar com Hall, recupera o sentido político destas disputas, destacando a dialética da luta na cultura e pela cultura discutidas pelo referido autor em seu texto: HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil 2003. p. 247-264.

²⁹ Ver GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: *Os intelectuais e organização da cultura*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. *Uma das mais marcantes características e todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista 'ideológica' dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.* p.9.

Ainda pensando o Grupo de Memória Popular, entendo a atuação do CDP enquanto mecanismo desenvolvido, ou melhor, prática social, que resiste à dominação da memória dominante, a qual está exposta à contestação, ainda que seja hegemônica. Nesse sentido, o Grupo de Memória Popular nos oferece elementos teóricos, ao apontar para o fato de que a hegemonia é um processo, onde ocorrem constantes lutas que visam a História – aqui entendida enquanto processo onde estão em disputas diversos projetos, sejam instituídos, sejam alternativos – e particularmente a memória popular. Logo, se, por um lado, a memória das classes populares se torna alvo dos interesses dominantes, por outro lado, um *grupo social orgânico* a utiliza enquanto forma de resistência³⁰. Isto nos possibilita trazer a noção de hegemonia enquanto processo em constante disputa tendo em vista que podemos entendê-la no seu contínuo dominação/resistência, haja vista que não há dominação que seja “soberana”, eterna. Ela sempre passa pelo crivo da contestação e resistência dos dominados. Estes delimitam até que ponto aceitam ou resistem a tal dominação, evidenciando uma relação que é constantemente tensionada, o que é peculiar ao processo histórico. É neste sentido que devemos pensar a hegemonia, ou seja, um processo em constante tensão e disputa, por isso hegemônico (um estado que pode ser alterado)³¹.

Pude observar na análise das fontes (escritas e orais), que o grupo fundador do CDP partia de uma concepção de luta de classes, numa perspectiva do marxismo-leninismo, tendo em vista que sempre recorre a termos “opressores/oprimidos”, “explorados do sistema”, “burguesia/trabalhador”, ou mesmo o sonho de implantação do socialismo em nossa sociedade dos anos 1980. Isto mostra a leitura feita por aqueles que empreendiam formas de lutas e resistência dentro daquela sociedade. É a partir desta concepção de sociedade, que devemos pensar a constituição do acervo. Nossos questionamentos devem ser feitos considerando tal concepção para não correremos o risco de cair em anacronismos, que apenas nos distanciariam da experiência social dos

³⁰ ... Toda atividade política é intrinsecamente um processo de argumentação e de definição histórica, que todos os programas políticos envolvem tanto alguma construção do passado quanto do futuro (...). A luta constante pela hegemonia tem um interesse substancial na história e particularmente na memória popular. GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. Op. cit. p. 287.

³¹ Ver WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. O autor discute o conceito de hegemonia, evidenciando sua condição de processo que é mutável, pois sofre pressões e limites específicos, e por isso é continuamente renovada, recriada, defendida e modificada, porque sofre também uma resistência contínua. Williams traz para entender o conceito de hegemonia o conceito de hegemonia e hegemonia alternativa. (...) *A realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva. A qualquer momento, formas de política e cultura alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos na sociedade. p. 116.*

sujeitos por nós analisados. É considerando esta leitura do grupo que pensamos seus objetivos com o CDP, os agentes e órgãos de diálogo, suas críticas à sociedade vigente.

1.2- Preservação e Intervenção: ir aonde o povo está.

É partindo do suposto de refletir sobre a experiência daqueles sujeitos envolvidos com o CDP, considerando sua leitura de sociedade para a qual traçavam um projeto alternativo, que parto para discutir a formação do CDP e dialogar com os vários sujeitos que nele atuaram. Percebo, a partir do diálogo com as fontes, que mesmo num certo momento alijados dos processos de preservação de suas memórias, estes grupos desenvolvem estratégias de resistência a tal processo. O CDP se apresentou como uma destas estratégias, contando com o apoio de algumas instituições, como sindicatos, a Igreja Católica ou mesmo associações de bairros.³² Isso evidencia que, mesmo diante da imposição, pelas classes e poderes dominantes, de uma memória única, os grupos sociais excluídos do direito à memória resistem à dominação, lutando por construir e afirmar práticas que referenciem suas memórias. Assim podemos perceber em um dos jornais do Centro, datado de 1988, que:

*(...) nós, do Centro de Documentação Popular, queremos contribuir, de fato, na implementação deste projeto [projeto histórico de uma sociedade Socialista e Democrática]: tanto na reflexão dessas lutas, quanto no preservar e arquivar essa memória social, bem como assessorar econômica e juridicamente as lutas dos trabalhadores.*³³

Neste sentido, vemos o CDP como um instrumento de resistência à memória dominante - que se quer única e linear, sempre referenciando as fontes ditas oficiais – ao preservar as memórias dos movimentos sociais. Esta ação desenvolvida por professores e alunos da UFU, a meu ver, é fruto das expectativas que se gestavam naquela sociedade, onde a preservação de múltiplas fontes documentais por meio da constituição de arquivos “alternativos” evidencia o caráter político daquelas ações e expressa a contestação da ordem vigente, bem como se constitui em novos mecanismos e espaços de resistência dos grupos excluídos político-socialmente. Foi o desejo de lutar contra as desigualdades sociais e ampliar o material de pesquisa referente às classes populares, a fim de reavivar suas histórias como forma de evidenciar a contestação, que unia o grupo idealizador do CDP.

³² As articulações do grupo pretendo desenvolver no 2º Capítulo.

³³ JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 01, n. 00, 1989.

Como se vê, mesmo diante de uma memória que se quer hegemônica, em vários momentos, percebem-se as resistências a tal processo. É neste sentido que chamamos a atenção para a necessidade em estudarmos e pesquisarmos as lutas e embates travados no campo da memória, ou seja, de discutirmos na historiografia o processo de afirmação de outras memórias, e a constituição de acervos que tragam os suportes destas outras memórias, que a coleção CDP é um exemplo, bem como analisar, ao rever sua história, como se dava a valorização e preservação desta memória, investigando seu caráter: memória ou memórias? Relacionamos a experiência de constituição do CDP à análise de Déa Fenelon, quando esta nos ajuda a pensar o efeito da História Social a partir das décadas de 1960 e 1980 de ampliar registros documentais, que facilitou as investigações de outras temáticas antes consideradas impossíveis pela inexistência de fontes³⁴.

Nos jornais, notas, correspondências e nas monografias de Leila Almeida e Alécia Pádua Franco, é possível observarmos que, a princípio, o grupo idealizador priorizou a conservação de documentos dos movimentos organizados e posteriormente visou o acervamento de fontes documentais daqueles movimentos que não traçavam suas lutas nas bases da luta sindical organizada, porém não estendia o apoio (a formação) às entidades assistencialistas e pelegas³⁵. Sendo assim, ao analisarmos tais fontes, o objetivo, que se sobressai, traçado pelo grupo, era criar um suporte para a memória da experiência de grupos excluídos dos processos sociais que não tinham visibilidade na grande mídia. A intenção era assessorar os movimentos sociais na busca pelo reconhecimento das suas ações e preservar sua memória. Assim, se, por um lado, aqueles registros tentam reforçar a idéia de que não interessava ao grupo “idealizador” do CDP a “tutela” do movimento, mas sim a *participação nos processos de elaborações do movimento*³⁶, por outro lado, as entrelinhas de tais registros e a fala de Ronan revelam uma postura paternalista que acabava por fazer ‘pelos’ movimentos, ao invés de se trabalhar junto com eles, como se procura reforçar tanto nos jornais, quanto nas monografias acima referidas. Desta ação de constante busca pela participação e interferência naquele contexto, foi-se criando e organizando uma multiplicidade de fontes para fomentar pesquisas sobre os mesmos, que revela um acervo diversificado e múltiplo de registros, sujeitos e movimentos sociais que se envolveram com tal projeto.

³⁴FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*. Op. cit. p.75 a 78.

³⁵ Ver discussão no 2.º Capítulo.

³⁶ ALMEIDA, Leila. *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões*. Op. cit. p.12.

Desse modo, inerente aos sonhos, desejos, anseios e expectativas de se criar um centro de documentação, que foi se ampliando para formação/informação de trabalhadores e militantes sindicais e dos movimentos sociais, nasceu no interior do grupo a contradição de querer trabalhar junto com os movimentos, mas que por vários momentos ultrapassou a vontade de dar “voz aos silenciados”, resgatar a memória e a história “dos de baixo”.

Esses sujeitos e movimentos sociais, naquele momento eram expressados pelo movimento negro, a luta pela terra, a resistência e luta por melhores condições de vida e trabalho de diversos trabalhadores (da educação, da alimentação, construção civil, bancários e sindicalistas), a luta pelo respeito aos direitos humanos, de moradores de bairros periféricos que se uniam em associações também para reivindicar direitos e melhorias nas condições de viver e morar – se configurando em uma ação que acabava por “fazer por eles”. Assim, o trecho do Jornal do CDP, em 1989, já revela isso:

Entendemos que não cabe a nós do CDP 'ensinar' como devem ser feitas as lutas dos trabalhadores, mas cabe a nós numa concepção de massa, democrática e socialista contribuir nas sistematizações e no registro das várias formas de lutas dos trabalhadores e despossuídos em geral. Atualmente estamos discutindo com várias categorias de trabalhadores, seja através dos seus sindicatos ou mesmo oposições sindicais para que eles assumam a organização e estruturação do CDP, como mais uma ferramenta de luta contra a exploração e dominação, apontando na perspectiva de uma sociedade nova.³⁷

A ação ultrapassou as sistematizações e os registros das várias formas de luta, assumindo o caráter que eles reafirmavam não querer: o de ‘fazer para eles’. A meu ver isso é expressão das condições de lutas e do desejo de interferir naquele contexto, e também da identificação com os valores e lutas de determinados atores sociais que estavam silenciados, ocultados pelos poderes dominantes (poderes públicos, elite socioeconômica e política), rechaçando assim os valores dos grupos que faziam tal ocultamento ao negar o direito de participação nos processos sociais e até mesmo o direito ao passado, à memória e à história. Essa identificação, presente na maioria da documentação e nas falas dos entrevistados, é expressão do sentimento que os unia em torno do CDP. Se, por um lado, constata-se que os interesses em participar da formação e da atuação do centro eram os mais diversos, como revela a fala de Ronan e de Alécia, por outro se deve considerar que esses interesses diversificados e múltiplos passavam

³⁷ JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 01, n. 02, out.1989.

pela referida identificação com os valores sociais compartilhados pelos grupos, que, naquele momento, experimentavam de várias maneiras contestar a ordem vigente.

Se parti de uma idéia, que se “assemelhava” a minha experiência (no CDHIS, as discussões sobre a preservação da memória), ao longo da pesquisa, fui percebendo que o CDP era muito mais que a simples preocupação de formar acervo. A realidade daqueles sujeitos extrapolava a questão de constituição de acervos e chegava a um nível que era de participação naquela sociedade. Também devo dizer que, no caminhar da pesquisa, o objeto por mim analisado se movimentava à medida que os sujeitos foram se apresentando a mim, trazendo suas experiências e suas próprias expectativas em relação ao CDP, ou seja, à medida que eu busquei o documento oral, eles me mostraram a multiplicidade de projetos, sonhos e expectativas que aquele projeto (o CDP) representava para os agentes sociais que com eles se envolviam. Isso foi evidenciado pelas falas de Ronan e Aléxia, quando eles mostram visões bem diferenciadas do CDP, as quais são muito relacionadas com as experiências pessoais e profissionais, e por que não, políticas de cada um.

O primeiro vinha de um grupo social que não contava com os poderes públicos (político, econômico e social), sua própria militância e característica de liderança dentro do grupo expressava a expectativa de formação, de estímulo ao debate (ainda que isso revelasse certo paternalismo em relação aos movimentos envolvidos com o Centro). Já Aléxia participava de um grupo socialmente favorecido (como ela se referiu durante a entrevista), trazia outras questões e anseios ao se envolver com CDP. Buscava a participação em um projeto que a fizesse sentir atuante contra o favorecimento da “classe dominante” e por isso trabalhava no sentido de fazer preservar a memória daqueles que não tinham voz.

A depoente, hoje, ao fazer florescer a lembrança daquele tempo de atuação no CDP, deixa vir à tona também questões revistas pela historiografia, e reconhece o maniqueísmo presente naquela forma de atuar:

Bom, eu acho assim: era anos[19]80, final de anos [19]80, é... a abertura política, né? Democratização. E toda uma discussão na História sobre crítica da história oficial, a preservação apenas daquilo que é a História dos heróis, da elite. Então, toda uma preocupação em está preservando a memória de outros grupos que até então estavam silenciados, né? Então, assim, o que me levou a entrar no grupo foi achar que naquele espaço teria um lugar que a gente poderia estar contribuindo pra essa... até que 'cê falou que leu em minha monografia de graduação: “A sobrevivência da memória popular”, Eu coloquei o nome dela. Então, era essa a preocupação. Entende... Então, eu

acredito que o Ronan e a Fuçacó, quando... quando tiveram a idéia de criar o centro, foi com essa idéia que também me motivou a juntar a eles. E essa coisa de preservar uma memória até então silenciada.(...)

Anos [19]80, o discurso era, ainda, era aquela história muito marxista muito ortodoxa, então o discurso ainda era classe dominante/classe dominada. Aquela coisa bem dicotômica e tal. E aí eu fiquei muito assustada, assim, de pensar que eu tava mais do lado da classe dominante. Porque eu tenho... eu sou de uma família tradicional de Uberlândia e tal. E isso mexeu muito comigo. É... fiquei mal mesmo! Então, eu sempre procurava me engajar em projetos, que.. é.. que me fizessem me tirar um pouco o peso da consciência, né? E participar de uma classe social que tinha muitos benefícios e tal... é .. Então, eu sempre procurava me engajar em coisas que me fizessem, assim, achar, de alguma maneira, ajudando a classe dita dominada. Eu acho que hoje em dia esta visão dicotômica já acabou, foi repensada, né? Mas, até para eu me sentir um pouco menos má, né? Porque o que a gente sentia é que a gente era vilão da história. Então, tem esse lado pessoal também. O curso de História me fez preocupar um pouco com estas questões de uma maneira um pouco assim maniqueísta. Mas foi também o que me levou a participar do grupo.

(...) Amanda: Por que, na sua monografia você fala realmente, fala que 'tá constituindo o Arquivo Público. (...)

Aléxia: Ahm...

Amanda: Era ligado à memória oficial.

Alexia: Então... maniqueísta todo tanto...(risos)

Amanda: Mas de alguma forma não deixa de ser, né?

Aléxia: É.

Amanda: Porque esses documentos estavam lá era... meio que...

Alexia: É, mas acontece que agora...

Amanda: Hoje é outra leitura, realmente.

Aléxia: Percebe que, através destes documentos oficiais, você consegue vestígios de outra memória, né? Não é assim, né? Não é, não há um ocultamento total, né?

Amanda: Aham. É.

Aléxia: E também tem que se arquivar essa memória, né? Não é.³⁸

O fato de estar em um mesmo projeto, de montagem de um arquivo popular, não significava atuar de maneira igual aos demais membros do grupo e nem mesmo ter as mesmas preocupações. Aléxia desenvolvia um trabalho, que sua fala hoje me mostrou como diferente daquela interpretação feita por mim quando lia os registros escritos. Ao lê-los, pensava a atuação dos integrantes de maneira homogênea. Pensava que os debates, assembléias e vídeos-debates, enfim, tudo o que apontava para o caráter de militância (formação/informação) eram momentos e espaços compartilhados por todos de modo efetivo, no sentido mesmo da militância. Isso foi algo que se desmontou aos meus olhos ao dialogar com os depoentes e relacionar suas narrativas aos registros escritos.

³⁸ Entrevista com Aléxia Pádua Franco, realizada no dia 12/11/2007.

Ao desmontar em várias faces, meu “objeto” se apresentou múltiplo não só no caráter de variadas relações e articulações e acervamento de registros (como era a idéia quando trabalhava com a documentação na condição de estagiária no setor de arquivo do CDHIS). Pude ver esta multiplicidade também entre aqueles que atuavam dentro do CDP. Aquela característica apontada na monografia de Aléxia (a qual foi retomada por Leila), do CDP ser construído/dividido dentro de duas comissões (Formação/Documentação)³⁹ já apontava para multiplicidade de anseios e expectativas dentro de próprio grupo. Não era homogêneo, pois a própria divisão entre duas comissões nos dá evidências de que havia pelos menos duas frentes de atuação do Centro de Documentação Popular. Uma que se preocupava com a Formação (no qual se destaca o próprio Ronan, os jornais do CDP, as atas de assembléias e reuniões para formação sindical, os diversos documentos de sindicatos, e de um modo geral o próprio acervo colecionado pelo grupo). A outra Comissão voltada para a Preservação, na qual destacamos a participação de Aléxia e de Fuçacó⁴⁰. As várias correspondências também são evidências que mostram a troca de experiências relativas à constituição de acervos, bibliotecas, preservação de fontes variadas, os cursos de arquivística, sob coordenação da Comissão de Documentação.

Tudo são indícios, não só da variada e ampla rede estabelecida pelo grupo, mas também da gama de desejos, anseios e expectativas de sonhos que se engendravam com o CDP. Sendo assim, ao reavaliar a história do CDP, percebendo-a em sua multiplicidade, consigo romper com a visão idealizadora que fazia do CDP e do próprio grupo. Se, no início, pensava em uma atuação homogeneizada, reavalio a partir do diálogo com as evidências orais que não o era. Com o caminhar da pesquisa, pude ver que os sonhos que os uniam também estavam no plural, tendo em vista que o agente histórico não é compartimentado (ora atua politicamente, ora economicamente, ora culturalmente, etc.). Havia multiplicidade de interesses que se forjava naquele projeto.

Nesse sentido, a intenção do grupo caminhou entre a constituição de um centro de memória que fornecesse bases para pesquisas e auto-reflexão aos movimentos populares e a constituição de um órgão que atuasse de modo a informar e formar os

³⁹ À medida que o Centro foi se estruturando enquanto entidade, instituição de preservação e formação, com maior número de voluntários e interessados em participar desta atuação, ele se dividiu em duas comissões (Documentação e Formação), na tentativa de se ampliar mais. Trabalharei essas duas comissões no 2.º Capítulo.

⁴⁰ Apesar de destacar a participação de Fuçacó na Comissão de Documentação, devo esclarecer que ela atuou nas duas frentes, tanto que as publicações e correspondências evidenciam a sua presença nas duas comissões. Em algumas das publicações ora ela era redatora, ora colaboradora.

trabalhadores para os embates cotidianos com os grupos dominantes. Isto evidencia um movimento dentro do grupo, ou seja, a princípio encampou-se um projeto de constituição de um centro de memória que subsidiasse a academia na busca por outras fontes, outros objetos de pesquisa. Posteriormente, com a ampliação do Centro, o qual foi ganhando proporções maiores, deslocou-se a preocupação para a formação de frentes para a luta sindical ou de movimentos populares, privilegiando aqueles que contavam com estrutura organizada. Assim, podemos discutir com a fala de Ronan:

(...) E nós tivemos... então oh... já que a gente tá nessa crítica toda, nada melhor do que sair daqui da UFU, e fazer a coisa. E aí nós tivemos uma idéia de montar um Centro de Documentação Popular, porque já tinha várias experiências acontecendo no Brasil. [Inaudível] CPDOC, é o... como é que chama... ele é coordenado pelo pessoal da Igreja, pessoal mais raivoso.

(...) Porque é assim, a gente era militante, e na militância você convive com muita gente. Então, recebia muito material, e aí eu pegava esses jornais, revistas, folders, e ia juntando. E o troço foi ficando dessa altura. Por que não montar então um Centro de Documentação? Aí nós pedimos guarita aqui no Sindicato da Alimentação. Eu fui assessor pra várias coisas: jornalista – então escrevi vários textos -, mobilização – entregar...eu... Imagina um jogo de futebol que se bate o [inaudível] aí 'cê vai lá cabeceia, defende. E eu fiquei muito nesse... e, assim, com facilidade, né? E achei bacana e povo gostando. E assim você cresce do ponto de vista da relação de poder, 'cê fica famoso aquele papo, né?

(...) Eu 'tô num período, aqui, falando pra você, um contexto de [19]86 a 90, 91. OK! Então, assim... E o Brasil se abrindo, e as lutas, os movimentos, né? Cheguei a ser preso político, aquelas coisas de greve geral. E o CDP nesse contexto de militantes de causas perdidas.

(...) Ah 'tá. Então vamo sai daqui da UFU, né? Por que a gente via aqui a UFU como um instrumento de opressão dos trabalhadores, que conhecimento aqui era para reproduzir... que nós precisava então mudar o caráter, que de fato mudou. Tanto é verdade que democratizou, né? Eu participei desse momento que... Interferiu na vida desse país. Na vida de pessoas que vive nesse país, né? de construir Constituição Federal de 88.⁴¹

Esse deslocamento de preocupação pode ser fruto da própria participação dos idealizadores, bem como das respostas que os movimentos davam a eles. À medida que as pessoas iam se envolvendo, tanto por parte do grupo idealizador, quanto dos que atuavam nos movimentos, foi-se consolidando dentro do grupo o desejo e mesmo a necessidade de criar não só um centro de documentação como um centro de formação/informação que representasse espaço de debates, discussões e mesmo de lazer. Esse envolvimento representa para nós a dimensão do que foi o CDP para tais sujeitos, que viam nele mais do que local de luta política. Ele significava, para tais pessoas, parte de seus sonhos, expectativas para um modo de vida que fosse mais justo e

⁴¹ Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007. (Grifos meus)

igualitário com uma classe trabalhadora e demais agentes históricos que vivenciam as desigualdades sociais, políticas e econômicas. Isto é revelado pela fala de Ronan, quando ele afirma que participou daquele momento de interferir na vida daquele país, da sua história.

O depoente, ao olhar retrospectivamente pelos caminhos da memória, vê o CDP como um projeto que estava em disputa e que naquele momento foi vencedor, pois cumpriu seu papel diante de uma série de injunções que revelam a diversidade do social, representado pelos vários projetos em disputa. Caminhar nesta perspectiva de análise é conceber a história enquanto campo de possibilidades, que, a partir de questões do presente, nos faz identificar com agentes do passado, nos faz voltar àquelas disputas e conflitos a fim de compreendê-la e reescrevê-la no diálogo constante com as evidências, frutos das relações de poder existentes no passado e que hoje nos mostra como questão não resolvida.⁴² Tanto Ronan, Aléxia, Leila e os jornais CDP revelam o grau de conquistas do CDP, quando pensamos na penetração daquele projeto na cidade de Uberlândia e região, o que revela a potência daqueles agentes históricos, enquanto construtores de sua história, sujeitos que interferiram naquela sociedade.

É interessante notar como o grupo utiliza-se da história e da memória como mais um mecanismo a ser usado naquele enfrentamento dos “oprimidos” com as classes dominantes. Aléxia, ao escrever sua monografia, retorna aos jornais produzidos pelo grupo, (os mesmos analisados por mim durante esta pesquisa), a fim de explicitar isto. A referida autora discute, ao longo de seu texto, os usos da memória popular, tanto para mostrar como pode ser usada como dominação, quanto como libertação dos “oprimidos”.

A memória pode ajudar no entendimento crítico e consciente do real e, conseqüentemente, na sua transformação, se necessário for. Para tanto, deve-se recuperar as lembranças das classes dominadas, confrontando-as com as das classes dominantes que procuram deturpar os conflitos existentes na sociedade para manter seu 'status quo'. Neste sentido, vale preservar, conceber e divulgar democraticamente tanto as conquistas e experiências positivas dos segmentos oprimidos na sua complexa relação com o sistema social explorador e alienante onde estão inseridos, quanto as suas derrotas, contradições, descaminhos e sofrimentos. Isto também é válido para a construção da memória interna dos movimentos e organizações das classes desprivilegiadas. Enfim, precisa-se resgatar a memória popular segundo o

⁴² Ver VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo. Ática, 1989. (Série Princípios) p.43

*princípio de que ela, assim como a memória dominante com que ela se contrapõe, não é neutra e nem harmônica.*⁴³

*(...) todas as pessoas envolvidas com a luta popular, ou seja, com a luta das classes dominadas da sociedade capitalista e do socialismo real, devem trabalhar para resgatar e utilizar a memória popular como instrumento de libertação dos oprimidos, desmascarando a Ideologia Dominante e criando uma Identidade Libertadora que incentive a transformação da sociedade e a construção de um futura diferente.*⁴⁴

Assim, torna-se evidente para autora a concepção da memória como campo onde se travam disputas pelo poder e dominação de uma classe sobre a outra. Nesta perspectiva, penso: como se forjava a memória popular naquele momento? Como esta memória foi recuperada/reconstruída pelos idealizadores do CDP para se tornar campo de ação na busca da constituição de argumentos e mecanismos de mobilização de entidades e grupos populares, a fim de generalizar seu projeto de formação e informação em busca da organização da classe trabalhadora e dos marginalizados do sistema? Estas são questões que reforço ao pensar sobre como a memória popular aparece no CDP. Ele aparece no plural ou no singular? Neste sentido, não trago respostas a tais questões, mas sim possibilidades. Ainda que a intenção do grupo fosse a valorização da memória popular, como espaço aberto para o repensar cotidiano de suas prática por estes grupos, ainda se voltou muito para a preservação daquilo que os líderes sindicais ou movimentos mais destacados conseguiram impor. Isso ainda vem reforçar a memória no singular, não atingindo a pluralidade e multiplicidade anunciadas.

Ao pensarmos sobre o lugar social de onde falava o grupo idealizador, podemos perceber que eram unidos pelo desejo de trabalhar juntamente com os grupos populares, de modo a auxiliá-los em suas lutas cotidianas – melhorias das condições de vida, trabalho e salários –, bem como na formação de militantes de toda a “classe dominada” de Uberlândia e região. Assim nos fala Aléxia:

*Mais do que auxiliar trabalhos de pesquisa, hoje, o CDP pretende formar e informar tanto os militantes de movimentos organizados, quanto toda a classe dominada de Uberlândia e região, ajudando-a a controlar e criticar o saber e a ideologia dominante, denunciando as distorções e manipulações que as instituições de produção e transmissão de saber pertencentes aos padrões e governantes fazem em relação à memória popular, lutando contra a exploração e expropriação do saber da maioria da população e, conseqüentemente, incentivando o resgate, o repensar e criação coletiva e consciente de conhecimento vinculado à prática e às necessidades populares.*⁴⁵

⁴³. FRANCO, Aléxia P. *A sobrevivência da memória popular*. Op. cit., p 40 e 41.

⁴⁴ Ibid. p.63.

⁴⁵ Ibid. p.62.

No entanto podemos perceber uma contradição nesta concepção do grupo, tendo em vista que se a intenção era trabalhar juntamente com os movimentos populares e não para eles, nos parece dúbio o fato de ressaltarem que queriam “ajudar” a *controlar e criticar* o saber e a ideologia dominante e por isso *denunciariam* as distorções e manipulações que as instituições de produção e transmissão de saber. Entendo como contraditória tal concepção do grupo, porque ao mesmo tempo em que querem romper com formas assistencialistas e paternalistas de “ajuda” aos grupos populares, acabam por evidenciar este tipo de postura, quando afirmam que seu trabalho é de *ajuda e denúncia*. Isto acaba por limitar todo este trabalho a formas que apareciam enquanto crítica àquela sociedade vigente, contra a qual constituíam um projeto alternativo de sociedade, como pude perceber na fala de Ronan, na escrita de Aléxia e nos jornais.

Isto me remete à fala de Marilena Chauí, quando esta aponta para o *discurso competente*, onde os “esclarecidos” falam por aqueles que não têm condições de produzir seu próprio conhecimento, seu próprio discurso. Aqui os eruditos, acadêmicos, falam pelos grupos populares, como se estes não fossem capazes de perceber as contradições do processo histórico de dominação de uma classe sobre a outra, e que ora se subordinam a ela, de acordo com seus interesses, ora resistem. Em outras palavras, ora concordam ora discordam com a ideologia e saberes dominantes.

O grupo do CDP, imbuído pelos sonhos, utopias, desejos de constituir uma nova ordem social, que negasse as desigualdades sociais vivenciadas por eles dentro daquele contexto, deixou-se levar pela divisão do saber e do conhecimento, geradas dentro daquela sociedade e universidade, às quais dirigiam suas críticas. Em suma, acabaram por elaborar um discurso, que tendia a meu ver, de algum modo ao assistencialismo e ao paternalismo, ainda que na sua prática cotidiana negassem veementemente estas formas de atuação. Como tática de militância, pareciam antepor-se aos sujeitos sociais, a favor dos quais levantavam sua bandeira de luta; pareciam não considerar que estes eram capazes de perceber a sua própria situação de exploração e expropriação do saber pelas quais passavam e elaborar eles mesmos suas resistências, sem que “alguém” as denunciasse para eles aquilo que eles vivenciavam.

Talvez isto seja fruto de situações que aprendemos ao longo de nossa vida social e acadêmica a naturalizar, por parecerem muito óbvias e, portanto, não seria preciso questioná-las ou mesmo nos voltar àqueles que vivenciam determinadas situações de opressão, como era o caso daqueles grupos populares que os agentes sociais envolvidos

com os objetivos do CDP se identificavam.⁴⁶ O que gostaria de ressaltar com esta reflexão é que muitas vezes a vida acadêmica – ilhada dentro de seus muros – nos faz aceitar obviedades sem irmos realmente ao cerne da questão sem investigar e apurar determinadas situações, o que nos leva a assumir posturas que nossos discursos abominam.⁴⁷

A contradição apontada por mim no trabalho daquele grupo de militantes sindicais e de outros movimentos populares, e dos intelectuais orgânicos, se refere a não perceberem em seus discursos resquícios de paternalismo e assistencialismo – comuns em nossa sociedade diante de nossa naturalização da divisão do saber, onde uns falam pelos outros como se estes não fossem capazes de elaborar seu próprio discurso – ao não considerarem que os grupos populares não precisavam de alguém que denunciasse sua situação de opressão. Esta naturalização acaba por nos levar a não perceber que os grupos populares contam com saberes peculiares que lhes permitem elaborar seu próprio conhecimento de mundo, sem que alguém os faça por eles. Além do mais, muitas vezes somos levados pela concepção de que resistência é apenas aquela organizada, dentro de espaços institucionalizados fortes, como sindicatos, associações e mesmo centros de formação e apoio, como era o caso do CDP. Isto nos faz perder de vista as outras formas de resistências: aquelas traçadas cotidianamente de forma sub-reptícia, não organizadas e mesmo de forma individual.

Contudo, a contradição não é apontada aqui a fim de anular os desejos e os sonhos – nas palavras de Ronan, a “utopia” – daquele projeto de sociedade que estava em disputa. A contradição não invalida os esforços e recursos mobilizados a fim de formar e informar militantes sociais, pois encaro como função dos intelectuais orgânicos e militantes tornarem acessíveis e possíveis o acesso aos códigos dominantes daqueles que não os têm, na tentativa de questioná-los e democratizá-los, formando também mais um grupo de pressão à hegemonia dos poderes dominantes. No entanto, a experiência ao

⁴⁶ Ver THOMPSON, Edward. P. A lógica histórica. In: *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Reporto-me aqui ao texto de Thompson (A lógica histórica) quando fala que, ao escrevermos a história, recuperar fatos, nos identificamos com determinados sujeitos e, portanto, reavivamos suas memórias e histórias. (...) *O que podemos fazer é nos identificarmos com certos valores aceitos pelos atores do passado, e rejeitar outros. (...) Pois estamos dizendo que esses valores, e não aqueles, são os que tornam a história significativa para nós, e que esses valores que pretendemos ampliar e manter em nosso presente.* p.53 (Grifos do autor).

⁴⁷ Parto da reflexão de RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n. 1, p. 9-22, 1978. O autor discute as obviedades que estão colocadas em nossa sociedade que já se tornaram senso comum e por isso não discutimos mais. Alerta para o reforço das obviedades, a partir de mitificações que negam o caráter reflexivo daquelas informações que nos são “sutilmente” sugeridas.

ser reavivada, deve ser feita sob a luz das indagações, levantando as diversas possibilidades que estavam presentes. É neste sentido que me volto àquela atuação dos sujeitos sociais que se uniram para fundar o CDP, ou seja, por me identificar com aquele projeto e, portanto, traçar esta escrita reavivando algumas lembranças e feitos daquela experiência que hoje existe em forma de coleção no CDHIS.

Ressalto ainda que refletir sobre este projeto – a “utopia” – que foi o CDP significa reavivar derrotas e utopias de projetos alternativos de sociedade que estavam em disputa em um dado momento histórico. Ao nos voltarmos a este procedimento de pesquisa, concebemos a história enquanto experiência de luta de classe e valorizamos outros sujeitos que são partícipes do processo histórico. É esse o papel do historiador: entender, valorizando a pluralidade, porque o processo tomou um dado rumo e não outro. Isso sem perder de vista a contradição, inerente ao referido processo. Ao caminharmos nesta perspectiva de análise trazemos à tona a dominação e a resistência. Isto faz perceber aquilo que Maria do Pilar Vieira, Maria do Rosário da Cunha Peixoto, Yara Maria Aun Khoury⁴⁸ chamam de pressões determinantes, existentes em processos reais, constituídos por homens reais, que modificam o processo histórico a fim de restabelecê-lo, fazendo emergir seu objeto de análise. Por fim, recuperar tensões sociais cotidianas implica a reconstrução da organização de sobrevivência de grupos marginalizados do poder.

Ao usar o documento oral, quero colocar em foco os sujeitos que aturam no CDP. Nesse sentido, ao analisar a fala de Ronan, percebo na forma como ele foi construindo sua narrativa, sua entonação de voz, as pausas, seu envolvimento com aquele projeto alternativo de sociedade. Isto revela o sentido político que tinha a atuação daquele de centro formação e informação. Era uma prática social, ou seja, seu posicionamento político dentro daquela sociedade e que ele reavivou pelas lembranças, na sua atuação como membro. O CDP não era apenas um espaço de luta política, mas era também um espaço de lazer, círculo de amizade, representando um modo de viver para aquelas pessoas. Aqui parto de uma concepção de pensar a história como um processo do qual não se separa o político, o cultural, o econômico, do social. As pessoas não agem ora de forma política, ora com suas práticas culturais e daí por diante, como se estas esferas fossem compartimentadas.

⁴⁸ Ver VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. Op. cit. p. 9 e 10.

Eu fui para ouvir seu relato sobre o CDP e ele me contou muito mais que isso. Traçou para mim mais do que as redes estabelecidas pelo Centro durante sua constituição. Lembrou das experiências vividas naquele tempo, narrando-as com grande emoção, ao recordá-las como um tempo de sonhos e um campo aberto às várias possibilidades, cujos projetos traçados poderiam ser alcançados, em que os sujeitos que os projetavam tinham consciência de sua potência enquanto agentes daquele processo vivido. Para além do sentido político que o CDP representa para Ronan Hungria, aquele tempo e espaço representaram parte importante de sua vida relembada durante a narrativa oral.

Ao refletir sobre a experiência daqueles sujeitos envolvidos com o CDP, considerando a leitura feita por eles sobre aquela sociedade para a qual traçavam um projeto alternativo, desenvolvo a discussão sobre a formação do referido centro de modo a dialogar com os vários sujeitos que nele atuaram. Neste sentido, vejo a iniciativa de sua formação como ação de um grupo ligado à universidade, unidos pelo interesse maior de lutar contra as desigualdades sociais presentes na sociedade da década de 1980. Assim expressa uma das correspondências do centro, acervadas nas pastas referentes aos documentos da secretaria do CDP e datada 05/12/1987e destinada ao “companheiro Francisco”. Nela encontramos os objetivos do CDP e afirmação dos ideais que os une ao projeto. Ela também fala do recebimento de materiais pelo destinatário ao Centro. Isso, porém não significa pensar uma homogeneidade de interesses. Observei durante a pesquisa que cada sujeito que compunha o CDP trazia consigo interesses particulares que o unia ao grupo. Pudemos ver isso mais explicitamente nas falas de Ronan e de Aléxia, os quais demonstraram hoje essa diversidade de interesses em relação àquele projeto, tanto que suas falas expressaram as memórias daquilo que para eles foram mais importantes naquele momento de suas vidas. Eles tinham diferentes intenções ao se engajarem em um projeto de constituição de um centro de memória popular. A esse respeito, Portelli nos esclarece quando fala em produzir distintas memórias sobre um mesmo acontecimento, levando em consideração as diferentes intenções que ligam os sujeitos em determinado local.⁴⁹ Assim penso a fala de Aléxia:

Aqui eu não consigo te falar o que levou à formação do Centro. Mas eu consigo te falar o que me levou... a... me juntar a eles, e eu acho que isso já tem algum

⁴⁹ PORTELLI, Alessandro. História oral e memórias. Entrevista com Alessandro Portelli. *História e Perspectivas*. Uberlândia, n. 25-26, p. 27-54, jul./dez. 2001/jan./jun. 2002. Ver p. 32.

significado. Bom, eu acho assim: era anos [19]80, final de anos [19]80, é... a abertura política, né? Democratização. E toda uma discussão é... na História sobre crítica da história oficial, à preservação apenas aquilo que é a História dos heróis, da elite. Então há toda uma preocupação em tá preservando a memória de outros grupos que até então estavam silenciados né? Então assim o que me levou assim, o que me levou a entrar no grupo foi achar que naquele espaço teria um lugar que a gente poderia estar contribuindo pra essa... até que ce falou que leu minha monografia de graduação: “A sobrevivência da memória popular”, né? eu coloquei o nome dela. Então era essa a preocupação. Entende... Então eu acredito que o Ronan e a Fuçaco, quando... quando tiveram a idéia de criar o centro, foi com essa idéia que também me motivou a juntar a eles. E essa coisa de preservar uma memória até então silenciada.

(...)

Eu entrei no curso de História no segundo semestre de 85. E aí é... Em janeiro de [19]90 que teve uma greve e tal, então na verdade a greve terminou em janeiro de [19]90. E quando eu entrei no curso... ‘ce vê, tem um monte de coisas pessoais nessa história da minha participação. Quando eu entrei no curso de História, é... Eu nunca tinha tido formação assim de... de... de formação política, social nenhuma. Entrei no curso de História, porque na verdade queria fazer jornalismo, mas não tive coragem de sair de Uberlândia e tal, e fui fazer História, mas eu tinha pensado, em... . Anos [19]80 o discurso era, ainda era aquela história muito marxista muito ortodoxa, então o discurso ainda era classe dominante/classe dominada. Aquela coisa bem dicotômica e tal. E aí eu fiquei muito assustada, assim de pensar que eu tava mais do lado da classe dominante. Porque eu tenho... eu sou de uma família tradicional de Uberlândia e tal. E isso mexeu muito comigo. É... fiquei mal mesmo! Então eu sempre procurava me engajar em projetos, que.. é.. que me fizessem me tirar um pouco o peso da consciência né? e participar de uma classe social que tinha muitos benefícios e tal... é .. então eu sempre procurava me engajar em coisas que me fizessem assim achar de alguma maneira estar ajudando a classe dita dominada. Eu acho que hoje em dia esta visão dicotômica já acabou, foi repensada, né? Mas, até para eu me sentir um pouco menos má, né? Por que o que a gente sentia é que a gente era vilão da história. Então tem esse lado pessoal também. O curso de História me fez preocupar um pouco com estas questões de uma maneira um pouco assim maniqueísta. Mas foi também o que me levou a participar do grupo.⁵⁰

Aléxia, ao se recordar de onde surgiu a idéia de formar um Centro de Documentação Popular, relembra justamente aquilo que era possível para ela naquele momento em que estava cursando um curso que fazia seus graduandos, numa leitura marxista “bem dicotômica”, a se questionarem sobre as condições materiais vividas por todos. Essa situação a levava ter “sentimento de culpa em pertencer à classe dominante” e, portanto, a se engajar em projetos políticos que rompessem com as desigualdades sociais apontadas no seu curso de graduação. Hoje, ao refletirmos sobre as lembranças, considerando seu olhar de historiadora e professora de história⁵¹ – o que não a exime da

⁵⁰ Entrevista com Aléxia Pádua Franco, realizada no dia 12/11/2007. (Grifos meus).

⁵¹ Aléxia Pádua Franco é professora na Escola de Educação Básica da UFU (ESEBA).

condição de sujeito histórico – ela revê sua participação naquele projeto da década de 1980, com outro olhar, onde os filtros da memória e da consciência permitem aflorar apenas as experiências mais marcantes, o que hoje se mostra como o que era possível de ser realizado naquele tempo e espaço. Isso passa pela condição da memória ter um caráter de experiência particular a cada sujeito⁵². Cada um relembra e constrói seu enredo a partir dessa lembrança, levando em consideração o que era importante para ele enquanto agente de um processo vivido que hoje é reinterpretado.

Também isso nos permite pensar a condição do ato de rememorar, ou seja, a memória funciona como um filtro pelo qual “passam” apenas os fatos mais marcantes porque hoje conseguimos estabelecer algum sentido com o presente vivido. Ainda deve ser considerado o uso da história oral, pois o entrevistado organiza sua fala, ou seja, é também a composição de um enredo, um texto, o qual cabe ao entrevistador/pesquisador fazer a sua desconstrução, sua desmontagem, em suma considerá-lo enquanto fonte, e nessa condição construir uma problemática, fazer questões a ela, retirar das narrativas fatos significativos.⁵³

Parto desta mesma concepção para refletir sobre a fala de Ronan, pois ele trouxe lembranças bem diferentes daquelas trazidas por Alécia. Tanto em relação ao que, de maneira particular e individual, o unia ao grupo, ou seja, o que o levava a encampar aquele projeto, quanto ao que hoje ele ressaltou ao narrar as ações do CDP resistentes em sua memória. Portelli nos fala da necessidade de avaliar o momento da vida que a história está sendo contada, pois ele é um fator crucial na sua moldagem. Desse modo, para um militante político, como foi Ronan, recordar-se de fatos na sua militância com o CDP significa a reelaboração de muitas experiências vividas, selecionando assim aquelas que hoje se relacionam com o presente vivido pelo depoente.

E há uma crise também ao capitalismo periférico, né? que no Brasil. Então o... os diversos movimentos sociais vão surgir nesse contexto. E o CDP vem aí como uma perspectiva de trazer formação e informação, preservar a memória desses... dos de baixo digamos assim. Desses trabalhadores.

(...) Então a gente entrou assim: ah, então vamo, espera aí, vamo aonde o povo está. E aonde o povo está é fora da Universidade, geralmente, né? Que hoje mudou este contexto, né?, Mas... E aí nós...Eu já vinha de um movimento de

⁵²PORTELLI, Alessandro. História oral e memórias. Entrevista com Alessandro Portelli. Op. cit. Ver p. 32.

⁵³ Ver PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*. Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 59-72, 1996. Ver p. 64: *...O que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro. Não dispomos de fatos, mas dispomos de textos...;* Ou ver p. 72: *A história oral e as memórias não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias.*

militante social, lá pelos idos de [19]79, [19]80, né? Eu participei da reconstrução da União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia, né? Então, assim, nós reconstruímos a UESU, foi fechada.

(...) Esses novos atores. Foi quando as pessoas mexeu nessa estrutura, né? De fazer oposição sindical, montar partido, montar central, montar o CDP, reconstruir UESU. E aí nós entramos nesse contexto. E ele é sedutor, porque você faz ele e ele faz você. Porque você 'tá vinte quatro horas e meia, com seu cérebro, né. Você desenvolve afinidades.⁵⁴

Ronan, diferentemente de Alécia tinha outros interesses ao participar do CDP. Ele já participava de outros movimentos engajados de organização e resistência, como ressaltou em sua fala, ou seja, tinha a militância que Alécia procurava quando decidiu participar do CDP.

Outro aspecto a ser analisado na composição do grupo é o fato de durante sua existência ter passado por ele vários sujeitos, os quais iam trazendo outras questões, novos interesses, o que ia fazendo, a meu ver, com que o Centro fosse ganhando novos contornos, assumindo um caráter de constante “mobilidade”. Essa mobilidade deve ser pensada tanto no sentido das novas articulações que poderiam ser traçadas com a chegada de novos sujeitos, quanto poderia representar a dificuldade de estabelecer um campo de ação e estabelecerem objetivos a ser alcançados. Faço esta consideração por pensar que, no curto tempo de existência do CDP, houve grande fluxo de novos atores envolvidos. O que poderia significar dificuldades, já que o grupo poderia não conseguir administrar essa condição de constante renovação de postura e concepções, que refletia nos objetivos a ser alcançados.

Percebo, a partir do diálogo com as fontes, que, mesmo alijados dos processos de preservação de suas memórias, os grupos excluídos desenvolvem estratégias de resistência a tal processo de ocultação de suas memórias e histórias. O CDP se apresentou como uma destas estratégias, contando com o apoio de algumas instituições, como Sindicatos, a Igreja, Associações de Bairros, CPT, Direitos Humanos, partidos políticos (PT e PCB), os quais são interpretados por nós, como os sujeitos com que o CDP dialogava diretamente. Isso evidencia que, mesmo diante da imposição, pelas classes e poderes dominantes, de uma memória única, os grupos sociais excluídos do direito à memória resistem à dominação, lutando por construir e afirmar práticas que referenciem suas memórias. No caso do CDP, analiso essa resistência dentro da concepção de um grupo de intelectuais orgânicos que se unem em torno de um projeto

⁵⁴ Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

alternativo de sociedade, e partem para uma ação de cunho panfletária visando a formação e a informação dos trabalhadores e excluídos do sistema capitalista a fim de organizá-los, em uma concepção sindicalista de organização e constituição de consciência de classe de trabalhadores e direções.

Capítulo 2

A organização do CDP

2.1- Como vão chegando os materiais

2.1.1- Formação: de direções e de trabalhadores

Para discutir sobre este caráter do CDP enquanto agente que atua junto aos trabalhadores e os tidos por ele como “oprimidos” no sentido de promover a *formação e informação* desta classe, analisarei cinco publicações do centro que são meios de circulação de caráter informativo e panfletário na agregação de novos sujeitos para o enfrentamento com a classe dominante. Tais fontes ora se intitulam “Jornal do CDP”, ora “CDP Informa”. Interpreto essa mudança no título da referida publicação, enquanto certo movimento que se apresenta dentro do grupo, ou seja, é próprio das mudanças de concepções, projetos e objetivos a serem alcançados à medida que novos sujeitos iam compondo o CDP, se articulando a ele. Estas edições datam dos anos de 1989 a 1990 e foram sofrendo alterações em seu formato: a mudança de título, novos componentes da redação. Encontrei cinco edições destes registros no CDHIS, sendo uma sem data, mas é possível perceber pelo seu conteúdo que se refere ao ano de 1989, especificamente entre os meses de janeiro e fevereiro⁵⁵. A segunda edição é de julho de 1989 e a terceira é de outubro de 1989. Estas três primeiras edições se intitulam “Jornal do CDP”. A quarta e a quinta edição já vêm com o nome “CDP Informa”, sendo a primeira de março de 1990 e a segunda de março de 1991.

A primeira delas (“Jornal do CDP”) traz no editorial “O porquê do CDP”, onde se discute a conjuntura favorável aberta no sistema capitalista para que os “despossuídos” possam se organizar nessas brechas do sistema, a fim de entender os mecanismos de exploração nesta sociedade e então discutirem e implementarem um Projeto Alternativo⁵⁶. O registro destaca a necessidade de haver neste contexto a formação e informação dos trabalhadores como estratégia básica que deve ser articulada com o processo organizativo rumo à constituição de uma sociedade Socialista e

⁵⁵ Não posso afirmar que foram produzidas apenas estas cinco edições durante o tempo de existência do CDP, porém são apenas elas que existem no CDHIS na documentação referente à secretaria do Centro. A numeração dos informativos é confusa, pois o primeiro jornal não tem data, mas sua leitura nos indica que se localiza entre os meses de janeiro e fevereiro de 1989 e tem como numeração o Ano 01 nº. 00, e o segundo é datado de julho de 1989, tem a numeração Ano 00 nº. 01. Tudo indica que foram apenas estas cinco edições, pois o quarto informativo tem a numeração Ano II nº. 04, março de 1990, e a quinta edição traz Ano III, fevereiro de 1991, e não tem o número.

⁵⁶ O porquê do CDP. *Jornal do CDP*. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 01, n. 00, 1989.

Democrática. Declarada sua leitura daquela conjuntura social e política a partir de um diagnóstico de uma sociedade de classes, o grupo faz sua proposta, ou seja, o caminho a ser percorrido para generalizar seu projeto:

Nós, do Centro de Documentação Popular, queremos contribuir, de fato, na implementação deste Projeto: tanto na reflexão dessas lutas, quanto no preservar e arquivar essa memória social, bem como assessorar econômica e juridicamente as lutas dos trabalhadores. Enfim, acreditamos que o resultado dessa VITÓRIA será do tamanho da nossa disposição para as lutas, bem como da nossa capacidade de organização.⁵⁷

Como podemos observar, o caminho apontado pelo grupo é aquele que se utiliza do apelo à formação, informação da classe trabalhadora e despossuídos para que houvesse a sua organização, sendo o CDP o “guia” deste grupo no enfrentamento com padrões e seus projetos de exploração das classes dominantes. É interessante notar a indefinição dos agentes do CDP ao se referir ao grupo social e economicamente desfavorecido dentro do sistema capitalista. Isso nos sugere que, mesmo fazendo uma leitura marxista de valorização da consciência de classe e considerar como resistência apenas os segmentos organizados, mantinham-se os cuidados em não valorizar apenas um grupo naquela caminhada rumo à edificação da sonhada sociedade socialista e democrática, e então tentar agregar aqueles sujeitos que estavam às margens do capitalismo, mas não se enquadravam na “classe” trabalhadora. Outro aspecto que deve ser problematizado no caminho proposto pelo grupo, para generalização de seu projeto alternativo de sociedade, é o modo como se colocavam enquanto grupo que iria formar e informar os trabalhadores a fim de que estes compreendessem os mecanismos de exploração e então se “instrumentalizassem” nesta luta.

Nessa busca de construir um discurso mais democrático houve a preocupação em mudar os termos que tornava explícito qualquer paternalismo, como mostra Aléxia em sua monografia ao citar parte do estatuto:

*O processo de discussão do Estatuto do CDP deixou este princípio de atuação bem claro. Na sua primeira versão, elaborada segundo o modelo de outros Centros, dizia-se no Capítulo da ‘Denominação, Sede e Finalidades’:
‘... estimular sobre todas as formas a criação e desenvolvimento de um pensamento crítico de forma geral à serviço dos trabalhadores...’
Já na segunda versão, depois da discussão do estatuto entre os membros do CDP, decidiu-se redigir tal item da seguinte forma:*

⁵⁷ O porquê do CDP. *Jornal do CDP*. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 01, n. 00, 1989. Grifos meus.

'... estimular a criação e desenvolvimento de um pensamento crítico junto aos trabalhadores ...'

A substituição da expressão 'a serviço dos' pela expressão 'junto aos' confirma a intenção do CDP, em atuar com e não para os movimentos populares.⁵⁸

Porém, a prática ainda se revelava comprometida em estar à frente do comando destes grupos rumo à transformação social. Aléxia, em sua monografia, discute que diante da percepção do CDP de que a contradição também estava presente entre as classes oprimidas, o Centro privilegiava os movimentos mais progressistas e combativos e menos assistencialistas da classe trabalhadora, como agentes mais diretos de seu diálogo, por achar que a transformação social seria promovida por esta categoria.

No entanto, o CDP também acredita que as classes oprimidas e suas organizações não são homogêneas e nem estão isentas de conflitos e contradições, ele não trabalha igualmente com todos os segmentos populares. Ele privilegia os movimentos mais progressistas, combativos e menos assistencialistas. Dentre estes, ele prioriza os movimentos sindicais ligados à CUT, pois percebe que hoje, no Brasil, os trabalhadores representam a categoria que leva a frente à luta pela transformação social.⁵⁹

Neste sentido, podemos mais uma vez perceber a contradição entre a prática e o discurso do grupo, tendo em vista que eles tinham a percepção de que a classe trabalhadora não era homogênea, e por isso privilegiavam como alvos da formação aqueles que já tinham certa militância e o mínimo de organização.

Esta concepção de formação e informação deve ser questionada por se apresentar enquanto discurso competente⁶⁰, em que um grupo “esclarecido” determina qual o caminho certo a ser seguido. Esse discurso ganha foros de verdade inquestionável, tendo em vista que parte de uma “autoridade” sobre o assunto. Tal postura acaba por desvalorizar os próprios sujeitos com os quais se propõem a dialogar (aqui expresso como formação e informação), como se os mesmos não soubessem as próprias condições de exploração vivenciadas cotidianamente.

Nesta mesma edição, ano 01 nº 00, sem data, o “Jornal do CDP” traz:

UMA HISTORINHA COM UM BOM COMEÇO...

⁵⁸ FRANCO, Aléxia P. *A sobrevivência da memória popular*. Op. cit. p. 64. Grifos da autora.

⁵⁹ Ibid. p. 64-65.

⁶⁰ CHAUI, Marilena. O discurso competente. In: *Cultura e democracia*. São Paulo: Moderna, 1982. p 3-13. A autora discute o processo de instituição das ideologias, analisando como se dá o processo de aceitação e internalização do discurso competente, cujos interlocutores já reconhecidos como tendo o direito de falar e de ouvir. *O discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado (estes termos agora se equivalem) porque perdeu os laços como o lugar e o tempo de sua origem*. p.7.

A idéia do CDP (Centro de Documentação Popular) apareceu por volta de 1985, quando algumas pessoas do NPS (Núcleo de Pesquisa Social), professores e alunos da UFU (Universidade Federal de Uberlândia) estavam discutindo: seus projetos de pesquisa, a prática das universidades sempre distante da sociedade, etc.

.... PARA UMA SEMENTINHA QUE ESTÁ BROTANDO...

De 1985 ao final de 88 o CDP passou por várias fases de “namoro” com vários militantes de Uberlândia; de manter “relação” com 100 entidades por este Brasil afora, e as vezes pensou-se no “aborto” dessa sementinha.

... O CDP AGORA...

Atualmente o CDP vem tomando cara e coração – VIVE. É que vários militantes – sindicalista, economista, advogado, historiadores, etc – assumiram a sua “paternidade” a partir do mês de Janeiro de 1989⁶¹.

Mais uma vez vem à tona o caráter paternalista que o grupo assumia em relação ao Centro e estendia aos movimentos. Em outra parte do referido jornal, ao tratar dos objetivos, dentre os quais reforçam: o caráter de guardar e arquivar a documentação referente às entidades populares e dos trabalhadores; a prática de formação e informação de direções e dos trabalhadores; e por fim a montagem de uma prestação de serviços que envolvam aqueles profissionais que assumiram a “paternidade” do Centro, retomam essa idéia de órgão que atuaria a favor do despossuídos (para eles).

Destaco esse aspecto da ação do grupo idealizador do CDP relacionando ao discurso competente, por acreditar que o grupo realmente acreditava na viabilidade de seu projeto e mobilizava todos os esforços e recursos disponíveis para atingi-lo. O que gostaria de ressaltar é a necessidade de hoje, ao reavaliarmos a história do CDP, fazê-la de maneira crítica a fim de possibilitar a autocrítica e avaliação de uma prática social tão importante como foi a experiência do CDP, não só para os sujeitos que o encamparam como projeto, aqueles que dele compartilharam e se beneficiaram, mas também os que vieram posteriormente e os que, acredito, ainda virão. Ainda que posteriormente o grupo esclareça que seu desejo não é trabalhar para os trabalhadores, mas junto a eles, destacando as vantagens de se trabalhar coletivamente de maneira organizada, reforçando a necessidade de se criar uma consciência de classe, concepção que era corrente naquele período, diante da historicidade da década de 1980, onde ainda perdurava uma leitura marxista-leninista de classe homogênea.

A década de 1980 é o contexto histórico que gesta toda tentativa de se livrar da ditadura militar e das marcas deixadas por ela, e nesta perspectiva havia o desejo – por

⁶¹O porquê do CDP. *Jornal do CDP*. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 01, n. 00, 1989. Grifos meus.

parte de toda a sociedade brasileira – de se construir uma sociedade democrática e para alguns até mesmo uma sociedade socialista (como foi o projeto do CDP), como pude observar nos documentos (escritos e orais). Não podemos deixar de ressaltar que é neste período que alguns sindicatos conquistam maior força política e muitos rompem com o peleguismo. Os movimentos populares e sindicais se tornaram muito atuantes, diante destas possibilidades, fazendo várias articulações, e conseguindo grande mobilização, como fazia o CDP, de grande parcela da classe trabalhadora. Foi o momento em que se promoveram as articulações políticas – e neste sentido as fontes referentes ao CDP nos trazem indícios destas articulações entre um centro que queria o acervamento de fontes “populares” e instituições também ligadas ao movimento popular e sindical como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telefonia (SINTTEL), Associação dos Docentes da UFU (ADUFU), Associação dos Servidores da UFU (ASUFUB), Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação, Sindicato dos Comerciantes, Sindicato dos Eletricitários, etc. Isso aponta para o desejo de se constituir centros de memória, os quais disputam valores em nossa sociedade, evidenciando o caráter da produção de memória enquanto campo de conflito, embates e disputas, entre diferentes projetos.

A nosso ver, essa é a representação da década de 1980 feita pelo jornal, a partir da qual traçava um projeto de atuação de um centro de memória que assumiria a função de formação e informação, apresentando vários objetivos para generalização de seu projeto. É diante desta leitura da sociedade que se forjou a construção de um centro de memória popular. Partiam de uma concepção de luta de classes, em que a constituição deste centro atuaria “para” (posteriormente há mudança de preposição “junto”) aos oprimidos, informando e formando trabalhadores, dirigentes e militantes. Havia o sonho de se constituir uma sociedade mais justa e democrática. Uma sociedade socialista.

No informe geral desta edição, ano 01 n°. 00, sem data, explicita qual seu caráter: trazer notícias referentes aos sindicatos, partidos, movimentos sociais diversos. O que mostra com quais sujeitos o Centro mantinha seu diálogo. De fato, trazem notícias sobre eleições de alguns sindicatos da cidade, de planos para greve geral e notícias sobre assuntos referentes à política da cidade de Uberlândia, mostrando a luta e conquistas dos trabalhadores frente ao poder público. Trazem agradecimentos ao SINTTEL e ADUFU. Ao falar dos contatos com o Centro, trazem o endereço Av.

Belarmino Cotta Pacheco, 80 c/02, bairro Santa Mônica. Cruzando esta informação com a fala de Ronan e com as demais edições, percebo que neste momento ainda não contam com a sede própria e possivelmente residem na sede do Sindicato dos Trabalhadores na Alimentação. Traz como redatores os nomes de Élson, Fuçacó e Ronan, os quais se apresentam como coordenação provisória. Destes redatores, desta edição, foi possível encontrar apenas Ronan Hungria, os demais, de acordo com Ronan, estão em outras cidades, estados e país:

A Fuçaco 'tá no Japão.

(...) Tem o Élson. Élson é uma figura bacana. 'Tá em BH, hoje. Ele trabalha na rede de formação. Tem o Marcelinho... Tem um professor de história lá na UNITRI. Acho que ele 'tá lá até hoje.

Amanda: Qual, Ronan?

Ronan: É o Fábio. Tem o Francisco, que 'tá lá Universidade de Goiás. Tem a Alexia, que trabalha aqui no ESEBA.⁶²

É interessante perceber que alguns destes redatores e idealizadores do CDP continuaram no movimento sindical ou social, enquanto outros permaneceram nas universidades. Alguns insistiram em projetos de militância política, como é o caso do Élson e do próprio Ronan, enquanto que Aléxia e Francisco estão em universidades, seguiram carreira acadêmica.

A segunda edição do “Jornal do CDP”, ano 00 nº1 julho de 1989, traz no editorial a frase *Aprender fazendo para saber fazer melhor*⁶³, que mais uma vez vem reforçar a necessidade de, naquele contexto, haver a organização dos “oprimidos”, a formação e informação dos trabalhadores, dirigentes e militantes, os quais eram elementos fundamentais para o avanço da construção do Socialismo e da Democracia no Brasil. Assim o jornal traz:

As diversas frentes de lutas dos trabalhadores organizados – sindicatos, associações, partidos, etc – ou não, dos despossuídos e marginalizados em geral tem nos mostrado a importância de desenvolver um novo estilo de organização: direção coletiva, uso da crítica e autocrítica, estímulo à criatividade; enfim, que implemente métodos de uma práxis democrática, onde os nossos horizontes de transformação tenha como centro a construção do 'homem novo'.⁶⁴

Neste número, o caminho a ser trilhado, de acordo com o grupo, era a constituição de um novo estilo de organização dos trabalhadores, primando pela direção coletiva, pelo uso da crítica e autocrítica e estímulo à criatividade. Tudo isso diante da

⁶² Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

⁶³ JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 00, n. 01, jul. 1989.

⁶⁴ Idem.

experiência do Socialismo Real com seus erros e acertos, aliada à experiência do próprio povo brasileiro, ante a dominação e exploração. Este projeto, de acordo com os membros do Centro, forneceria elementos para construção de um novo homem e de uma nova sociedade. Assim este número do Jornal do CDP afirma:

*(...) Neste contexto, a FORMAÇÃO e INFORMAÇÃO dos trabalhadores, dos dirigentes e militantes são elementos fundamentais para avanço da construção do Socialismo e da Democracia em nosso País. Haja visto que temos hoje o privilégio de construir e fazer o nosso projeto social: ante a experiência acumulada – com erros e acertos – de mais de 70 anos do chamado ‘Socialismo Real’ por um lado, por outro, temos também a ‘somatória’ das lutas e experiências do nosso povo, ante a dominação e exploração das elites, que neste precioso momento são checados e encostados à parede.
(...) [nossas lutas] não pode ter um fim em si mesmas: mas que nos ajudem, na prática e forjam os elementos possíveis e reais para a construção de uma nova sociedade.⁶⁵*

Mais uma vez evidenciada sua leitura de sociedade o grupo faz a proposta de formar e informar os trabalhadores com um estilo próprio de organização, em que o CDP se colocaria como um dos instrumentos para tal ação (formação). É interessante perceber a maneira como o grupo articulava sua leitura de sociedade às condições materiais daquele contexto, constituindo um argumento mobilizador dos vários sujeitos com os quais o grupo dialogava. Aqui retomo às questões básicas do historiador no seu trabalho de indagar as fontes: com quem fala? Em nome de quem fala? Por que fala? O que se fala?⁶⁶

É a partir daí que o CDP chama a todos os (as) companheiros (as) que estão nesta luta à autocrítica e a repensar a sua prática cotidiana. Pois as nossas diferenças propiciam o futuro da nova sociedade em gestação.⁶⁷

É ao fazer essas questões que os sujeitos vão surgindo em um movimento de reavivar a história do CDP, possibilitando refletir sobre as experiências daqueles sujeitos.

A cada edição desta publicação novos argumentos são agregados em prol desta mobilização e divulgação do CDP enquanto instrumento de luta na resistência dos trabalhadores e excluídos do sistema capitalista. Nesta edição, o saber-fazer é valorizado, o que mostra a tentativa de valorização das experiências, as quais estariam sempre postas sob o crivo do repensar. Ao aliar esse modo de atuação e compreensão do

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Ver VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. Op. cit. p. 56.

⁶⁷ JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 00, n. 01, jul. 1989.

grupo àquelas questões do métier do historiador, penso: qual memória dos movimentos sociais o grupo CDP queria forjar? Neste sentido, vejo a ação do grupo fundador, enquanto tentativa de transformação das condições materiais (sociais, políticas, econômicas, em suma o corpo social não é compartimentado em diversas esferas, pois todas se imbricam) vivenciadas por aqueles que historicamente estão às margens do sistema, onde tal grupo seria o esclarecedor deste processo. É neste sentido que nos questionamos: eram memórias plurais? Qual memória queria produzir? Todos os movimentos envolvidos seriam lembrados de modo unívoco sobre o movimento de resistência da classe trabalhadora frente à dominação historicamente construída?

Também nesta edição, os redatores trazem “a importância do arquivo e da documentação na organização dos trabalhadores”. Aqui retomam as funções do Centro de acervamento das fontes ligadas à história do movimento sindical e popular, já que na primeira edição esta função apareceu apenas no espaço dos objetivos do Centro, e não só de formador. Neste sentido, a referida edição enaltece o valor do registro dos acontecimentos, pois:

É através da História de nossas lutas que compreendemos nossos erros e acertos. Sabemos que os meios de comunicação de massa – pertencentes aos patrões e governos não tem interesse de divulgar e registrar a luta dos trabalhadores em geral. Por esse motivo, que se torna importante que o próprio movimento se responsabilize em registrar e divulgar a sua caminhada.⁶⁸

Neste momento o Centro reafirma sua ação também como órgão preocupado em acervar os registros da classe trabalhadora, ou seja, de centro de documentação popular. Isto mostra a disputa travada no campo da memória, forjando a memória do movimento popular e sindical, usando a produção dessa memória como meio caminho para se atingir seu projeto: a construção de novo homem e a transformação da sociedade em uma sociedade democrática socialista. Faz ainda a proposta de colaboração para que cada entidade crie seu espaço de memória, o que é indício da tentativa de romper com o paternalismo e assistencialismo que o grupo estava assumindo em relação aos movimentos populares e sindicais.

Além disso, o CDP propõe colaborar para que cada entidade ou movimento social crie seu espaço de memória e que aquelas que tiverem alguma forma de comunicação – jornais, fitas, panfletos, cartazes, etc. – que envie ao CDP para serem arquivados e utilizados por outras pessoas ligadas aos movimentos.⁶⁹

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

Ao ler esses jornais, relacionando-os às entrevistas de Ronan e Aléxia, pude refletir sobre condição do CDP em fazer propostas de mudança da ordem vigente e estabelecer uma rede ampla de contatos diversificados. Ao encarar cada novo registro que fui encontrando e descobrindo, enquanto produto das relações sociais vividas pelos sujeitos que encamparam o CDP como um projeto de transformação, foram surgindo os vários sujeitos com os quais dialogavam. Aqueles com quem falavam e aqueles para quem falavam. Quais os objetivos foram traçados a partir do diagnóstico daquela sociedade. A rede de contatos, as articulações se mostravam como projeto historicamente experimentado diante das correlações de forças com que os agentes históricos experimentavam. Refletir sobre esta experiência (que é de classe e de luta⁷⁰) significa entendê-la enquanto projeto que forjava uma memória acerca do movimento social e sindical. O grupo fundador queria promover a organização dos trabalhadores frente à classe dominante. Para isso iam trazendo como argumentos e artifícios para essa mobilização a formação e a informação, em que o grupo de intelectuais orgânicos assumiria à frente, estabelecendo caminhos, metas.

A cada contato com as diversas entidades, o número de documentos ia aumentando e a necessidade de criar critérios de seleção e organização de todo material que iam recebendo se tornou premente. Neste sentido, ao grupo não faltava disposição, como ficou evidente no trecho acima do jornal, pois ao mesmo tempo em que iam se informando sobre o modo de organizar um acervo popular, ou mesmo constituindo um procedimento próprio ainda que não estivesse de acordo com as normas da arquivística (ciência ainda muito inacessível naquele período, ainda que fossem surgindo preocupações e interesses), eles faziam as propostas aos movimentos e entidades para que também constituíssem seus centros de memória, haja vista que o CDP colaboraria para tal organização.

A preocupação com a memória não tinha sentido único, pois apontava tanto para a preservação da memória enquanto local de disputas com os grupos dominantes, pois estes grupos não têm interesses em preservar história dos trabalhadores, ao contrário a utilizam como campo de dominação, quanto tinham o interesse em fazer da memória um espaço apropriado para promover a auto-reflexão do movimento sindical e popular.

⁷⁰ Ver VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. Op. cit.. p. 17. Ver FENELON, Déa Ribeiro. *O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo*. Op. cit. p.13.

Havia o desejo de sempre repensar as práticas cotidianas, as lutas, e reavaliar erros e acertos – uso da crítica e da autocrítica.

No Informe Geral desta edição ano 00 nº1 julho, 1989, vemos outro elemento utilizado pelo CDP para formar e informar o trabalhador. Refiro-me aos vídeos-debates promovidos pelo grupo com o intuito de promover a discussão e o debate, em suma formar direções que atuassem junto as suas entidades e comunidades a fim de conseguir o objetivo da organização da classe trabalhadora.

*O CDP está promovendo mensalmente a 'SESSÃO VÍDEO-DEBATE' onde enfocamos através de fitas, as questões sobre: o mundo do trabalho, a opressão, a discriminação ecologia, etc. Atividades estas que propiciam 'bons papos' e são regados a cervejas.*⁷¹

Para além do espaço de formação política, estes momentos reservados aos vídeos-debates também se constituíam espaço de lazer, de socialização de vivências e modos de conceber as lutas políticas e o viver. Ronan deixa transparecer este caráter em sua fala:

Amanda: 'Cê falou das fitas. Eu percebi no material que tinha muito vídeo-debate. Como que era?

Ronan: Esse debate era o momento do lazer, né?

Amanda: Era?

Ronan: Tomar uma e assistir fita. "Classe operária vai ao paraíso" (risos). Esses filmes mais críticos, né? De... de... Se eu pegar a ata eu lembro.

Amanda: 'Cê lembra?

Ronan: Lembro. Então, assim: vamos ver um vídeo que questiona a condição da mulher nessa sociedade opressora.

Amanda: E qual... e qual era o público, assim?

Ronan: Ai era... porque chamava... pra goró, né? Tinha as discussões. Porque era o momento que as pessoas tinham pra conversar, trocar, namorar um ao outro, e falar de amor, de prazer,...

Amanda: E aliava isso aos debates?

Ronan: Ao projeto.

Amanda: Havia debates?

Ronan: Havia os debates. As discussões. Convidava as pessoas.

Amanda: Como que era organizado?

Ronan: Lá no Sindicato da Alimentação, na sexta-feira, depois de ter ralado todinho, 'cê vai prá lá tomar uma com a gente e assistir a fita...

Amanda: E tinha divulgação?

*Ronan: Tinha os cartazes. Organizadíssimo e sem grana, e organizadíssimo. Porque era uma vontade das pessoas. Era um desejo, sabe assim? E quando você tem isso, essa energia, ninguém te segura. Porque que um militonto, vai... detona um batalhão. Porque tem muita coisa com ele. E nós tínhamos isso [problema na fita]. Uma união, uma decisão, uma vontade um desejo. E assim... muito lindo.*⁷²

⁷¹ JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 00, n. 01, jul. 1989.

⁷² Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

Ao construir sua narrativa, ele traz elementos do momento histórico, onde a união das pessoas era mais um elemento agregador naquela luta empreendida pelo grupo CDP. Ao se recordar que os debates conseguiam unir lazer e discussão política, ele atribui este fato à vontade das pessoas, ou seja, usando um termo de trabalhado na coletânea de textos “Muitas memórias, outras histórias”⁷³, ele recupera a potência dos sujeitos enquanto agentes de sua própria história, capazes de alterá-la ou mantê-la, de acordo com os interesses. Tanto que afirma que hoje ele não sabe como andam as cabeças das pessoas e que aquelas coisas românticas se acabaram:

*(...) Ganhamos caixas de cerveja, e aí a gente vendia cerveja a preço de custo. Que a gente tinha aquele compromisso [problema com a fita]. [risos]. Aquelas coisa românticas, bonitas, né? Que hoje acho que não tem mais muito significado, né? Pra nós, né? Parece que não tem, né?*⁷⁴

Ronan, ao avaliar o momento histórico presente e compará-lo ao passado vivido, deixa transparecer a “desilusão” frente ao fato de hoje a militância ter se perdido. Esta sensação, penso ser peculiar às pessoas que vivenciaram a militância e poder de organização dos anos 1980, e hoje se deparam com tamanho individualismo presente em nossa sociedade neoliberal, onde as responsabilidades e ações recaem cada vez mais sobre o indivíduo, entendido dentro desta concepção como o único responsável pelas ações. É a total negação do coletivo na tentativa de anular qualquer possibilidade de união.

Na monografia de Aléxia ela também discute a realização dos vídeos-debates, porém a coloca como ação cultural desenvolvida pelo CDP como meio de atuação entre os movimentos não-organizados.

Mesmo assim, por estar ciente de que nem todos os oprimidos estão inseridos no mercado como ‘trabalhadores’ e de que a ação exclusiva desta categoria não consegue modificar a sociedade, o CDP não despreza completamente outras entidades populares como associações de bairro, movimentos negros, feministas, grupos de cultura popular até setores desorganizados das classes dominadas, ele age junto a esses grupos através de ações culturais como Vídeo-

⁷³ Neste trabalho (resultado das discussões e atividades realizadas ao longo de dois anos no Projeto PROCAD “Cultura, Trabalho e Cidade: Muitas Memórias, Outras Histórias”, financiado pela CAPES) organizadores e autores referenciam Beatriz Sarlo na importância que teve para o pensar deste grupo, quando a autora mostra a necessidade do intelectual produzir seu pensar enquanto vitalidade crítica, que Sarlo chama de pensamento prospectivo a ser feito pelo intelectual. Assim trazem o questionamento da autora: O que o intelectual faz que vá interferir na vida das pessoas comuns, sujeitos reais que têm potência? Ver FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água. 2004.

⁷⁴ Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

*Debate, festas, bloco carnavalesco, Biblioteca Popular, ajuda em eleições, etc.*⁷⁵

A autora não nega tais sessões enquanto espaço de socialização e lazer, aliado à discussões políticas com finalidade de formar e informar os agentes de interlocução do CDP. Também podemos encontrar alguns folders convidando para as sessões dessas exposições, nos quais percebemos que a cada sessão havia uma entidade patrocinando. Essas exposições eram sempre de filmes mais politizados que expressassem as condições políticas e sociais vividas no país. Todos com patrocínio da Sétima Arte Locadora, a qual era referência na cidade de Uberlândia em filmes deste gênero. Nem todos estes registros possuem data, mas os que possuem são do ano de 1990. Cabe destacar que este ano foi de grande efervescência das ações do CDP, quando realizavam estas sessões, conseguiram uma nova sede, constituíram uma biblioteca popular, elaboraram o estatuto. Esta edição de julho 1989, ano 00 nº1, conta com mais um redator, chamado Marcelo, o que também pode ser interpretado como chegada de mais pessoas interessadas em participar do projeto CDP.

A terceira edição do Jornal do CDP⁷⁶ vem reafirmar os caminhos que devem ser trilhados para a realização dos objetivos: construir uma sociedade mais justa, socialista, onde os trabalhadores fariam a transformação mediante sua capacidade de organização, sendo o CDP o agente que promoveria a formação e a informação. Assim temos:

(...) rumo a uma sociedade mais justa [o CDP vem] preencher as necessidades imediatas do movimento quanto Informação e Formação para trabalhadores organizarem melhor suas lutas. (...)

Entendemos que não cabe a nós do CDP 'ensinar' como devem ser feitas as lutas dos trabalhadores, mas cabe a nós numa concepção de massa, democrática e socialista contribuir nas sistematizações e no registro das várias formas de lutas dos trabalhadores e despossuídos em geral.

*Atualmente estamos discutindo com várias categorias de trabalhadores, seja através dos seus sindicatos ou mesmo oposições sindicais para que eles assumam a organização e estruturação do CDP, como mais uma ferramenta de luta contra a exploração e dominação, apontando na perspectiva de uma sociedade nova.*⁷⁷

Nesta edição o grupo se coloca mais uma vez enquanto agente capaz de promover a formação e informação dos trabalhadores para que estes possam realizar suas lutas. O grupo seria o responsável pelas sistematizações dessas lutas, bem como nos seus registros, o que nos faz voltar àquela noção de o CDP forjar a memória dos

⁷⁵ FRANCO, Aléxia P. *A sobrevivência da memória popular*. Op. cit.. p.65.

⁷⁶ JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 00, n. 02, out. 1989.

⁷⁷ Idem.

movimentos sindical e popular. Desse modo, questiono: qual memória queriam produzir? Como este grupo tinha interesse que essas lutas fossem lembradas? Tais indagações diante dos registros nos permitem interpretar que se procurava forjar a memória desses movimentos articulada a uma noção de luta organizada, e até mesmo homogênea, ainda que os discursos tentassem negar isso.

Um aspecto interessante nesta edição é o fato do grupo assinalar para uma possibilidade dos movimentos assumirem a coordenação do CDP. A nosso ver, isto é indício de tentar se aproximar mais dos movimentos e romper com o assistencialismo e paternalismo que estavam presentes nas ações do Centro em relação aos movimentos. Havia o desejo de se aproximar mais dos movimentos, permitindo-lhes conduzir suas próprias lutas.

Nesta edição de outubro de 1989, 00 n°. 02, a preocupação com a preservação da memória dos movimentos sindicais e populares se torna mais presente. Já falam da composição do Centro em duas frentes de atuação (as comissões de documentação e de formação), quando falam da organização da documentação do CDP. Porém, o que não podemos perder de vista é que sempre que se falava no trabalho de preservação, este era sempre associado ao caráter de formação dos trabalhadores e direções, a fim de assessorá-los em suas lutas. Esta edição também traz informações sobre a constituição de uma biblioteca popular que servira a tais movimentos para consulta pública, com o mesmo caráter de assessoria; por fim afirmam o recebimento de material para montagem da biblioteca.

A montagem dessa biblioteca também é citada nas correspondências. Em carta datada de 05/03/1990 endereçada ao Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI – RJ), fala da organização da Biblioteca Popular do CDP e por isso pede informações de como realizar tal organização, além de pedir subsídios sobre o Centro de Documentação alternativo. Há outra correspondência manuscrita, assinada por Fuçacó, sem destinatário especificado, onde denuncia grande quantidade de material que carece de arquivamento e pessoal para realizar o trabalho, e por isso pede contribuição para darem continuidade a tal trabalho.

A publicação de 1990 vem com o nome “CDP Informa”⁷⁸. Traz em seu editorial “Eleição e formação” uma avaliação da situação política pós-eleições presidenciais de

⁷⁸ CDP INFORMA. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 2, mar.1990.

1989, onde mais uma vez faz sua leitura da sociedade brasileira, reavalia a atuação do grupo e traça novas propostas.

Seria muita ingenuidade considerar a eleição de Collor de Melo simplesmente como uma derrota das forças progressistas. Outros fatores atuaram no processo: os meios de comunicação, principalmente a televisão e a própria desinformação e falta de preparo político da maioria da população são elementos de um balanço que contrário senso, deve fortalecer a atuação dos segmentos organizados. Não basta apenas o discurso progressista para abalar esta maioria desinformada e marginalizada, mas é necessário criar novas formas de informação/formação para armar estes setores para lutarem por seus interesses.

O CDP, nesse processo de crescimento político dos trabalhadores, assume o seu papel. Hoje, acompanha de perto as atividades de formação de diversas entidades sindicais e presta assessoria às oposições sindicais que lutam por organizar as suas categorias (...) É o fazer e aprender fazendo, superando na prática os desafios e contribuindo para o crescimento político do movimento sindical e popular.⁷⁹

A leitura e interpretação pelo grupo das eleições apontam a desinformação dos marginalizados da maioria da população votante como responsável pela eleição de Collor, por isso a necessidade de se formar/informar estes sujeitos sociais para lutarem por seus interesses. Mais uma vez a postura ganha tons de paternalismo, ao ignorarem a condição da contradição inerente ao processo histórico, o que os leva a pensar em certa passividade dos “desinformados”, que se deixaram aliciar pelos discursos da mídia ao eleger Collor para presidente. Diante de tal leitura, reafirmam seu projeto: Formar e Informar os trabalhadores para o enfrentamento com os grupos dominantes. É evidente a decepção do grupo em relação à derrota de Lula nas urnas, o que seria fruto da ausência da consciência de luta popular pela maioria dos votantes, ainda que as necessidades de mudança fossem grandes no país. Mesmo reafirmando seu compromisso em continuar com o projeto de formação e informação, é inegável a decepção com o resultado das eleições, decorrente do fato de não aceitarem a contradição presente no processo eleitoral. Então, querem generalizar sua leitura a seus interlocutores.

A edição ainda aponta a realização de um seminário que debateu sobre a saúde do trabalhador, a partir do qual decidiu-se formar um Núcleo de Saúde do Trabalhador que se tornaria referência em Uberlândia e região, a fim de esclarecer sobre as más condições de trabalho. É interessante ver como a formação e a informação estão sempre

⁷⁹ Idem (Grifos dos redatores).

articuladas aos interesses do grupo. Eram esses dois objetivos que direcionavam as decisões do grupo.

A edição de 1990 traz nos informes o comunicado da existência da Biblioteca Popular, convidando a ir até o local e fazer sua ficha de inscrição, a fim de promover a formação dos trabalhadores. Aléxia, em sua fala, denuncia certa desorganização em relação aos empréstimos, os quais não tinham um controle de para quem se emprestou determinado material.

Amanda: E a biblioteca Popular, Aléxia? 'Cês conseguiram organizar?... Pela documentação analisada... tem vários documentos... 'cês queriam montar uma Biblioteca...

Aléxia: Então eu sei que tinha muitos livros. 'Cê lembra que eu te falei que tinha muito livro.

Amanda: Livros, né? Aham...

Aléxia: Mas ficou tambémtá vendo... ficou só nisso, nè? A gente reconhecia o material... e tentávamos... ir fazendo com eles, né? Eu lembro que a Maria José falava assim pra nós: olha, livro é uma coisa, né? Porque não era produzido pelo movimento. O movimento usa e tal, mas não é eles que produziram. E os documentos, já foi. Então, nós vamos ter que separar. Mas... realmente tudo ficou muito nos ensaios, e não fazia né?... A gente não chegou a fazer, né? Então não chegou a fazer para emprestar... Não. Mas olha... agora que eu tô me lembrando. Às vezes a gente emprestava. E eu lembro que às vezes eu ficava brava, porque, assim... emprestava e a gente não tinha controle nenhum do empréstimo. Aí eu falava: gente, mas então... vai ficando muito assim, né? É... espontâneo, e a gente acaba perdendo as coisas. Então, a gente tentava fazer alguma listinha lá, manual de empréstimo...⁸⁰

Pensando aquela mudança de títulos do boletim, a edição do “CDP Informa” de 1990⁸¹, traz em seu expediente que este era o quarto número do órgão e que era “Nova Fase”. Como coordenador, traz apenas o nome de Ronan Hungria, diferentemente das outras publicações que trazem os nomes dos redatores (Élson, Fuçacó, Ronan e Marcelo). Outro aspecto de mudança nesta edição é que ela conta com um jornalista responsável, chamado Francisco Medeiros, e os nomes de Élson e Marcelo, ambos citados nas outras edições do “Jornal do CDP” como redatores. Isto vem reforçar que este ano foi de maior estruturação e ampliação do Centro, que eles denominaram de “Nova Fase”. O que mais uma vez revela aquela condição de mobilidade do Centro sempre com a chegada de novos sujeitos que o compunham, agora, por exemplo, era o jornalista Francisco que vinha compor o grupo, dando maior institucionalidade ao projeto CDP, ao assinar como jornalista responsável a publicação do órgão informativo do CDP. Ao informarem o endereço da redação do Centro, trazem aquele citado por

⁸⁰ Entrevista com Aléxia Pádua Franco, realizada no dia 12/11/07

⁸¹ CDP INFORMA. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 2, mar.1990.

Ronan, em sua fala, como sendo o da sede própria, na Rua Ivaldo Alves do Nascimento, 1150.

A edição de março de 1991 do “CDP Informa”⁸², traz em seu editorial “O CDP hoje”, um balanço do que é o CDP – seu objetivo principal, que era “resgatar a documentação da luta popular em nossa região” -, sua trajetória ao longo de cinco anos de existência, seus parceiros contribuintes, os quais eram voluntários, avaliando que esta forma de sustentação, apesar de importante, não estava sendo suficiente e, portanto, o Centro estava à procura de outros recursos para sustentação de suas atividades, o que levava à modificação do estatuto. Informa que em reunião ordinária foi decidido que albergaria provisoriamente a CUT Regional do Triângulo, a qual dividiria as despesas de infra-estrutura com o CDP.

A referida edição traz uma matéria intitulada “Uma resolução histórica” onde fala da participação do CDP junto com a Secretaria de Formação Sindical da CUT/MG, decidindo pela constituição da “Secretaria de Formação Sindical da CUT - Regional”, a qual estaria encarregada daquele momento em diante em fortalecer o movimento sindical através da assessoria no campo de formação política e sindical. Assim a fonte expressa:

*Tendo cumprido uma missão importante, desde sua fundação até este momento, assessorando o movimento sindical da região na questão da Formação, o CDP, por deliberação de seus componentes, decidiu então votar às suas origens, de entidade dedicada à conservação da memória do movimento sindical e popular. O CDP não deixa de lado uma faceta de seu trabalho, mas assume a especificidade que se pode esperar de uma entidade não-sindical, como esta. Hoje, a formação sindical, em Uberlândia e região, está muito mais avançada que há 5 anos atrás, e é o momento das entidades sindicais assumirem o seu destino.*⁸³

Esta avaliação do grupo muito nos fala sobre a mudança, ou como o jornal traz na próxima matéria de um resgate da identidade do Centro. Ele quer recuperar aquela condição de centro de memória, que foi deixada de lado diante da aproximação dos sindicatos – principais órgãos financiadores do CDP –, o que se mostrou em privilégio das funções do Centro na formação e informação. Quer voltar às funções do centro de memória, valorizando agora a prática de documentação e organização de todo acervo, constituído ao longo de sua existência. Ao deixar a formação com uma entidade voltada para isso, de origem sindical, o grupo buscava, naquele momento, outros sujeitos de

⁸² CDP INFORMA. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 3, mar.1991.

⁸³ Idem.

diálogo, ou seja, outros grupos de articulação: os centros de memória que naquele período se expandiam por todo o país, diante da preocupação com a constituição de acervos que procurassem preservar a memória dos sujeitos alijados dos processos arquivamento de seus registros. Não que no período de gestação do CDP tal preocupação não existisse. Não podemos nos esquecer que a ação para constituição do referido centro partiu de um grupo ligado à Universidade preocupado em constituir outras fontes para suas pesquisas: como o próprio Ronan recuperou em sua fala sobre novos atores que entraram em cena, recuperar a memória dos de baixo, dar voz aos silenciados.

O que é interessante perceber, ao reavaliar a história do CDP, é o movimento que o grupo fez: partiu do desejo de constituir um Centro de Documentação Popular, preocupado em valorizar os registros dos grupos marginalizados na sociedade capitalista, se distanciando disso e agregando a formação e informação destes outros sujeitos, se aproximando da luta sindical que se fortalecia em todo o país naquele período, e que agora, diante de uma avaliação de que o Centro tinha cumprido sua missão (formou muitos militantes, fortaleceu o movimento sindical na região de Uberlândia), voltaria para sua preocupação inicial de organizar o acervo, focar na construção da memória, a qual agora seria valorizada diante do grande quantidade de fontes acervadas durante cinco anos de existência. Portanto, o foco seria a montagem da Biblioteca Popular.

Isto nos permite voltar à idéia da multiplicidade de sujeitos envolvidos com o Centro, o que por sua vez revelava também a multiplicidade de interesses. Ronan, ao construir sua narrativa, aponta justamente como responsável pelo fim do centro o fato de ter cumprido sua missão, que a seu ver era a formação e informação, enfim a militância organizada pelos órgãos sindicais, revelando seu envolvimento com tais entidades.

Amanda: Pois é, 'cê falou que quando doa, 'cê acha que perde um pouco a...

Ronan: Porque aí ele deixa de ser uma coisa viva, com contradições, pra ser um objeto a mais, morto. Porque nossa crítica era isso. O arquivo não pode ser morto.

Amanda: Ah sei!

Ronan: Ele tem que estar ativo. Ele tem que estar onde o povo está. Ele tem que servir a estas necessidades. Que é precárias, que é... ao mesmo tempo que é limitada por causa do sistema, empobrecida. Mas há um desejo, há uma vontade das pessoas, e aí nós temos que trabalhar isso de forma articulada, organizada. E aí foi aí que surgiu as parcerias. Cada um encontrava um ponto, que tinha sentido, uma interface, pra ele.

Amanda: 'Cê acha que o CDP, hoje então 'cê vê como um arquivo morto? 'Cê acha que não teria...

Ronan: Eu acho que não tem... É pra isso mesmo [pesquisa].

Amanda: Igual os movimentos?! 'Cê acha que eles não...

Ronan: Ele ajudou. Foi uma escolinha que formou muita gente. Mas... a função inicial dele sai da UFU, justamente por essa crítica, né? 'Cê vê o tanto de coisa parada; energia morta. Cadê isso?

Amanda: 'Cê acha que não pode promover a auto-reflexão? O reencontro desses grupos, que forneceram documentos?

Ronan: Ah, eu não sei... Eu penso assim... Ele cumpriu o papel deles que era trabalhar aqueles objetivos. Nós fizemos... Só que chegou um momento que ele... O contexto já não precisa mais. E aí é onde ele se transforma num objeto. Pra depois servir de pesquisa. Reflexão e tal. Mas, não é mais militante. Tá entendendo? Ele não é mais... Por exemplo, ele não tem... ele não tem mais as sessões, vídeos, vídeos-debates, não recolhe mais material, os cartazes, livros, jornais. Ele não tem mais os seus momentos de encontro. Ele não tem as pessoas. Entendeu? Então, vira em objeto nesse sentido. Sendo objeto... aquilo... aí perde. Descaracterizou... tudo o que a gente tava pensando sobre o arquivo. O CDP. Oh, até o nome. Centro de Documentação Popular, não é à toa. É ideológico isso, né? Político-ideológico. E aí...⁸⁴

Para o depoente, o sentido do CDP estava em ser um centro de formação de militantes, de direções. Ao se perder isso, quando se volta novamente para a preocupação da documentação, ele concebe como energia morta, não forma mais, e agora serve apenas para reflexão, à pesquisa, se tornou arquivo morto, ou seja, voltar às origens significava voltar a práticas que foram pontos de contestação em um dado momento.

Um aspecto que dever ser ressaltado, neste momento, é o fato de que o expediente da edição de 1991 do “CDP Informa” traz como coordenadores Fuçacó e Marcelo, e não mais Ronan, como nas demais tiragens. Tinha como jornalista Francisco Medeiros. Isso nos faz reforçar a interpretação da mobilidade do centro à medida que seus agentes iam e vinham, se renovavam. Cada qual deixava suas ações, sonhos, desejos e utopias. O que é inegável é que o período de maior efervescência foi durante o tempo em que a aproximação dos sindicatos se tornou mais relevante. Isso é fruto da própria concepção de arquivo que se formou na sociedade, ou seja, a não valorização, ou consideração de que é algo menor, sem tanta importância, aliada às importantes proporções que o movimento sindical adquiriu naquele momento. Nesse sentido, vejo como peculiaridade do CDP o fato de ter conciliado como objetivos do centro a formação, a informação e a preservação, sobressaindo ora formação/informação, ora a preservação, de acordo as possibilidades de diálogo que iam encontrando com os

⁸⁴ Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

sujeitos com quem se relacionavam. Em suma, isto expressa a concepção da qual compartilhamos: a história como campo de possibilidades, em que os sujeitos interferem à medida que são interpelados, ou seja, determinam as condições materiais.

Existem vários documentos que dizem respeito à militância de Ronan enquanto membro do PT e formador da CUT, junto com os documentos que foram produzidos pela secretaria do CDP. Ainda que tais documentos não tenham passado por nenhum critério de organização (estão em pastas de polionda, não contando com nenhum critério de seleção, identificação, organização, separação), o fato de eles estarem junto com aqueles referentes às ações do CDP revela muito sobre a experiência de vida de Ronan e sua luta política. Em outras palavras, o que gostaria de ressaltar é que esses documentos referentes às outras frentes de atuação de Ronan dizem muito sobre seu envolvimento com a luta sindical combativa, revelando seu envolvimento com o CDP, a ponto de não poder separar o que era produzido em termos de documentação. Ele era formador não só da CUT, nem só do CDP, era seu projeto de vida, tanto que ele revela em sua fala:

*Referência pra construção de outras entidades na regional, inclusive. E eu era um dos caras formador. É secretário de Formação da CUT. A CUT, até aquele momento, não era essa chapa branca que nós vemos hoje, não. A CUT era... ela tinha um projeto muito audacioso, que era... nós entendíamos que era uma luta processual que você reivindicava as melhorias das condições... local, né? Dentro do contexto capitalista. A gente tinha essa dimensão. Mas que ela era estratégia e acumulativa pra transformação. Pra ruptura com o sistema. Então, eu peguei a área da formação,... ajudei a coordenar. E quando saí do CDP, já no finalzinho. O CDP vem pra cá justamente porque o...*⁸⁵

Aponta como foi se afastando do CDP, em um entendimento que o Centro já tinha cumprido seu papel, o que mostra que para ele o sentido do CDP era enquanto órgão formador, reafirmando sua participação em várias entidades de formação:

(...) Já tinha cumprido o papel dele, né? Cada um já tava mais ou menos organizado. ... Me passou as instituições. Eu fui pra dentro da Central [Central Única dos Trabalhadores – CUT]. Fui ser dirigente da Central a nível estadual, na região. E eu fazia esse trabalho de formação. Nós tínhamos a Escola sede em BH. E aí... a gente via que não precisava mais aquela... Ele tinha cumprido o papel dele. Que era armazenar aquela memória. Que formar vários grupos de oposição. Ganhamos vários sindicatos. Perdemos outros. E aí, nesse contexto, cada um foi cuidar da sua vida. Nós ficamos uns cinco, seis anos juntos. Então assim...

(...) Formamos sindicatos. Vários. Petroleiros. E na época a gente tinha aquela leitura assim... bem marxista-leninista [problema na fita]. Contra produção [problema na fita]. E é lá que nós temos que os nossos companheiros. Então, nós vamos formar você, pra você ir lá e fazer a discussão.

Amanda: Formar e uma pessoa de dentro do movimento se voltaria pra formar.

⁸⁵ Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

Ronan: Faria esse elo e que 'taria com essa idéia classista de chamar as pessoas no processo na desalienação dele. Na construção de uma referência classista 'tá? Pra que ele pudesse ser sujeito desse processo. Então, a organização da classe. A rede. Uma rede de formação e informação que situava essas pessoas enquanto atores sociais com um projeto classe. Então, pra isso, 'cê precisava de uma central, precisava do sindicato, do partido, do CDP. De pessoas com essa disposição pra fazer isso.⁸⁶

Ao se recordar daqueles tempos de militância, reforça que, entre todos os envolvidos com o projeto CDP, ele ainda continua atuando. Não abandonou o projeto traçado nos anos 1980:

(...) Ronan: É um projeto de transformação. E aí nós criamos raízes em vários lugares. Já tinha outros movimentos também. Nós fizemos parceria com esses movimentos. Sabe? Assim. Aí é mão dupla, né? 'Cê faz as coisas e as coisas se fazem. E aí foi... O falecido Zé do Prado. Ele, me deixou até emocionado, com o lance dele falecer. 'Cê vê que eu 'tô falando da velha guarda. Daqui a pouco chega a minha vez (risos). É... eu devo ser um dos últimos moicanos ainda, aqui nessa cidade. Porque a maioria foi cuidar das outras vidas. Estacionou. Estação UFU. Sindicatos. Burocracia, Família. Entendeu? Eu continuo, já vou pra quase três décadas que eu tô nessa, né? Porque as mudanças, transformações. E eu peguei essa mudança, né?

Amanda: Certo.

Ronan: E 'tô analisando ela. Com um olho assim, mais [problema na fita]. Então, que lê a conjuntura. Vira e mexe eles me chamam pra ir fazer debate na Câmara (inaudível). Vem na Universidade. Eu presto serviço pra UFU também.⁸⁷

Relaciona aquela experiência ao seu presente, afirmando que continua na militância, ainda que as condições sejam outras, sem tanta efervescência, ele continua a militar.

2.1.2- Informação: a rede de contatos

Pensar o caráter da informação assumida pelo Centro é pensar as identificações que iam surgindo dentro deste projeto, tanto daqueles que foram compondo o grupo que conduzia o CDP, tanto daqueles que com ele se articulavam na busca da divulgação de suas concepções. Desse modo, refletir sobre este objetivo é nos voltarmos àquela rede que se formou com o Centro, diante da mobilidade por ele adquirida, de acordo com os sujeitos com quem ia estabelecendo seu diálogo.

Interpreto que o objetivo de informar se realizava como complemento da ação da formação visada pelo CDP, ou seja, ganhou o sentido de trazer as informações

⁸⁶ Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

⁸⁷ Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

necessárias aos grupos dominados (classe trabalhadora, movimento populares e sindicais). Era mais um mecanismo mobilizado para alcançar a formação dos militantes focados pelo CDP. Nesse sentido, ao analisar esta outra função assumida pelo CDP, elegi como percurso desmontar as relações que se estabeleceram entre o Centro e as entidades que promoveram o financiamento voluntário das atividades do Centro. Como já foi analisado no item da “Formação”, os recursos do Centro eram sempre provisórios, pois tinham o caráter da voluntariedade, das entidades e organizações que aceitavam destinar recursos ao CDP.

Podemos entender essas relações estabelecidas como uma rede de interesses que se complementavam em busca da realização dos objetivos que em dado momento eram bastante semelhantes: de um lado, um grupo de intelectuais e militantes reunidos, buscando as articulações mais diversas para a realização de um projeto alternativo para a sociedade (queriam a generalização deste projeto para os grupos com os quais se identificavam na luta por melhorias das condições de vida, trabalho e lazer); de outro, os sindicatos e demais entidades que já possuíam uma estrutura organizada, em busca também de angariar militantes, agentes que estivessem dispostos a se engajar na militância sindical organizada como forma de resistir às pressões empreendidas pelos grupos que detinham os recursos materiais (políticos, econômicos e sociais) para se firmarem hegemônicos na dominação historicamente construída. Em comum, o desejo de mobilização do maior número de agentes sociais em busca de realizar a transformação social, que cada qual sonhava a sua maneira ver acontecer.

Nessa perspectiva, a leitura dos registros produzidos que hoje expressam a história do CDP temos a monografia de Alécia que aponta as entidades que mais contribuíam financeiramente com o CDP:

São esses movimentos populares mais combativos e menos assistencialistas [a autora cita em nota de rodapé as seguintes entidades: Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação, Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Telecomunicações, Sindicatos dos Trabalhadores Eletricitários, a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (ADUFU) e Associação dos Servidores da Universidade Federal de Uberlândia, Direitos Humanos, a CPT, o PCB.]: que sustentam financeiramente e materialmente as atividades do CDP. A antiga sede do Centro era emprestada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e atual sede e o telefone foram cedidos pelo Sindicato dos Empregados no Comércio. As máquinas e operador da gráfica do CDP são emprestados pelo SINTTEL e pelo Sindicato dos Eletricitários. A televisão, o vídeo e sala de projeção são cedidos pelo SINTTEL quando

*necessário. O material para organização da Biblioteca Popular e do Arquivo do CDP foi comprado com o dinheiro doado pela ADUFU e assim por diante.*⁸⁸

A autora recupera algumas das articulações estabelecidas entre o Centro e diferentes entidades, as quais iam dando materialidade às ações do grupo rumo à caminhada traçada em busca da realização de seus objetivos. Neste trecho, se apresentam a nós os recursos mobilizados a fim de promover a informação, que por sua vez, visava à formação dos grupos concebidos naquele momento como dominados. Percebemos que todos os recursos que trabalhamos para discutir o objetivo da “Formação” se articulavam em um percurso que passava necessariamente pela “Informação”. As entidades financiadoras, citadas por Aléxia, bancavam toda estrutura necessária para que se produzissem os recursos necessários para que houvesse essa informação. Nesse sentido, a confecção de boletins informativos (CDP Informa e Jornal do CDP), a constituição de uma biblioteca popular, a realização de vídeos-debates revelam a complexa rede de articulações e recursos mobilizados para a realização de seus projetos de sociedade. É nessa perspectiva que me volto para reafirmar aquela concepção de pensar o documento enquanto produto das relações sociais de um tempo e um espaço.⁸⁹

Ronan também apontou os órgãos financiadores do projeto CDP:

Ronan: Justamente. Aí nos queríamos que os sindicatos bancassem essa estrutura.

Amanda: E bancou?

Ronan: Bancou. E assim, voluntariamente. Mantinha os cursos dele. Que depois que nós fomos lá pro Sindicato da Alimentação.

Amanda: Ahm.

Ronan: Ah, aí chegou um momento que a gente arrumou um prédio no 2º andar aqui na Ivaldo Alves do Nascimento. [nº. 1150].

Amanda: Ahm.

*Ronan: Lá, na... Aonde depois passou a ser a sede da Central Única dos Trabalhadores. E aí, ali trabalhava. Então a gente tinha aquelas reuniões mensais. 'Cê viu lá nas atas das reuniões. Tinha a pauta e os encaminhamentos, os desdobramentos. E, aí, o que nós fizemos? Nós focamos uma parte pra formação, que é... eu era um dos coordenadores. Essa formação classista de massa, democrática. De fazer a parceria.*⁹⁰

Os dois registros nos permitem recuperar a rede de contatos estabelecidos pelo Centro na busca de articular tanto a sustentação financeira quanto a sustentação política,

⁸⁸ FRANCO, Aléxia P. *A sobrevivência da memória popular*. Op. cit. p. 65.

⁸⁹ Ver LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. Op. cit. p. 96: [O documento é] *produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder*.

⁹⁰ Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

para a mobilização (formação e informação) dos grupos de diálogo – os grupos que naquele momento eram excluídos dos processos de participação política.

Outro aspecto, presente em uma das publicações do Jornal do CDP na segunda edição⁹¹, que mostra os contatos do CDP, é o balanço financeiro de janeiro a junho de 1989. Nele tem a receita do Centro, que mostra as entidades que contribuíram neste período: Associação dos Docentes Universitários da UFU (ADUFU), Associação dos Servidores da UFU (ASUFUB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Direitos Humanos, Partido Comunista Brasileiro (PCB), Sindicatos dos Trabalhadores na Alimentação, Sindicatos dos Trabalhadores Comerciais, Sindicatos dos Trabalhadores Eletricistas. Outro gerador dessa receita para o CDP era a venda de revistas, cadernos e livros. Dentre eles, tem-se: Resoluções 3º CONCURTO, Estatutos da CUT, Revista Chico Mendes e cadernos diversos. Isso mostra outras entidades geradoras de renda para o CDP. Traz ainda a seguinte nota de observação:

*Estamos abrindo convênio com outras entidades para vendas de seus materiais. Entre em contato com o CDP.*⁹²

No Informe Geral também encontramos:

*O CDP está vendendo os materiais da CUT: Resoluções, cadernos, brochês, etc.*⁹³

Isso evidencia o espaço aberto pelo CDP, em sua publicação, para o estabelecimento de maiores vínculos e mesmo comunicação com a “classe trabalhadora” ou entidades ligadas aos movimentos sindicais e populares que tivessem interesse em participar e divulgar suas ações no espaço da publicação do CDP. Desse modo, várias entidades tinham interesse em manter vínculos com o CDP, como meio de divulgar tais ações, difundir suas idéias e concepções junto a seus filiados, o que também era finalidade do CDP, ou seja, formar e informar os trabalhadores a fim de organizá-los no enfrentamento com os grupos dominantes, entendida naquele período enquanto patrões, partidos políticos hegemônicos, medidas de achatamento salarial e abusos de poder.

Ao mostrar as despesas deste período, o balanço ainda aponta a movimentação realizada pelo CDP, ao nos informarmos sobre sua caminhada para alcançar os objetivos propostos pelo Centro. Aparece nas despesas: gastos com papelaria, xérox,

⁹¹JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 00, n. 01, jul. 1989.

⁹² Idem.

⁹³ Idem.

correio, telefonemas, transporte, viagens, compra de livros e revistas, aluguel de sala, energia, e caixa postal. Cada item destas despesas se constitui em mais uma evidência das relações estabelecidas pelo Centro. O serviço de postagem é evidência dos contatos mantidos com outras entidades, na troca de informações, experiências e materiais. A venda de materiais se constituía em receita gerada pelo Centro ao mesmo tempo em que se constituía mecanismo de informação e formação dos agentes com quem o Centro dialogava. Cabe destacar que a edição do “CDP Informa” de 1990, ao trazer o balanço de julho a dezembro de 1989, cita como contribuintes: Associação dos Docentes da UFU (ADUFU), Associação dos Servidores da UFU (ASUFUB), Direitos Humanos, Sindicatos dos Trabalhadores na Alimentação, Sindicato dos Trabalhadores Comerciais, Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários e Sindicato dos Trabalhadores em Telefonia (SINTTEL). Nesta edição, o SINTTEL também contribuiu e a CPT já não foi citado entre os contribuintes, tendo em vista que o financiamento era voluntário, fato que justifica a inconstância dos financiadores.

Ao cruzar estas informações referentes aos gastos com transporte e com as viagens, àquelas de algumas das correspondências da documentação referente à secretaria do CDP, as quais apontam as buscas de cursos e informações sobre o trabalho em arquivos, de organização de material, podemos recompor algumas das relações entre o Centro e outras entidades de memória, no afã de se prestar melhor serviço enquanto centro de memória e de formação. Assim, a carta datada de 05/03/1990, endereçada ao Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI – RJ), fala da organização da Biblioteca Popular do CDP e por isso pede informações de como realizar tal organização além de pedir subsídios sobre o Centro de Documentação alternativo. Em outra correspondência, datada de 05/03/1990, endereçada ao Centro de Memória Sindical de São Paulo, fala do desejo de melhor conhecer as atividades do Centro de Memória Sindical.

Estes dois registros já denunciam aquele caráter por mim trabalhado no item da “Formação”, onde discuto o fato do Centro, depois de ter “cumprido sua missão” na área da formação, voltar a se preocupar com a organização do acervo constituído ao longo dos cinco anos de existência do Centro. Neste item, aponte que essa preocupação se mostrou na edição do órgão informativo de 1991, logicamente aqui deve ser levado em consideração que nenhum processo de ruptura se dá abruptamente e que mesmo tendo priorizado nos anos de 1989-90 a formação, a preservação não foi deixada de lado

por completo, tanto que o Centro era dividido em duas comissões: a de Documentação e a de Formação. O que gostaria de destacar é que nestes dois anos o que se tornou mais evidente e atuante foi o trabalho da Comissão de Formação, e que em 1991 tenta-se fortalecer o trabalho da Comissão de Documentação.

A edição do CDP Informa de 1990⁹⁴ traz um dado interessante que é a meta traçada para uma contribuição regular para 1990, a qual possibilitaria ao Centro melhorar a qualidade dos serviços prestados. Esta ação seria desenvolvida juntamente com a elaboração de um estatuto a ser registrado na Câmara Municipal de Uberlândia, dando ao Centro reconhecimento enquanto órgão de utilidade pública.

*Isso significa o quê? O CDP já está apto a regularizar sua sustentação financeira, através de uma campanha de finanças que garanta as atividades já programadas para esse ano.*⁹⁵

Essas ações e desejo de emancipação financeira é expressão do crescimento do Centro em termos de contatos estabelecidos e de amadurecimento daqueles que estavam a sua frente no sentido de institucionalizá-lo enquanto órgão de utilidade pública e diante do tempo de experiência adquirida ao longo de cinco ou seis anos no CDP.

Outro registro dessa articulação entre o CDP e órgãos com quem dialogava encontramos em uma carta enviada pelo CDP à Cáritas Brasileira, setor MG, datada de fevereiro de 1991. Envia o projeto (proposta de trabalho do Centro, que é composta de apresentação, justificativa, objetivos, atividades realizadas, atividades em realização, proposta de trabalho, o pedido e orçamento) para que haja melhoria da prestação de um serviço de documentação e arquivamento e memória do movimento popular e sindical. Destaca a importância da memória para formação crítica e principalmente para conscientização da luta dos trabalhadores. Em resumo, pede apoio para melhor estruturação (nova organização e profissionalização da prestação dos serviços).

Isso vem reforçar aquela idéia trabalhada anteriormente, de naquele período o grupo voltar a se preocupar com a documentação e a com a preservação da memória, em detrimento da “formação”. A memória volta a ser lembrada agora como espaço de disputa na correlação de forças existentes entre grupo dominantes e aqueles marginalizados do acesso aos poderes políticos, sociais e econômicos, bem como do próprio acesso ao direito ao passado, as suas memórias e as suas histórias. A carta

⁹⁴ CDP INFORMA. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 02, mar. 1990.

⁹⁵ Idem.

também aponta outros novos agentes de diálogo nesse momento, os quais são os centros de memória e não mais apenas os sindicatos.

Sempre que o referido registro remete à importância do CDP, o faz no sentido de constituir um centro de memória que atue junto aos trabalhadores e oprimidos em geral. *Ajudar a fazer e pensar este próprio movimento*, ou seja, o CDP se mostrava naquele momento como instrumento de intervenção na realidade. Isto vem reforçar a identificação do grupo com os grupos desfavorecidos dentro da sociedade capitalista, ou seja, evidencia o “para quem falava”. Ele quer atuar como instrumento de estudo e compreensão da realidade. *A partir daí, o CDP pode subsidiar as lutas desenvolvidas pelo movimento sindical e popular*. Aqui se torna evidente em nome de quais sujeitos o grupo CDP atuava.

A carta ainda traz o projeto traçado pelo grupo e qual o caminho a ser seguido: a transformação dessa realidade, a compreensão da correlação de forças existentes, são os temas de estudo dessa entidade. Nesse sentido, são prioridades: 1) estudar e pesquisar a diversidade do mundo do trabalho, assim como as atividades culturais, em nível de Brasil, e principalmente em nível regional; 2) sistematizar as diversas lutas que se apresentam em nível da região, *desenvolvendo-as para o conjunto da classe trabalhadora enquanto ação pensada e refletida*; 3) arquivar todo e qualquer material que diga respeito às ações produzidas pelos trabalhadores. No ano de 1991, o grupo reaproxima-se novamente daquela idéia primeira: se constituir em apoio intelectual à “classe trabalhadora”, se afastando uma pouco da militância assumida pela Comissão de Formação.

Dentre as atividades realizadas, citam ações desenvolvidas no campo do arquivamento e busca de organização da documentação, tais como: a organização interna, como estatuto, fichários, cadastros de endereços das entidades, organização do arquivo interno, recolhimento de livros, periódicos, jornais, panfletos, cartazes, fitas de vídeo e fitas cassetes e fotografias, relativos aos movimentos sindical e popular da região e Brasil; contato com várias entidades e pessoas do país inteiro, através do órgão informativo (CDP Informa e Jornal do CDP); estímulo à troca de experiência de vários trabalhos artísticos e lúdicos, através da venda de livros, discos cartilhas e camisetas (dos artistas independentes), bem como venda de materiais da CUT. A preocupação em continuar angariando recursos para as atividades ligadas ao Centro é presente no teor da carta, e por isso reafirmam a venda dos materiais da CUT.

Das atividades em realização naquele período, fala da organização da Biblioteca Popular, colocação desse material à disposição do movimento popular e sindical do Brasil, para consulta e empréstimo; levantamento e auxílio na organização e preservação da memória do movimento sindical e popular em Uberlândia e região. Aqui a “informação” se dá em outro sentido, que não aquele da formação, mas sim com a preocupação de possibilitar os grupos aliados da preservação de suas memórias, a repensar suas práticas, ou seja, aqui a auto-reflexão ganha o sentido de disputar espaços no campo da memória. Em carta, datada de 05/03/1990, destinada ao Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), pede informações de como realizar a organização da Biblioteca Popular, além de pedir subsídios sobre centros de documentação alternativos.

Na proposta de trabalho da referida fonte, fala da prioridade da área de documentação e memória popular e sindical *com o objetivo de consolidar esse trabalho junto ao movimento popular*. Ainda fala da pouca existência dessa reflexão dentro dos movimentos e da importância de se registrar os fatos e *fundamentalmente fazê-lo instrumento de reflexão do próprio movimento*. O grupo expressa seu desejo de buscar informações, se qualificar tecnicamente, revelando o comprometimento em dar tratamento adequado às fontes referentes aos movimentos populares e sindicais. Esse mesmo comprometimento pode ser visto em carta datada de 05/03/1990 ao Centro de Memória Sindical (SP), na qual expressa o desejo de melhor conhecer as atividades realizadas nesta entidade. Ainda encontramos carta datada de 31/07/1991, enviada pelo CDP à diretoria de um sindicato (não indica qual é o sindicato), solicitando custeio para Marcelo e Fuçacó participarem do I Congresso Brasileiro sobre Patrimônio Histórico e Cidadania. É assinada por Élon Oliveira Felice, diretor do CDP. Isso demonstra o interesse dos membros do CDP em se qualificar para a organização do Centro.

Quanto ao pedido à Cáritas Brasileira, setor MG, de melhor apoio para estruturação do CDP, fala da necessidade de criar espaços que se identifiquem com os oprimidos em geral, proporcionando as referências culturais e políticas ligadas a suas lutas. Por isso pede a aquisição de recursos que possam estruturar a Biblioteca Popular e colocá-la a serviço do movimento. Aqui nos voltamos àquela concepção de Gramsci e recuperada pelo Grupo de Memória Popular referente ao intelectual orgânico, quando fala de promover mecanismos de auto-reflexão de práticas dos movimentos populares.

Alguns registros do CDP mostram suas articulações com outras entidades de memória. Algumas eram entidades de preservação dos registros produzidos por sindicatos, outras já abrangiam os movimentos populares, e outras eram órgãos de preservação de memória dominante homogênea. Aléxia, em sua monografia, aponta algumas dessas entidades: Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), Núcleo de Estudos de Memória Popular do ABC do Instituto Metodista de Ensino Superior, o Centro Pastoral Vergueiro (CPV), Centro de Memória Sindical de São Paulo, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” (CEDIC).⁹⁶

Observamos que todos os documentos que evidenciam os contatos do CDP com entidades de memória são datados a partir de 1990, o que expressa que a preocupação em se aproximar destas entidades se deu a partir de 1990, período em que o grupo entendia que a Formação já tinha cumprido sua “missão” e então se voltam à preservação da memória, ou seja, recuperam o desejo inicial do CDP.

Ronan também se recordou desses contatos com outros centros de memória e acrescentou o Centro de Pesquisa e Documentação e História Contemporânea do Brasil (CPDOC):

Ronan: E teve uma outra área mais coordenada pela Fuçacó, a Alexia, o Francisco, que era o lance da preservação. Porque a gente tinha contato com todas as... Os outros centros digamos assim, que tava preocupado com essa coisa da memória. O CEDI [inaudível], o CPDOC, e aí têm vários. 'Cê via lá o tanto de textos?

Amanda: E eles forneciam elementos pra vocês?

Ronan: Eles forneciam. Mandavam textos, a gente mandava os nossos. Fazia... Era uma rede. Uma rede com essa preocupação. Da formação, classista de massa e da preservação dessa memória.⁹⁷

Ressalto neste trecho da fala de Ronan, referente à preservação, é a contradição presente dentro do CDP, no sentido de que a intenção do grupo era criar um Centro de Documentação Popular e preservar a memória “dos de baixo”. Contudo, na busca de informações e troca de experiências, muitas vezes os centros que se tornaram referência para o CDP foram aqueles que preservavam a memória dos grupos hegemônicos em detrimento dos excluídos dessa possibilidade. Logicamente temos que considerar que naquele momento em que a constituição destes acervos era algo novo e, portanto, a troca de experiência poderia ser contraditória, mas ainda assim era válida. Até mesmo

⁹⁶ FRANCO, Aléxia P. *A sobrevivência da memória popular*. Op. cit.. p. 86.

⁹⁷ Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

porque podemos fazer uma leitura a contrapelo em que a contradição pode ser entendida enquanto subversão da ordem estabelecida, ou seja, o grupo CDP poderia buscar as informações a centros de memória hegemônicos, mas a tentativa de sua experiência era criar um centro de documentação popular, constituindo assim uma resistência empreendida no campo da memória.

2.1.3- Preservação: preservar a memória “dos de baixo”

Analisar a “função” da preservação da memória dos movimentos sindicais e populares, assumida pelo CDP, passa necessariamente por aquela noção do movimento realizado pelo grupo: parte do desejo de constituir um acervo popular, como necessidade de se preservar a memória “dos de baixo”, ou seja, quer garantir o direito dos grupos populares de constituir suportes de suas memórias, agrega novos significados e constitui outros objetivos ao se aproximar dos movimentos mais organizados, privilegiando os sindicatos com experiência na militância, e volta novamente ao objetivo de preservar a memória das classes populares e entidades sindicais. Nesse sentido a preservação, ora ganha sentido de ponto de partida, ora se torna objetivo secundário, mas nunca deixado de lado, até mesmo porque em nenhum momento o Centro deixou de receber doações de documentos das entidades com quem dialogava, e nem deixou de produzir documentos, uma vez que a produção de registro é um ato natural e inerente das relações sociais.

Um dos registros que expressam a preocupação da memória é a edição do “CDP Informa” de março de 1991:

(...) No início era Verbo... Muitos entendem esta parábola como sendo a ‘palavra’ a Comunicação, fonte primeira da História. Sem documentos, hoje não teríamos história, no sentido moderno da palavra.

O CDP, quando foi fundado, há mais ou menos cinco anos, tinha esta vocação: conservar a memória do movimento sindical e popular, na perspectiva de resgatá-lo enquanto conhecimento útil, individual e coletivo, contrapondo-o ao conhecimento institucionalizado e esterilizado produzido pelas classes dominantes.

No início o Verbo (“palavra”) se manifesta no CDP enquanto um mero amontoado de livros, boletins, jornais e panfletos. Hoje, cinco anos depois, este ‘amontoado constitui um importante acervo de mais de 1 mil exemplares, dentre livros e periódicos, além de inúmeros jornais e documentos avulsos. As poucas entidades que então colaboravam com o CDP, foram multiplicadas por mais de mil outras, envolvidas no processo de permuta de publicações.

O CDP não é uma biblioteca, e por isso seu acervo deve ter ‘vida’ e ser acessível a qualquer trabalhador. Hoje, está em andamento a organização da

'BIBLIOTECA-POPULAR', facilitando a consulta aos documentos; os periódicos e jornais também estão sendo organizados.

É uma experiência única na nossa região, todos reconhecemos, e por isso não tem ficado apenas restrita ao CDP: outras entidades também solicitaram os nossos serviços, em função da experiência, como o SINTTEL, a ASUFUB e a CUT. A organização dos seus arquivos documentais é mais um serviço que o CDP presta. A volta às origens, como se vê, interessa não apenas ao CDP como também a todas as entidades preocupadas com a conservação de suas memórias.⁹⁸

O resgate da identidade se mostra como o caminho de volta do grupo à preservação da memória, já que o caráter da formação já havia sido cumprido. O projeto agora privilegia a busca de informações para lidarem com o trabalho de arquivos, e evidencia que as entidades com que já dialogava anteriormente demonstravam interesse em organizar seus arquivos. Dessa maneira, expressa que a preocupação com a memória era algo que estava presente entre as entidades organizadas, o que vem reforçar nossa concepção da utilização da memória enquanto campo de embates e, portanto, de resistência à dominação.

Aléxia, em sua fala, também relatou a experiência do grupo no campo da preservação:

Aléxia: Agora, assim, então... lá direto, pondo a mão na massa. Porque o que a gente fazia na sexta-feira à noite era por a mão na massa, né? Era pegar o documento, tentar criar uma organização, uma classificação.

Amanda: Ah... era de arquivística mesmo?

Aléxia: É... exatamente. Então assim... não era uma reunião pra discutir... era mesmo assim. Até quando a gente organizava... Claro, saíam discussões. Mas, era a Maria José [técnica em arquivística da Prefeitura Municipal de Uberlândia], levava pra nós apostilas de como é que se arquiva e tal. E a gente então tentava colocar as coisas em armário, de uma maneira...

Amanda: O Ronan e Fuçaco também participavam dessa...

Aléxia: Também... também... Todos nós. Assim, então... limpar os livros, organizar lá os livros, de uma maneira que a gente pudesse achar. Até pra descobrir o que tinha. Porque os sindicatos mandavam e a gente não sabia muito bem o que tinha. Então, descobrir o que tinha ali. Era justamente por a mão na massa mesmo. Nesse momento, eu não me lembro de ver ninguém dos sindicatos junto, não. Agora, pode ser que entre uma sexta e outra o Ronan fizesse essa ponte.

(...) Então, assim... eu lembro que a gente estudava, a gente via a maneira de classificação. Por exemplo, a gente via os cuidados que tinha que se ter pra guardar o papel, guardar um vídeo, guardar... Eu nem sei se tinha vídeo, mas eu lembro que a gente via até uns procedimentos diferenciados pra cada uma da documentação. E eu lembro que a gente chegava assim... Olha, o que eu tenho mais lembrança que a gente chegou a fazer reconhecimento do material. Ver o que tinha. Eu lembro que tinha muito livro. Livro mesmo, assim: Lênin, Trotski, um monte de coisa. Cartazes... Uns cartazes das campanhas salariais, e

⁹⁸CDP INFORMA. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 03, mar. 1991.

*tal. Eu me lembro que a gente conseguia fazer reconhecimento, que a gente conseguia estudar e planejar o que fazer. Consegui fazer mesmo, eu acredito que não tenha chegado aqui desorganizado. Eu acredito que sim.*⁹⁹

A depoente não se recorda se o grupo tenha conseguido organizar o arquivo. Mas lembra das reuniões que aconteciam, onde as pessoas envolvidas com o CDP estudavam formas de organização com o auxílio de funcionária da Prefeitura, que já contava com certa experiência na área da arquivística. Ele lembra apenas de fazerem o reconhecimento do material. Porém, devemos considerar que a participação de Aléxia foi entre os anos 1989-90, e o Centro existiu até em torno de 1991-92¹⁰⁰: logo, é natural que ela não saiba se realmente as pessoas que permaneceram no CDP tenham conseguido agilizar o processo de organização do acervo. No entanto, a carta citada acima, enviada à Cáritas do Brasil, setor MG, mostra uma tramitação entre o Centro e esta entidade, onde pediam recursos materiais e informações sobre o procedimento com arquivo.

Quanto à técnica em arquivística citada por Aléxia em sua fala, é uma evidência dos componentes do CDP, ligados à área de preservação e documentação, buscarem meios de se informarem para realizar um trabalho mais concreto com o acervo que tinham em mãos. Foi possível encontrar uma carta nos documentos da secretaria do CDP, datada de 13/03/1990, destinada à Secretária de Cultura do Município de Uberlândia – Terezinha Aparecida Magalhães. Na carta, assinada por Aléxia, reiteram o pedido já realizado anteriormente, relativo à assessoria técnica de Maria José Moreira de Oliveira Torres para que esta realizasse a organização do arquivo interno do CDP. Nesse sentido, tudo indica que eles iniciaram o processo de organização do referido arquivo.

Por outro lado, Ronan, em sua fala, afirmou que eles tinham sim um critério de organização do acervo, e o grupo conseguiu criar tal organização:

Ronan: Eles [os centros de memória com os quais o CDP se articulava] forneciam. Mandavam textos, a gente mandava os nossos. Fazia ... Era uma rede. Uma rede com essa preocupação. Da formação, classista, de massa e da preservação dessa memória.

Amanda: E aí, 'cês foram formando arquivo?

Ronan: Aí nos fomos juntando uma papelada. O povo ficou sabendo...

Amanda: Tinha condição de... Qual que era o procedimento com esses arquivos? 'Cês tinham condição de...

⁹⁹ Entrevista com Aléxia Pádua Franco, realizada no dia 12/11/2007.

¹⁰⁰ Não encontrei nenhum documento que mostrasse a data certa de dissolução do CDP e da doação do acervo ao CDHIS. Ver discussão no 3.º Capítulo.

Ronan: Tinha, nós tínhamos uma metodologia de como arquivar isso. A gente separava então por eixos de... A opção era os de baixo. Os explorados, os excluídos. [risos]. 'Cê achou bom, né? Aí, dentro deles, a gente então mapeava: essa questão é racial, então essa é racial; essa questão da saúde do trabalhador, pra saúde do trabalhador. Aí, 'cê ia montando: então, é educação... E assim vai, né? A memória, né? Ah... Aí aparece muita coisa. Por exemplo. Cê vai ver lá no texto da Alexia que ela vai discutir um pouco isso, né? Ela vai estar discutindo essa coisa da memória, que é o que interessa no objeto dela.¹⁰¹

A fala de Ronan evidencia mais uma vez sua preocupação com a formação o que nos faz interpretar que preservação muitas vezes aparecia como consequência da rede que a Comissão de Formação conseguiu estabelecer, ou seja, diante das relações sociais estabelecidas, geravam documentos que o CDP foi acumulando e que lhes possibilitou formar um grande acervo múltiplo de registros e diversificado de experiências. Nessa perspectiva, Ronan, em sua militância, não estava muito preocupado se a organização que eles estavam dando ao acervo era coerente ou não com as normas da arquivística. O que importava naquele momento era que eles tinham uma imensa quantidade de documentos, os quais passaram pelas normas que foram possíveis de serem criadas: com trabalho voluntário, recursos técnicos e financeiros minguados, na troca de informações e experiências com outros centros que já tinham uma maior consolidação nesta nova área que surgia no país.

Nessa busca de reavivar as contradições que foram se formando dentro do CDP, recupero o texto de Aléxia, que um aspecto que é contraditório dentro do processo da preservação de outras memórias (múltiplas, plurais) e da constituição de acervos populares e construção de identidades com os movimentos sociais “dos de baixo”, que é o fato de que, dentro dos grupos populares, acaba por existir quem faça pelos outros, ou seja, há a hierarquização do saber e do próprio fazer. A referida autora traz isso em seu texto.

Grande parte dos oprimidos não se compromete a pensar o seu mundo e planejar sua ação antes de concretizá-la. Não valoriza os movimentos de reflexão, de organização, pois eles requerem paciência, dedicação e não trazem benefícios a curto prazo.¹⁰²

Para a autora, este “desinteresse” por parte dos grupos populares (associações de bairro, trabalhadores associados aos sindicatos, movimento negro, dentre outros), acabava por comprometer o trabalho do CDP, tendo em vista que apenas os dirigentes

¹⁰¹ Entrevista oral com Ronan Hungria, realizado no dia 30/06/2007.

¹⁰² FRANCO, Aléxia P. *A sobrevivência da memória popular*. Op. cit., p. 80.

se comprometiam em participar das assembleias, reuniões, debates e outras formas de ativação de uma postura mais crítica e contestatória dos próprios movimentos. Em seu texto, ela atribua isto à mentalidade desenvolvida da sociedade capitalista que impõe a divisão do trabalho manual e intelectual, onde uns pensam e outros executam, sendo estes os trabalhadores que realizam um trabalho mecânico e fragmentado. Isto, por sua vez, gera a acomodação das classes populares que acabariam reproduzindo esta concepção de mundo nas suas próprias organizações. A autora retira dos sujeitos sua responsabilidade de cobrar, participar e reivindicar direitos e transfere para a sociedade capitalista (o sistema). Dá a entender que as pessoas não “compreendiam” a importância de se preocupar com questões que exigiriam um prazo maior para se realizar, por isso tornando secundárias a formação e a informação oferecidas pelo CDP e pelos seus próprios movimentos.

Aléxia também fala de não transformar o CDP em arquivo morto. Para contrapor a esta noção, ela fala de ter espaço que contenha informações vivas. Mas denuncia a falta de mão-de-obra qualificada para se gerir o arquivo que se formava naquele momento, o que era entendido pela autora como problemático. A monografia de Aléxia aponta para outra preocupação, que é a constituição de suportes de preservação das fontes documentais. Esta é uma preocupação que permeia todo o seu texto, o que nos mostra a multiplicidade de significados que o Centro tinha para os diversos membros que os compunham. Seu interesse era cuidar da memória que os movimentos populares produziam, a ponto de escrever seu texto de finalização de curso sobre este tema. Hoje podemos interpretar isso como a preocupação de forjar uma memória dos movimentos populares e sindicais, diante de sua identificação com tais grupos e de sua experiência no Centro. Em outras palavras, faz-se a produção de uma memória que remete a outras memórias e mais do que isso forja outra memória sobre a experiência do CDP e sobre sua própria vivência dentro do Centro. O texto também é todo permeado pela preocupação de como a memória é usada como mecanismo de dominação, ainda quando sob a farsa de fortalecê-la quando a intenção é controlá-la.

Outro ponto que podemos recuperar na monografia de Aléxia é o momento em que ela discute a desvinculação do CDP da Universidade, fato que ela interpreta como período em que o Centro deixa de se preocupar exclusivamente com o resgate da memória e se torna Centro de Apoio aos movimentos Populares¹⁰³, ou seja, começa a

¹⁰³ FRANCO, Aléxia P. *A sobrevivência da memória popular*. Op. cit., p. 67.

valorizar a formação. Ao adquirir infra-estrutura própria ele se democratiza mais (abre-se para a participação desses movimentos) e então se divide em duas Comissões (Formação e Documentação) responsáveis por encaminhar os objetivos. Assim ela aponta:

A Comissão de Formação tem sido composta espontaneamente por pessoas mais diretamente envolvidas com as organizações populares. Ela pretende divulgar e discutir assuntos diversos que auxiliem no crescimento e no repensar dos movimentos populares e na formação de militantes mais críticos e dispostos a construir um movimento democrático, combativo, ao invés de um movimento assistencialista preocupado apenas com a luta por melhores salários e condições de trabalho.¹⁰⁴

Esta comissão era subdivida em quatro núcleos: Núcleo de Formadores Regional, Núcleo de Saúde, Núcleo Cultural e Núcleo de Estudos e Comunicações Popular. O que destacamos desta subdivisão, para além expressão dos contatos que o CDP fazia com outras entidades, ou seja, ser a materialização do “com quem fala”, é o acervo que se constituiu a partir desses contatos promovidos por cada núcleo, que está representado na coleção CDP existente hoje no CDHIS. O Núcleo de Formadores era o responsável direto de promover a articulação entre o CDP e os sindicatos, promovendo a formação. O Núcleo de Saúde realizou seminários na área de saúde do trabalhador. O Núcleo Cultural era o responsável pelas atividades relacionadas ao cotidiano dos trabalhadores. Ressalto que os vídeos-debates eram promovidos por este núcleo. Era entendido como um mecanismo de se aproximar das entidades não-sindicais, não-organizadas na concepção sindical. O Núcleo de Estudos e Comunicação Popular era responsável pela comunicação do Centro com as demais entidades, além de promover a informação necessária para que houvesse a formação.

Aléxia ainda fala que tais núcleos eram montados de acordo com o interesse daqueles que gostariam desenvolver alguma atividade com os movimentos populares, o que expressa a condição de trabalho voluntário. Ela também fala que havia a intenção de criar mais núcleos na assessoria jurídica e econômica. Esta condição de transitoriedade das pessoas no CDP ia revelando projetos planejados para curto prazo na Comissão de Formação, diferentemente daqueles da Comissão de Documentação, que, pela própria condição do trabalho, exigia mais tempo e maior constância para a organização do acervo.

Quanto à Comissão de Documentação, Aléxia traz em seu texto:

¹⁰⁴ Idem. (Grifos da autora)

Ela tem sido formada, principalmente, por pessoas ligadas a área de História, as quais encontram no CDP um local para praticarem de forma útil e prazerosa os seus conhecimentos e ideais e as quais têm procurado se qualificar mais através de uma assessoria arquivística, de leituras sobre outras experiências de montagem de biblioteca popular e através do próprio fazer. Esta comissão tem um plano de trabalho a médio e longo prazo, o qual vem sendo feito e ampliado conforme o seu desenvolvimento e conforme a resposta do movimento popular. Os seus princípios básicos são os de assessorar atividades da Comissão de Formação, registrando-as e subsidiando-as com informações; organizar e abrir ao público o Arquivo Interno do CDP e a Biblioteca Popular; além de auxiliar na preservação da memória e de outras entidades populares.¹⁰⁵

Esta comissão possuía um outro olhar sobre o caráter da preservação, a qual no seu entender deveria não privilegiar apenas os movimentos organizados, ou seja, deveria recuperar a memória em suas contradições como mecanismo de promover a auto-reflexão também das entidades assistencialistas e pelegas. Aléxia, ao discutir isso em sua monografia, evidencia certo conflito com a Comissão de Formação, a qual não tinha interesse em se aproximar dos grupos não-organizados, a ponto de estar em constante conflito com esses grupos.

Havia diferenças de concepções entre as duas comissões do CDP. A Comissão de Documentação, ao ter um olhar mais aberto para o sentido da preservação, tinha interesses mais amplos de promover a auto-reflexão dos grupos pelegos e assistencialistas, mesmo por seu caráter de trabalho para longo prazo. Já a Comissão de Formação não tinha interesses em trabalhar com tais entidades, pois buscava resultados imediatos tendo em vista a necessidade de arregimentar o maior número de pessoas dispostas a militar pelo movimento sindical combativo. Nesse sentido, essa concepção da Comissão de Documentação já vem nos mostrando uma leitura um pouco menos ortodoxa ao compreender que a contradição era inerente a qualquer classe, e por isso ao traçar, um projeto de preservação, deveria recuperar essa condição do processo histórico.

Aléxia, ao produzir memória, tinha claro para si que não se podia isolar a memória dominante da memória dos dominados, pois ambas se imbricam a todo tempo, por isso apontava a necessidade de, fazer leituras das lacunas de ambas, procurando perceber os pontos de contatos entre ambas. Em outras palavras, ela já propunha uma leitura a contrapelo, valorizando a contradição para o entendimento do processo histórico a fim promover a crítica aos movimentos populares.

¹⁰⁵ FRANCO, Aléxia P. *A sobrevivência da memória popular*. Op. cit., p. 69.

2.2- A tentativa de institucionalização

2.2.1- O estatuto

A ampliação do CDP, à medida que foi se articulando com maior número de agentes de diálogos (os sindicatos, os movimentos populares, os movimentos sociais que se afirmavam na cena histórica de 1980, os militantes, aqueles que foram compondo o Centro), caminhou no sentido promover a institucionalização do Centro, que foi expresso na constituição de um estatuto do CDP. A elaboração do estatuto se deu no ano de 1990. Ressalto que o registro a que tive acesso nos documentos da secretaria do Centro não foi o estatuto com redação final e sim uma versão manuscrita, com muitas lacunas, fazendo referência a um outro estatuto que já estaria digitado. As monografias de Leila Almeida e de Aléxia Franco também citam o referido registro, mas o teor de suas citações possui diferenças para com o registro por mim encontrado.

A edição de 1990 do “CDP Informa” traz em uma de suas páginas o estabelecimento de uma meta que é a contribuição regular para 1990.

O CDP, em 1989, funcionou basicamente através de contribuições voluntárias das entidades sindicais de Uberlândia e região, conforme as necessidades financeiras iam exigindo. A experiência acumulada com esse trabalho autoriza agora a entidade a dar um salto de qualidade: estamos com nosso projeto de estatuto já em fase de registro e o reconhecimento do CDP enquanto órgão de utilidade pública está em andamento na Câmara Municipal de Uberlândia. Isso significa o quê? O CDP já está apto a regularizar sua sustentação financeira, através de uma campanha de finanças que garanta as atividades já programadas para esse ano.¹⁰⁶

Percebemos que o grupo queria regularizar sua situação enquanto órgão de utilidade pública, ao mesmo tempo em que gostaria de assumir suas próprias finanças, e estabelecer uma contribuição regular. Isto revela sua aproximação das entidades organizadas, assemelhando até mesmo sua forma de administrar a instituição. Queriam ser reconhecidos enquanto agentes naquele processo de Formação/Informação/Preservação e, portanto, buscavam isso na institucionalização do CDP, definindo objetivos, conselhos, administração e associados, bem como as condições em que tal processo se daria.

Assim traz o Capítulo II do Estatuto:

CAPÍTULO II

Dos participantes, direitos e deveres.

¹⁰⁶ CDP INFORMA. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 02, mar. 1990.

ARTIGO 4º: Dos associados

I)- O CDP é constituído do número ilimitado de associados.

Poderão participar todas as pessoas que estiverem engajadas na luta dos dominados e que tiverem condições para trabalharem no CDP (aptidão, disponibilidade, tempo) independente de religião, raça, cor e partido político.¹⁰⁷

Para que os interessados pudessem se tornar associados do CDP deveriam ser engajados na luta dos seus agentes de diálogo. Aqui já definem um ideal de participante que tenha disponibilidade e compromisso com a luta pelos “grupos dominados”. Isso nos mostra a intenção do grupo de buscar pessoas que pudessem se dedicar de fato ao trabalho desenvolvido pelo CDP, o que podemos interpretar como tentativa de romper com um fluxo muito grande de pessoas que passassem curtos períodos, e logo saíssem do CDP, gerando instabilidade ao projeto traçado pelo grupo que sempre estava à frente neste processo. Desse modo, ainda que o trabalho continuasse em caráter voluntário, com a elaboração do estatuto, buscava-se romper com pessoas que não estivessem engajadas nas lutas políticas. Ronan, em sua fala, explicitou este caráter do trabalho voluntário, que ao mesmo tempo revelava grande envolvimento político por parte dos que conduziam o CDP, também fazia em que, muitas vezes, as atividades fossem realizadas em horários vagos, representando uma dificuldade para a continuidade do trabalho:

Amanda: Ninguém recebia, assim, uma verba pra estar ali?

Ronan: Não, não. Eram pessoas generosas. Pessoas generosas que queriam fazer alguma coisa, e tinham afinidades com aqueles objetivos e tal. Era um meio de vida pra muitos deles, né? Então? Por exemplo: o Marcelinho trabalhando, trabalhava na Varing; Eu era professor; Fuçacó tava estudando; A Aléxia também trabalhando. Aléxia era mais (...). Ia e voltava. Entendeu?¹⁰⁸

Ao tratar do Conselho Deliberativo, o Estatuto define quem o CDP privilegiaria enquanto grupo de diálogo, encampando suas lutas.

CAPÍTULO IV

Do conselho Deliberativo:

Coordenador Geral

ARTIGO 10º: O conselho será composto por:

I)- membros da coordenação

II)- dois representantes de cada entidade que financiou o projeto do CDP (sindicatos ligados a CUT; movimentos populares combativos)

ARTIGO 11º: Compete ao conselho:

I)- administrar as finanças com seus aspectos ordinários e cotidianos.

¹⁰⁷ COLEÇÃO CDP. Estatuto manuscrito, 1990. Documentos da Secretaria do CDP. Uberlândia: CDHIS/UFU.

¹⁰⁸ Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

- II)- Traçar linhas gerais de ação da entidade subsidiar e propor meios para consecução de seus objetivos
- III)- Criar grupos e comissões para realização de tarefas específicas
- IV)- elaborar propostas a serem representadas em assembléia geral.
- V)- aumentar o número de participantes do conselho ¹⁰⁹

Ao se definir os conselheiros deliberativos, restringe-se a participação de pessoas ligadas a entidades pelegas ou assistencialistas. Isto nos remete à discussão feita por Alécia ao tratar das comissões, quando já apontava para o conflito existente entre essas entidades e a Comissão de Documentação do CDP, que rejeitava as entidades pelegas, ou seja, não as fazia agentes de seu diálogo.

Quanto aos objetivos, o Estatuto reafirma o interesse de trabalhar tanto para a preservação quanto para a formação/informação. Ao tratar da divulgação da memória, não restringe a participação das entidades pelegas, mas reforça o desejo de fazer isso junto aos movimentos organizados, pois apenas eles são citados. Também define que só abrigaria os documentos daquelas entidades que não tivessem como fazer isso em suas próprias sedes. Isso já evidencia o desejo de estabelecer critérios para o que seria abrigado, pensando as condições materiais e recursos humanos com que o CDP contava. Os objetivos também previam a montagem da Biblioteca Popular:

- (...) *ARTIGO 2º: Constituem objetivos do CDP*
- a)- *Preservar e divulgar os vários tipos de registros produzidos por entidades populares e sindicais, inclusive o CDP.*
 - a.1)- *Assessorar os vários movimentos sindicais e populares a nível local e regional, na preservação de sua memória.*
 - a.1.1)- *Organizar e preservar os registros dos movimentos sindical e popular no próprio CDP, somente no caso destes não terem nenhuma condição de desenvolver tal atividade por si próprio.*
 - a.2)- *Montar o Arquivo Administrativo e Histórico do CDP*
 - a.3)- *Organizar uma Biblioteca com materiais diversos sobre temas de interesse para o movimento sindical e popular.*
 - b)- *Fornecer capacitação (não como assistencialismo, mas profissionalmente) e formação aos trabalhadores que se disponham a servir às organizações sindicais e popular com seu saber e trabalho.*
 - c)- *Prestar serviços de assessoria nas áreas de formação jurídica, econômica, de saúde, etc., através de profissionais, aos movimentos populares e sindical da região e quando possível do país e até exterior.*
 - d)- *Estimular a criação e desenvolvimento de um pensamento crítico junto aos trabalhadores, marginalizados, minorias (classes dominadas).*
 - e)- *Apoiar e incentivar a constituição de outras entidades dispostas a trabalhar em prol das classe dominadas.*
 - f)- *A entidade planejará semestralmente atividades a serem realizadas, avaliando-as no fim do semestre em assembléia ordinária.*¹¹⁰

¹⁰⁹ COLEÇÃO CDP. Estatuto manuscrito, 1990. Documentos da Secretaria do CDP. Uberlândia: CDHIS/UFU.

Ao tratar dos objetivos referentes à área da Formação o Estatuto reforça o desejo do CDP constituir um pensamento crítico dos grupos dominados, bem como promover a formação dos trabalhadores dispostos a servir às organizações sindicais. Mais uma vez, a leitura de uma sociedade dividida em classes dicotômicas se afirma; a partir dessa leitura, faz sua proposta e caminho para alcançá-la: promover a formação e informação dos trabalhadores e “oprimidos” organizando-os segundo as estratégias da luta sindical.

A constituição do Estatuto se dá no ano de 1990, ano em que atividades ligadas à Comissão de Formação foram bastante produtivas em termos de conquistas e articulações estabelecidas. Foi neste período que buscaram a institucionalização como meio de reafirmar seu papel naquela sociedade: como Centro de Documentação, Formação e Informação Popular, nome pelo qual pediam seu registro na Câmara Municipal de Uberlândia. Porém, como discuti anteriormente, neste ano, o que prevaleceu foram as atividades ligadas à Formação/Informação, tendo em vista que se agregou ao nome da entidade os termos “formação” e “informação”. Destaco que em algumas correspondências encontra-se o nome do CDP como Centro de Documentação Formação e Assessoria Popular.

2.2.2- A sede

A conquista de uma sede própria também se deu no ano de 1990, o que vem reforçar nossa interpretação de que este ano foi de muitas conquistas para o CDP e de sua afirmação, enquanto órgão que disputava espaços na sociedade, definindo seu campo de ação junto aos movimentos sindicais e populares. O ofício datado de 22/06/1990, encaminhado ao Secretário Municipal de Serviços Urbanos – Adalberto Duarte da Silva – solicita o fechamento da Rua Ivaldo Alves do Nascimento, entre as Avenidas Floriano Peixoto e Cesário Alvim, e comunica sobre a inauguração do CDP em sede própria a ser realizada no dia 29/06/1990. O ofício é assinado por Soraia. Encontramos também carta datada de 27/06/1990, convidando para a referida inauguração. Ela informa a data (29/06/1990), o endereço e o bairro (Operário) e é assinada por Élson de Oliveira.

Ronan também se recordou da inauguração da sede:

¹¹⁰ COLEÇÃO CDP. Estatuto manuscrito. 1990. Documentos da Secretaria do CDP. Uberlândia: CDHIS/UFU.

Ronan: E assim, mas o ápice do processo foi a inauguração. Chapamos. Tomamos todas. Vendemos cerveja e... Fizemos uma parceria com o movimento negro a consciência. E aí eles fizeram uma dança bonita lá na porta, fez discurso. (risos)

Amanda: Lá na Ivaldo?

Ronan: É lá na Ivaldo.¹¹¹

Ele relaciona a inauguração ao momento de lazer proporcionado pelas atividades realizadas para a comemoração daquela conquista do grupo. Também evidencia a relação com o movimento negro, evidenciando-os enquanto agentes de articulação naquele momento. A conquista de uma sede própria para o CDP também deve ser pensada como resultado do financiamento das entidades sindicais, as quais eram os órgãos financiadores destas atividades e conquistas.

Outro aspecto que devemos considerar são os sujeitos envolvidos, o que pode ser percebido pelas assinaturas nos documentos do CDP. No caso, esses dois registros citados trazem a participação de Soraia, sobre a qual existem poucos registros, no Centro, e Élson, nome que podemos encontrar em vários documentos. Isto expressa aquela condição da participação dos sujeitos envolvidos diretamente com a “direção” do CDP, ou seja, muitos tinham participação mais fluida, inconstante, rápida, enquanto outros estiveram por mais tempo, talvez por maior identificação com o projeto, pela própria concepção de acreditarem naquilo que estavam fazendo e aguardarem o resultado desse projeto, e mesmo pela própria disponibilidade de que dispunham.

O interessante é perceber que existia uma teia muito complexa de relações estabelecidas para o “estar” ali naquele momento histórico, se engajando na luta política por se identificarem com os processos de rechaço à ordem dominante que gerava desigualdades sociais, políticas e econômicas entre os vários grupos que experimentavam tais fatores das maneiras mais diversas. Contudo, o que o grupo entendia era que tais experiências eram comuns a todos os grupos para os quais levantava sua “bandeira de luta”, ou seja, nos mostra o com quem fala e para quem fala, como sendo as experiências da classe trabalhadora e “dos oprimidos”, “os de baixo”, “os silenciados”, em uma leitura um tanto ortodoxa desse processo histórico vivenciado por eles, o que os levava muitas vezes a identificá-los de modo homogêneo.

Logicamente, o que gostaria de ressaltar não é uma crítica ao grupo CDP por fazerem tal leitura de cunho marxista-leninista do processo histórico, exigindo deles a

¹¹¹ Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

leitura que nós fazemos hoje após vinte anos do que eles viveram. Isso seria cometer anacronismos que nada mudariam o passado vivido por eles, por que isso seria algo impossível, e nem é nosso dever. Meu desejo é fazer uma leitura que aponte as possibilidades que estavam postas naquele momento histórico, a fim de tentar repensar nossas práticas atuais, pois nós também temos muitas possibilidades em disputa hoje, as quais podem significar um novo futuro, talvez com menores desigualdades, maior engajamento político, e com cidadãos mais participativos. Acredito ser possível fazer tal leitura da história do CDP, pensando a importância daquela ação no sentido de ampliarmos nossas noções de passado, história, memória e patrimônio, ou seja, fazer florescer a multiplicidade que muitas vezes é ocultada por políticas públicas homogeneizadoras e hegemônicas.¹¹²

¹¹² Ver THOMPSON, Edward. P. A lógica histórica. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Op. cit. p. 53: o autor discute o papel do historiador ao selecionar o que será lembrado do passado e usado como possibilidade de futuro. Ver também PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. Op. cit. p. 26.: a autora discute a possibilidade de constituição da cidadania por meio da participação no de um espaço e tempo coletivos, destacando a política de patrimônio nesta constituição; e FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. Op. cit. p. 6, 7 e 10: a autora destaca o papel do historiador no seu procedimento de trabalho com a relação presente/passado; (...) *definir uma concepção de presente, que nos permita atribuir significado ao passado, e mais, que nos oriente em direção ao futuro...* p.6.

Capítulo 3

A dissolução do Centro e a constituição da Coleção CDP

3.1- Até onde vai grupo CDP?

3.1.1- Problemas e dificuldades

As dificuldades que foram surgindo dentro do CDP tinham caráter diverso: a própria condição dos sonhos que os uniam, em torno do projeto, o modo como era conduzido o trabalho (voluntário), as condições em que se davam o financiamento das atividades, que também era voluntário, ou seja, não tinham verba fixa. Devemos considerar a diversidade de interesses que envolviam tanto os sujeitos que compunham o CDP, quanto às entidades que com ele se articulavam. Em suma, todos esses fatores traziam uma condição que penso ser de muita mobilidade, não deixavam de representar riscos para a estabilidade do CDP, enquanto audacioso projeto de Centro de Formação, Informação e Preservação.

Nesse sentido, ao relacionarmos o modo como se dava o financiamento do CDP, por entidades sindicais (não tinha verba fixa), àquela maior valorização dada à Comissão de Formação, entendemos que isso se tornou uma dificuldade para o Centro. Traço minha interpretação a partir do que já foi analisado no segundo capítulo no item 2.1.1 da “Formação”. O grupo, ao centralizar sua atuação na “formação”, o que também se deu de acordo com as possibilidades que foram encontrando, acabava por caminhar na perspectiva de buscar resultados mais rápidos, os quais, ao serem alcançados, trariam a sensação de “missão cumprida” ao grupo, que, por sua vez, deveria buscar novos objetivos na área da “formação”. Sendo assim, a Comissão de Formação deveria estar em constante renovação desses objetivos por dois motivos: primeiro, porque era da articulação com as entidades sindicais que provinham os recursos financeiros para todo o Centro; segundo, o campo da formação é por sua natureza muito dinâmico, logo ao formar um grupo de militantes, constituir novos sindicatos, deveria buscar novos sujeitos para nova ação. Isso exigia mais verba, pois a tendência dessa rede era se tornar maior a cada novo contato, ultrapassando o nível local, e atingindo o nível regional e até mesmo o nacional, caminho este que as evidências apontam que foi traçado pelo CDP.

No entanto, não estamos atribuindo o fim do CDP ao fato dele ter se expandido, mas sim ao modo como se deu tal expansão diante dos recursos com que o Centro

contava. O fato de não possuir verba fixa, viver das doações, significava também que a entidade que não se interessasse mais pelos serviços prestados pelo Centro, poderia deixar de contribuir a qualquer momento, o que geraria dificuldades para o grupo no sentido de como se reestruturar financeiramente para cumprir seu plano de trabalho. Aléxia já havia apontado essa dificuldade em sua monografia:

No CDP, em específico, a maioria dos recursos financeiros e materiais são provisórios e emergenciais. Eles só são arrecadados quando está sendo desenvolvida alguma atividade de interesse para uma entidade (assessoria a chapas de oposição em períodos de eleição sindical, etc. ou quando os membros de uma das comissões corre atrás de uma organização para conseguir a doação de materiais urgentes para suas tarefas (papel, etiquetas, cartolina, cola, livro de ata, etc.). Não existe um caixa fixo que gere recursos mais constantes e seguros.¹¹³

De acordo com a autora, os recursos só chegavam mediante o interesse das entidades para que o CDP “prestasse” algum serviço a elas. Podemos ler tal informação para além da dificuldade da verba e dos materiais necessários para realização de atividade na área da “formação”, como esta citada pela autora: a realização de campanhas para eleições sindicais. Isso evidencia que a relação dos sindicatos com o CDP ia muito de acordo com os interesses imediatos desses sindicatos, o que mostra o desconhecimento, por parte destes sindicatos, das funções e atribuições de um Centro de Apoio, Formação e Preservação.

Alguns registros apontam para o desejo do grupo em se institucionalizar e buscar contribuição regular. Assim traz o órgão informativo de 1990:

O CDP, em 1989, funcionou basicamente através de contribuições voluntárias das entidades sindicais de Uberlândia e região, conforme as necessidades financeiras iam exigindo. (...)

O CDP já está apto a regularizar sua sustentação financeira, através de uma campanha de finanças que garanta as atividades já programadas para esse ano.¹¹⁴

No plano de trabalho para o ano de 1990, o registro ainda aponta:

*- Elaboração de projeto para captação de recursos a nível de Brasil e exterior;
- Levantamento das entidades sindicais de Uberlândia e região, para proposta de filiação e contribuição regular.¹¹⁵*

Desse modo, encontramos indícios de que o fato de não contar com uma verba fixa gerava instabilidade muito grande ao CDP, expressando uma das dificuldades do

¹¹³ FRANCO, Aléxia P. A sobrevivência da memória popular. Op. cit. p. 82.

¹¹⁴ CDP INFORMA. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 02, mar. 1990.

¹¹⁵ Idem.

Centro. Quando relacionamos essa dificuldade àquela questão de se focar mais na Comissão de Formação, percebemos que, dessa relação, surgia outra dificuldade, que era a volatilidade de objetivos dessa comissão. Na monografia de Aléxia ela cita um relatório, no qual se faz uma análise, e se detecta que o Centro estava passando por uma fase de desagregação.

*'... fizemos uma análise de conjuntura, onde detectamos que o CDP está passando por uma fase de desagregação seja em função desse momento (por ex. privilegiar as eleições presidenciais) quanto as questões mais domésticas' (por ex. trabalho, escola, etc.)*¹¹⁶

O relatório nos dá a entender que o grande envolvimento com a militância por parte dos membros do CDP envolvidos com as questões políticas e partidárias presentes na década de 1980, no caso ele cita as eleições presidenciais de 1989, acabava por gerar a desagregação dos componentes do centro. Em outras palavras, as pessoas que compunham o CDP, em períodos de maior efervescência política, deixavam de lado as outras atividades, tais como: a preocupação com a estruturação do Centro, a busca de informações, os diálogos com as entidades de memória, em suma aquelas mais relacionadas com o cotidiano do CDP, em específico aquelas à Comissão de Documentação. Havia ainda o fato da disponibilidade de horário dos membros, já que o trabalho era em caráter voluntário, e os mesmos participavam dentro de seus limites. Porém, não podemos deixar de considerar que o relatório é de dezembro de 1989, ou seja, a percepção da desagregação, possivelmente, foi contornada, tendo em vista que o ano de 1990 parece ter sido de muita afirmação para o centro. Podemos interpretar que as estratégias traçadas para o ano de 1990 foram perspicazes. O problema detectado no referido registro parece ter sido contornado, uma vez que, nesse ano de 1990 foi elaborado o estatuto, foi conquistada a sede própria, enfim, buscou-se a institucionalização como meio de alcançar a estabilidade.

Reforçamos nossa interpretação dos riscos de se focar as atividades na Comissão de Formação, diante do que o informativo de 1991 nos traz a respeito do CDP “ter cumprido sua missão” nesta área, quando falam que a Secretaria de Formação Sindical da CUT - Regional havia sido constituída, e, daquele momento em diante, seria ela a responsável pela formação na cidade de Uberlândia e região.¹¹⁷ Diante disso, podemos perceber que, a partir daquele momento, todas atividades do Centro, ligadas a esta área,

¹¹⁶ Relatório e Convocação aos Integrantes do CDP, CDP, dez.1989, mimeografado, apud FRANCO, Aléxia P. *A sobrevivência da memória popular*. Op. cit. p. 83.

¹¹⁷ Ver discussão no 2.º Capítulo no item em que discuto a “Formação”.

seriam paralisadas ou caminhariam em ritmo bem mais lento. Isto porque, se outra entidade seria a responsável por tal atividade, os recursos destinados ao CDP, minguariam consideravelmente, pois parte do Centro não teria, a partir daquela decisão, o “porquê” de existir. Se aliarmos tal interpretação ao fato do movimento sindical, a partir da década de 1990, voltar a se “retrair”, vemos que os agentes de diálogo do CDP foram se tornando escassos, na área da formação, a qual trazia maior financiamento para o Centro.

Entre os anos de 1990-91 (período em que busca sua institucionalização) o grupo voltou a se preocupar mais efetivamente com a área da preservação, porém esta atividade não gerava muitos recursos financeiros, tendo em vista que seus agentes de diálogo (as instituições de preservação da memória) forneciam mais informações, do que propriamente verba. Pensando ainda na “preservação”, para além da falta de recursos financeiros, havia também a dificuldade de recursos humanos, ou seja, pessoal com qualificação para trabalhar na organização do arquivo interno do CDP. Aléxia discutiu isso em seu texto, além de demonstrar a concepção que os sindicatos tinham de arquivo, o que tornava mais árduo e difícil o trabalho. Assim ela explicita:

Muitas vezes, as entidades populares tratam o CDP como um depósito de papel velho e material usado, doando, por exemplo, antigas pastas de A-Z enferrujadas, as quais podem destruir os registros arquivísticos e bibliográficos ali guardados. Porém, ele não pretende ser um ‘arquivo morto’ cheirando a mofo. Ele quer funcionar em um ambiente agradável que contenha informações vivas, dinâmicas e bem ordenadas.

Faltam pessoas qualificadas e responsáveis diretamente pelo trabalho de organização e socialização da memória popular.¹¹⁸

Seu texto expressa a concepção que as entidades sindicais tinham de arquivo, o que não pode ser visto como simples má vontade, mas sim produtos das relações que experimentavam, e nesse sentido não havia uma política de educação patrimonial que mostrasse os significados de um centro de memória, como valorizá-lo, como usá-lo, qual sua função dentro das relações sociais das quais compartilhavam. Nesse sentido, ainda que se iniciasse naquele momento (década de 1980), a preocupação em constituir um centro de memória popular, as classe populares e mesmos as entidades sindicais não tinham acesso irrestrito e amplo às políticas de educação patrimonial que contribuíssem para a compreensão e os sentidos de acervos populares. Logo, a experiência que compartilhavam, ainda era uma posição marginal nesse processo, onde os grupos que

¹¹⁸ FRANCO, Aléxia P. *A sobrevivência da memória popular*. Op. cit. p. 82.

conseguiram se inserir nos debates e disputas por maior espaço no campo da memória, acabavam “fazendo por eles”.

A citação acima, da monografia de Aléxia, evidencia sua preocupação em não transformar o arquivo em “depósito de papel velho”. Ela queria que os agentes de diálogo do CDP o percebessem em sua vitalidade e funcionalidade, o que vai ao encontro ao desejo de realizar a referida educação patrimonial. Durante a entrevista acrescenta a aridez própria ao trabalho de organização de arquivo, que, aliada à falta de recursos humanos, os quais eram voluntários, tornava o trabalho ainda mais moroso:

Eu acredito até... quando, quando esses documentos, essa documentação fosse pra... pro CDHIS, né: que ela tá hoje...

Amanda: Isso. Hoje ela tá no CDHIS.

Aléxia: Imagino que ela não tivesse nem muito organizada, porque, na verdade, aquela coisa de trabalho voluntário... só às sextas-feiras, né... E organizar documentação é um trabalho extremamente árido assim... que ‘cê faz, faz, faz, faz e não sai do lugar, ‘cê não vê a coisa sair do lugar.¹¹⁹

Ronan também apontou a condição do trabalho voluntário e a sobrevivência do CDP pela contribuição dos sindicatos, o que possibilita entender as dificuldades passadas pelo Centro ao administrar e planejar as atividades a serem realizadas, diante da grande quantidade de contatos estabelecidos, o que gerava tanto despesas com o serviço de postagem, quanto em relação ao trabalho posterior às doações, que é a organização do acervo.

Amanda: Dependia da contribuição dele [dos sindicatos]? Essas coisas?

Ronan: Dependia, porque nós tínhamos um gasto com serviços de postagem. Era muita... Tinha uma caixa postal. E era muito contato. A gente recebia muito documento. Muita coisa, assim, pra época era muita coisa. E o pessoal que trabalhava no CDP era voluntário. Todos voluntários. Não tinha ninguém liberado.¹²⁰

Em suma, é uma série de injunções às quais devemos voltar para entender as dificuldades que o CDP foi encontrando; algumas contornáveis, outras, pelo próprio percurso do Centro, se tornaram mais significativas a ponto de levá-lo à dissolução. Procurei ressaltar aquelas, que a meu ver, ganharam maior significado e que não foram contornadas, considerando as possibilidades que através da leitura dos registros consegui recuperar.

¹¹⁹ Entrevista com Aléxia Pádua Franco, realizada no dia 12/11/2007.

¹²⁰ Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

3.1.2- A dissolução do CDP

É nessa perspectiva de construção do conhecimento histórico – tentar ler os registros, indagá-los, ler as entrelinhas, procurar o que não foi dito – que “forjo” minha interpretação acerca das injunções históricas que levaram à dissolução do grupo e do CDP. Como explicitarei acima, várias dificuldades foram surgindo no cotidiano do Centro; algumas inerentes à política de condução traçada, outras pelas próprias condições que o grupo encontrava para realização de seu projeto.

Nesse sentido, me volto àquela multiplicidade de interesses que envolviam tanto os membros quanto seus agentes de diálogo (movimentos sindicais, movimentos populares e sociais presentes naquele momento na cena histórica) com o projeto CDP. Ao nos voltarmos aos registros, percebemos que essa multiplicidade é presente até mesmo na interpretação daquelas dificuldades que levariam o Centro à dissolução.

A fala de Ronan aponta o fim do Centro no momento em que o grupo decidiu por institucionalizá-lo por completo, ou seja, deixar de ser um trabalho realizado por voluntários, para se tornar um Centro de Documentação e de Apoio. Contudo, por não conseguirem financiamento de nenhuma entidade e instituição patrocinadora, eles optaram por fechar o Centro e doar toda a documentação para o CDHIS.

Ronan: Nós mandamos projeto pra Alemanha, pra Suíça. (...) E qual a resposta que veio pra nós. Olha 'tavámos um monte lá na... no socialismo real, lá na Rússia, lá e... e nós 'tamo gastando dinheiro lá, pra fundar a sociedade civil e... Vocês aí e. Como se diz... Se vira. Aí que nós fizemos, como a gente não teve os recursos para dar o salto. Porque a gente queria dar um salto qualitativo e quantitativo. Estabelecer, né?

Amanda: O Centro?

Ronan: É o Centro. Nós queríamos montar. Deixar de ser uma coisa assim... Ah você gosta eu gosto então vamu fazer. Não! Vai ser um projeto no tempo, no espaço, sedimentado.

Amanda: Mais aí vocês já tinham muitos documentos?

Ronan: Já, já tinha bastante. Vários documentos. E aí veio essa resposta, pra nós. E aí cada um tava... Aí numa reunião lá na plenária eu fiz a proposta. Oh, doar esse material porque é um material rico, né? Têm as lembranças, as memórias de vários segmentos da sociedade civil organizada. (...) Aquelas coisas todas né? Que a gente pudesse 'tá guardando esses acervos. Vai que um dia alguém quer fazer uma pesquisa sobre isso. (...)¹²¹

Podemos relacionar a fala de Ronan às dificuldades pelas quais o CDP estava passando referente ao trabalho em regime de voluntariado e à ausência de verba fixa. O grupo, ao reconhecer tais dificuldades, busca então a institucionalização como meio de

¹²¹ Idem.

sanar os problemas decorrentes disso. Traçaram várias estratégias para romper com os obstáculos: algumas que já discutimos anteriormente como a elaboração do estatuto e busca de verba fixa; outra é o que Ronan trouxe no registro oral: a articulação com entidades de nível nacional e mesmo internacional na busca de financiamento.

O depoente expressa esse desejo de institucionalizar como meio de “sedimentar” o projeto no tempo e no espaço, ou seja, deixar de lado o trabalho voluntário, bem como os recursos escassos doado pelos agentes de diálogo. No entanto, em outro momento da fala de Ronan, ele dá outra interpretação ao que levou o fim do CDP.

Ronan: (...) E quando saí do CDP já no finalzinho. O CDP vem pra cá justamente porque o...

Amanda: Vem pra cá, 'cê fala, vem pra UFU?

Ronan: Pra UFU. É, pro CDHIS. Porque já tava esgotando. Nós tínhamos feito projeto pra...

Amanda: Ah, só depois... É já quando o Centro, vamos dizer assim, já tinha sido desfeito.

Ronan: Já tinha cumprido o papel dele, né? Cada um já tava mais ou menos organizado. ... Me passou as instituições. Eu fui pra dentro da Central [Central Única dos Trabalhadores – CUT]. Fui ser dirigente da Central a nível estadual, na região. E eu fazia esse trabalho de formação. Nós tínhamos a Escola sede em BH. E aí... a gente via que não precisava mais aquela... Ele tinha cumprido o papel dele. Que era armazenar aquela memória. Que formar vários grupos de oposição. Ganhamos vários sindicatos. Perdemos outros. E aí, nesse contexto, cada um foi cuidar da sua vida. Nós ficamos uns cinco, seis anos juntos. Então assim...¹²²

Nesse momento Ronan se mostra ambíguo, pois, ao mesmo tempo, em que atribui o fim do Centro ao seu esgotamento interno, em seguida começa a falar de um projeto que eles tinham feito, porém a entrevistadora interrompeu e o entrevistado não concluiu sua idéia. Mas penso que ele iria falar dos projetos mandados para outros países em busca de financiamento – “dar o salto” como afirmou posteriormente. Ao continuar com sua narrativa, ele já aponta outra interpretação, que é o fato do CDP ter cumprido seu papel. Aqui ainda que fale da preservação da memória, a meu ver, deu muito mais ênfase à função da “formação”, quando afirma que “já não precisava mais”, “já tinha armazenado aquela memória” e “tinha formado vários grupos de oposição”.

Nesse sentido, percebemos que Ronan deixa aflorar as contradições existentes dentro do grupo, ao revelar a diversidade de interesses e concepções existentes entre os membros do mesmo. Também podemos ver que, para Ronan, o significado maior do CDP era sua atuação enquanto entidade de Apoio e Formação (mesmo porque era nessa

¹²² Idem

área em que ele atuava), ficando a preservação relegada a segundo plano. Faço este apontamento, por partir do suposto de que um centro de memória não nasce necessariamente para cumprir um papel, perante seus agentes de diálogo, em um curto período de seis anos. Ao contrário, por ser centro de memória seu interesse é se afirmar perante aqueles grupos para os quais fala, e permanecer disputando os espaços e significados múltiplos da memória com os grupos hegemônicos. Em suma, a contradição também é reavivada mesmo na concepção de centro de documentação de um dos membros do Centro, que, por sinal – podemos ler nas evidências – era um dos mais atuantes e comprometidos dentro do CDP.

Ronan ainda associa o esgotamento do CDP ao fato das pessoas envolvidas tomarem outros rumos, cada um seguiu outros caminhos, outros projetos. Ao se recordar dessa experiência, afirma sua condição de ser um dos últimos a permanecer na militância.

*(...) É... eu devo ser um dos últimos moicanos ainda, aqui nessa cidade. Porque a maioria foi cuidar das outras vidas. Estacionou. Estação UFU. Sindicatos. Burocracia, família. Entendeu? Eu continuo, já vou pra quase três décadas que eu tô nessa, né? Porque as mudanças, transformações... E eu peguei essa mudança, né?*¹²³

O que gostaríamos de ressaltar é caráter diverso que o CDP assumiu para seus próprios membros. Sendo assim, enquanto Aléxia e Leila atribuem o fim do CDP à falta de verba (caixa fixo, recursos constates), Ronan, em sua fala, atribui ao fato de que ele cumpriu seu papel naquele momento histórico de formar e informar militantes. Assim Aléxia traz em seu texto que Leila Almeida recupera depois em sua monografia:

*No início, o CDP não quis uma verba fixa, pois não queria recursos sem saber onde utilizá-los. Ele primeiro começou a atuar e, a partir de suas reais necessidades, foi arrecadando dinheiro que já tinha lugar definido de investimento. Hoje, com as atividades em pleno andamento, esta prática tem limitado a ação do CDP, pois nem sempre os movimentos podem fornecer o que e quando o CDP necessita.*¹²⁴

Ao contrapormos os três pontos de vista, a multiplicidade de interesses, presente entre aqueles que compunham o Centro, é revelada. Alguns se uniram à causa de constituição de um Centro de Documentação Popular por verem a necessidade de constituírem um acervo documental que informasse pesquisadores sobre as lutas das classes populares, o seu fazer cotidiano, o que até foi ponto de partida para o

¹²³ Idem.

¹²⁴ FRANCO, Aléxia P. *A sobrevivência da memória popular*. Op. cit. p. 82.

nascimento do CDP (ainda que posteriormente alguns membros do próprio CDP vissem como academicismo alheio à realidade). Outros viam a necessidade de formar uma classe unida, consciente de seus direitos dentro da democracia burguesa, promover a discussão nas associações de bairro, nos sindicatos oposicionistas, lutar contra o peleguismo e o assistencialismo, “formar” grupos de pressão, na concepção da organização sindical. Também havia uma parcela dos envolvidos com o CDP que viam a necessidade de constituir acervos, criar mecanismos e desenvolver estratégias de preservação e organização dos mesmos, a fim de disputar espaços na constituição de memórias alternativas. O que significa, de algum modo, “formar” e “informar” militantes, porém com outros objetivos e interesses, voltados para a construção de uma consciência de preservação e educação patrimoniais que possibilite a participação na cidadania.

Entre os registros referentes à secretaria do CDP, que foi possível analisar, não encontrei nenhum documento a respeito do fechamento do Centro e da doação do acervo ao CDHIS e nem as datas em que essa transação ocorreu. O que tive acesso foi à monografia de Leila Almeida e à narrativa de Ronan. Ambos os registros trazem divergências quanto à referida data, pois Leila Almeida traz o ano de 1992:

*Assim, em 1992, chegou o momento em que as dificuldades tornarem-se bastante sérias e, cerceado por problemas financeiros, o CDP foi desativado. O acervo acumulado até então foi doado ao CDHIS/UFU, em caráter de coleção fechada (...).*¹²⁵

Já Ronan citou por volta de 1990-91:

*(...) Da Ivaldo Alves, quando nós fechamos ele, por volta de 1990, 1991, aí ele é transferido pra cá, mas já como objeto de arquivo, entendeu.*¹²⁶

Entretanto, devemos considerar que Ronan associa o fechamento do Centro a sua saída, a qual se deu por volta de 1991¹²⁷, quando ele assume outras atividades de formador e começa a se distanciar das atividades do CDP. Aqui deve ser considerado tanto o fato da Comissão de Formação entender que “cumpriu sua missão” e então a Secretaria Regional da CUT assumir tal função, quanto o fato de Ronan, por seu caráter de liderança e militância, privilegiar sua função de formador e seguir nela, mas agora

¹²⁵ ALMEIDA, Leila. *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões*. Op. cit. p. 22-23.

¹²⁶ Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

¹²⁷ Ver citação do CDP INFORMA. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 03, mar. 1991, no 2.º Capítulo, item sobre “formação”. Neste número, não é mais o coordenador da publicação.

não mais no CDP. O que gostaria de ressaltar aqui é o fato de que, ao analisarmos a condição de produção de uma memória individual, devemos dar a ela o sentido de que é a história de vida daquela pessoa com a qual se está dialogando. Em outras palavras, ao construir sua narrativa, o depoente faz o encontro de um acontecimento, um lugar e uma subjetividade, o que dá à memória individual o valor qualitativo, que devemos considerar ao trabalhar com o registro oral.¹²⁸ Assim sendo, Ronan, ao se recordar de como e quando se deu o fechamento do CDP, atribui outro tempo, que é o tempo em que ele se afastou do Centro, que não é necessariamente o tempo da dissolução do grupo e da posterior doação do acervo ao CDHIS. Em suma, é próprio do registro oral a possibilidade de reinterpretação de uma experiência passada atribuindo a ela um tempo que não aquele compartilhado pela memória coletiva.

3.2- O CDP no CDHIS

3.2.1- A organização: a Coleção CDP

A coleção CDP, doada ao CDHIS, logo recebeu uma nova reorganização, por meio do trabalho realizado pelo Professor Paulo Roberto de Almeida, do Instituto de História, e por dois alunos do Curso de Graduação em História, Robson Laverdi e Leila de Almeida. Esse grupo enviou um projeto ao PIBIC/CNPq para organização da coleção CDP¹²⁹. Cabe destacar que dentre os registros que foram produzidos por esse “novo” grupo, trabalhei apenas com a monografia de Leila Almeida. No CDHIS não foi possível encontrar a monografia de Robson Laverdi.¹³⁰

Este projeto foi desenvolvido a partir da leitura, por parte desses novos sujeitos, que apontava carência de fontes referentes aos movimentos populares, que subsidiassem historiadores e outros pesquisadores em suas pesquisas. Outro aspecto que devemos conjugar, enquanto possibilidades e necessidades para a reimplementação do CDP, foi a

¹²⁸ Ver discussão PORTELLI, Alessandro. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. Op. cit.: *Desta forma quando falamos dessas memórias individuais, há uma parte disso que se pode tratar como uma ferramenta comparativa e estatística porque há coisas que são compartilhadas e que se pode relatar, mas há outras coisas que são qualitativas, no sentido em que há o encontro entre um acontecimento, um lugar e uma subjetividade individual, uma história pessoal, individual, um passado e um futuro individuais.* p. 32.

¹²⁹ ALMEIDA, Leila. *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões.* Op. cit. p. 25.

¹³⁰ A monografia de Leila Almeida fala também de um projeto paralelo a esse, em caráter de desdobramento deste, visando um trabalho com fontes orais, as quais seriam incorporadas ao acervo CDP. Ibid. p. 38-39.

instituição, em 1995, no curso de História da UFU, da produção de um trabalho monográfico como exigência de finalização de curso (bacharelado e licenciatura). A preocupação era preservar a referida documentação, criar medidas de reimplantação do Centro, visando à recuperação da experiência de movimentos populares, divulgar ao público, por meio da publicação de um guia de pesquisa, e criar mais um espaço para o debate e reflexões. Assim explicita Leila Almeida em sua monografia:

(...) o acervamento deste tipo de documentação torna-se tarefa de suma importância para aqueles envolvidos nas perspectivas de observação, reflexão/crítica e mesmo intervenção na realidade. Assim, não demorou muito para que um grupo de professores e alunos do Depto. de História, preocupados em preservar a documentação e ao mesmo tempo, criar condições para reimplantação do Centro – considerando sua importância, haja visto que denota as várias experiências de movimentos populares – encaminharam projeto ao PIBIC/CNPq, visando a reestruturação do Centro, bem como a organização e abertura do Arquivo ao Público.¹³¹

A preocupação inicial daqueles primeiros agentes é de algum modo trazida à tona, logicamente resguardadas as peculiaridades de cada processo, o que evidencia o alcance do CDP e a gama de interesses que o envolve. Novamente um grupo de pessoas, preocupadas com os suportes da memória de grupos populares que reivindicavam seu espaço na sociedade na década de 1980, reúne-se e mobiliza esforços e recursos para disputar espaços no campo da memória, ao objetivarem a divulgação de todo aquele material acervado pelo grupo idealizador do CDP.

Quando chamamos a atenção para não ignorarmos as peculiaridades de cada processo, é de maneira a evitarmos anacronismos, que matam as contradições, conflitos e embates que são inerentes ao processo histórico. Destaco o uso do termo “popular” pelo novo grupo, ao afirmarem seu compromisso em constituir mecanismos de preservação de acervos populares. Isto evidencia o movimento dentro da produção historiográfica daquele período no sentido de não privilegiar apenas os movimentos sindicais, e alargar a construção do conhecimento de maneira a se propor a discutir os movimentos não organizados, ou seja, a experiência daqueles agentes históricos que travam sua resistência buscando outros métodos e modos de atuação.

Diante da nova proposta, alguns agentes de diálogo foram recuperados dos tempos do grupo idealizador. Leila nos aponta que isso se deu no sentido de estreitar contatos de maneira a ampliar suas reflexões. Assim ela afirma:

¹³¹ Ibid. p. 24.

No sentido de ampliar suas reflexões, o grupo achou proveitoso estreitar contatos com outras entidades como o Setor de Documentação ao Centro de Documentação e Informação do Rio de Janeiro (CEDI/Rio), o Centro de Pastoral Vergueiro em São Paulo (CPV), CEDIC da PUC. Previa, também nesse sentido, a realização de debates, mesas redondas, mostras públicas, espaços onde buscaria ampliar o debate e a reflexão acerca das produções nesse campo da historiografia.¹³²

A coleção foi reorganizada, procurando considerar *sua inserção no contexto histórico específico e datado*.¹³³ O acervo foi separado, catalogado e descrito em sete linhas temáticas: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento Político-Partidário, Movimento Leigos e Católicos, Movimento Direitos Humanos, Movimento Trabalhadores em Educação, Movimento Sindical, e Movimentos Diversos (materiais que contém temáticas diversificadas e que não se enquadravam dentro das demais temáticas). De acordo com Ronan, o grupo CDP separava a documentação em eixos temáticos, porém segundo ele, em quantidade maior:

A gente separava então por eixos de... A opção era os de baixo. Os explorados, os excluídos. [riso] (...) Aí, dentro deles, a gente então mapeava: essa questão é racial, então essa é racial; essa questão, da saúde do trabalhador, pra saúde do trabalhador. Aí 'cê ia montado. Então, é educação... E assim vai 'né.¹³⁴

O trabalho desenvolvido na “segunda fase” do CDP de organização da documentação, agora na forma de coleção, separava os materiais em linhas temáticas, obedecendo a *uma lógica que privilegiasse a visão de um segmento, sem que ao mesmo tempo gerasse individualismo (absolutização) expresso das fontes*¹³⁵. Assim sendo, obedeciam à lógica dos movimentos, considerando seu contexto histórico. Nesse sentido, cada linha temática procurava reunir os documentos que dissessem respeito a determinado “segmento social”, suas lutas e sua inserção nesse contexto (entre os anos de 1985 a 1991).

Os materiais que compõem a linha dos “Trabalhadores Rurais Sem Terra” são: cartazes, periódicos, informativos, cartilhas cadernos, folders. Todos propõem a discussão da situação do homem no campo e a relação trabalhador/terra, denunciam violência sofrida pelos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. São materiais produzidos pelos diversos órgãos de apoio ao movimento como, por exemplo, a CUT, CPT, CEBs, e mesmo materiais produzidos pelo próprio movimento.

¹³² Ibid. p. 26.

¹³³ Ibid. p. 28.

¹³⁴ Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

¹³⁵ ALMEIDA, Leila. *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões*. Op. cit. p.30.

Os materiais que compõem a linha “Movimento Político-Partidário” são: cartazes, periódicos, cadernos, cartilhas e revistas. Apontam as disputas políticas entre os anos de 1985 a 1992 nos níveis estaduais, municipais e nacionais de partidos de esquerda como o PT, PCB, PC do B entre outros, evidenciando suas articulações pelas disputas de poder e de apoio a outros sujeitos presentes na cena histórico das décadas de 1980-90, tais como o MST e a CUT. Contestam medidas de achatamento salarial e desfavorecimento das classes populares nas políticas governamentais. Cabe destacar que, nesta linha temática, a maioria dos materiais é produzida pelos Comitês do PT, o que revela o diálogo entre os idealizadores do CDP com tal entidade partidária.

A linha temática “Movimento dos Leigos e Católicos” reúne periódicos, boletins, informativos produzidos por entidades ligadas à Igreja Católica como o CEDI, CPT e Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes, Pastoral da Juventude, Pastoral Operária entre outros. Apontam as articulações estabelecidas entre essas entidades e seus agentes de diálogo tais como MST, Movimentos Negro, grupos indígenas. Também revela a participação e intervenção dessas entidades nas situações políticas, econômicas e sociais do país entre as décadas de 1980-90.

A linha temática “Movimento Direitos Humanos” é composta por cartazes, periódicos, boletins, cartilhas e revistas que discutem temas amplos como a condição da mulher na sociedade, as lutas pela terra e violência no campo, a situação dos grupos indígenas na sociedade, a luta do Movimento Negro por sua afirmação sócio-política. Em suma, aborda questões diversas como saúde, transporte, educação, presentes entre os anos de 1978 a 1992.

A linha temática “Movimento dos Trabalhadores em Educação” é composta por cartazes, periódicos, informativos que versam sobre temas ligados à educação, à organização dos trabalhadores nessa área que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho, além de dialogar com outras questões sociais entre os anos 1988-90. Trazem as questões de reivindicação de escola pública, gratuita e com qualidade, em todos os níveis de ensino e a discussões em torno das propostas para a Lei de Diretrizes e Bases.

A linha temática “Movimento Sindical”, que por sinal é uma das que contém maior número de material, é composta por cartazes, periódicos diversos, cartilhas, informativos, boletins, de diversas entidades sindicais como a CUT, SINTTEL, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Sindicato Nacional da

Associação Nacional dos Docentes em Ensino Superior (ANDES), entre outros. As fontes versam sobre várias questões que envolvem tanto a conjuntura sócio-política vivida no país entre 1977-92, quanto discutem as condições de trabalho de diversas categorias de trabalhadores. Revelam suas lutas e reivindicações por melhorias de salário e condições de trabalho, e, portanto, evidenciam os diversos agentes históricos e seus embates cotidianos, como mobilizações e manifestações, comandos de greve etc.

A linha temática “Movimento Diversos” contém cartazes, boletins, cartas abertas, jornais, entre outros materiais que discutem e debatem questões diversas como meio ambiente, agricultura, educação. Abrange o período entre 1980-92.

Essa organização realizada em linhas temáticas nos possibilita ver quais documentos eram recebidos e preservados pelo grupo constituidor do CDP, o que nos faz ter mais clareza sobre quais eram os agentes de diálogo do Centro, quais eram as questões vivenciadas nas décadas de 1980-90. Na reorganização feita na segunda fase do CDP vemos quais movimentos sociais disputavam espaços, tornavam suas lutas explícitas. A reorganização em temas afins evidencia a tentativa de recompor a memória daquelas experiências de acordo com “segmentos sociais” produtores destas experiências. A seleção e organização eram feitas de modo privilegiar e enfatizar a luta dos agentes de acordo com as lutas de seus grupos sociais, fossem eles a luta do movimento negro por afirmação social e étnica, os embates travados pelo MST, ou ainda as reivindicações dos trabalhadores em educação por melhores condições de trabalho e ensino e, assim em diante.

É nesse sentido que falo que a diversidade de materiais contidos na referida coleção revela a multiplicidade de sujeitos presentes na cena histórica, o que vai contra a concepção de história que possui um passado único, onde apenas os “grandes heróis” têm voz ativa e por isso devem ser os únicos a serem lembrados. Tal diversidade ainda se constitui em possibilidade de romper com os alicerces da dominação e do poder existentes na memória social.¹³⁶

¹³⁶ SILVA, Olga Brites da. Memória, preservação e tradições populares. SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992: (...) pois todos sabemos que a memória social constitui um dos mais sólidos alicerces da dominação e do poder. A possibilidade de construção fechada de uma versão unívoca do passado repousa no poder de decidir sobre o que será ou não preservado enquanto registro a disposição da posteridade. p. 18.

No CDHIS, a documentação foi organizada como Coleção, na medida em que fora acumulada de forma artificial, recolhida de diversas entidades. O contexto da produção dos documentos foi perdido. Ao se perder a ordem natural de acumulação dos documentos de arquivo (o que é chamado princípio da proveniência, de acordo com as normas da arquivística), perdeu-se a organização estrutural da instituição que os produziu. Desse modo, salientamos que a documentação CDP é uma “coleção” no sentido de que os documentos foram recolhidos e selecionados com vistas a comporem uma coleção; por isso esses documentos não formam um fundo arquivístico.¹³⁷

3.2.2- A reorganização da Coleção

Durante um novo trabalho de organização da coleção CDP, por ocasião do projeto financiado pelo PIBEG¹³⁸ e coordenado pela Professora Maria de Fátima Ramos de Almeida, o trabalho prático dos procedimentos arquivísticos implicou o reconhecimento da documentação, a higienização, pequenos restauros, conferência dos registros de acordo com a descrição do guia produzido pela segunda fase do CDP (a reimplantação), acondicionamento, e nova digitação para posterior publicação de um inventário. Foi respeitada a separação anterior que definiu os eixos temáticos, realizada pelo “Projeto CDP: a constituição da Memória Popular”, com a preservação e conservação dos documentos. Realizou-se também uma identificação em cada documento, a fim de manter tal organização e evitar que a documentação fosse retirada de seu local de acondicionamento (pastas de polionda e caixas boxes)¹³⁹. Essa é a

¹³⁷ Destaco, aqui, que tais informações são fruto da reflexão desenvolvida em um curso de arquivologia oferecido pelo CDHIS em associação com a Pró-Reitoria de Recursos Humanos, intitulado “A Arquivística no Mundo Contemporâneo”, do qual tivemos a grande oportunidade de participar, enquanto estagiários do CDHIS. A título de esclarecimento, este curso é voltado para a capacitação dos funcionários da UFU ligados a arquivos. Porém, os estagiários do Centro tiveram a oportunidade de participar.

¹³⁸ Programa Institucional de Bolsas de Ensino de Graduação (PIBEG) da UFU. Como apresentei na introdução, encaminhamos o projeto “Memória Histórica: preservação e ação pedagógica”, a este órgão financiador. Este projeto tinha como objetivo geral ampliar as perspectivas de qualificação e profissionalização dos estudantes de Licenciatura em História, por meio de orientação teórica e didática sobre o trabalho de organização, catalogação e preservação de documentos em arquivos e sobre a preservação da memória social, e como objetivos específicos: a agilização de organização dos acervos documentais do CDHIS, disponibilizando-os ao público usuário em condições adequadas de manuseio; a divulgação à comunidade acadêmica da multiplicidade de fontes da memória histórica da região que se encontram disponíveis à consulta no CDHIS.

¹³⁹ Em se tratando do acondicionamento, este é feito em 55 pastas de polionda (tamanho A2), 33 caixas-boxes e 24 pastas de polionda (tamanho A4), além de documentos referentes à secretaria da instituição CDP, que estão em três pastas de polionda (A2), ainda a ser organizados, catalogados e descritos. Para além do acervo recolhido pelo grupo idealizador, tem também os documentos que forma produzidos pela

política adotada pelo CDHIS no gerenciamento de suas coleções.¹⁴⁰ Outra política empreendida pelo CDHIS é a de descarte de documentos duplos, a qual também foi empregada na coleção CDP.

Em relação à tipologia documental do CDP, como apontei no item anterior, há uma multiplicidade de jornais, panfletos, notas, fitas de vídeo, entrevistas, cartilhas, revistas, livros, abaixo-assinados, atas de reuniões, periódicos etc. Todas apontam para *determinado período* [décadas de 1980-90], *dialogando com as questões nele presentes*¹⁴¹, indicando para diversas problemáticas acerca de seu período histórico, evidenciando lutas e embates travados por grupos sociais múltiplos, na busca de uma efetiva intervenção no processo social. Tudo isso revela a dimensão de significados de uma coletividade que é diversificada em suas experiências.

Ao falar da diversidade de questões e problemáticas me refiro às relações sociais vivenciadas por agentes diversos do final dos anos 1980 e início de 1990. Assim sendo, os materiais acervados na coleção CDP nos revelam as lutas travadas em torno da questão agrária por vários trabalhadores rurais que perderam suas terras diante das dificuldades de nela se produzir sem subsídios, e que nos anos 1980 afirmam sua luta por esse direito, constituindo um dos movimentos mais fortes e organizados de nosso país. Também é possível compreender as articulações traçadas pelas diversas entidades sindicais que revelam sua capacidade de organização e arregimentação de militantes. Temos ainda fervilhar de movimentos sociais tais como a afirmação dos negros evidenciando suas lutas por igualdade social e étnica, a afirmação das mulheres em diversas áreas, fazendo ser reconhecidos seus direitos de igualdade e respeito por sua condição de agente histórico. Ainda é possível vermos as várias articulações, em torno da política, em um período em que se reivindicou o direito ao voto no movimento “Diretas Já!”, discutiu a Constituição de 1988, que as pessoas votaram e escolheram o presidente depois da ditadura militar.

Em síntese, é essa a multiplicidade de agentes e grupos sociais, questões, problemáticas e significados, que vejo reavivada nas fontes existentes na coleção CDP. A partir da leitura e análise desses materiais podemos explorar essa multiplicidade, em

secretaria do CDP durante a sua existência; aqueles que são fruto das relações travadas pelo o centro com seus agentes de diálogo, os quais foram utilizados para a pesquisa, dentre os quais destaco as cartas, os informativos, folders.

¹⁴⁰ O CDHIS adota a identificação feita a lápis, em cada fonte na margem direita superior do documento.

¹⁴¹ ALMEIDA, Leila. *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões*. Op. cit. p. 30.

um procedimento capaz de estabelecer a relação presente/passado, a fim de revermos nosso presente de maneira mais crítica, e nos voltarmos ao passado vendo nele experiências de sujeitos, que, tal como nós, viveram, acreditaram em sonhos, utopias, lutaram, venceram ou foram derrotados. Isso é a possibilidade de conceber o passado, a história e a memória em suas contradições, ou seja, como um processo que não se fechou, porque sempre será revisto pelos agentes do presente.

Quando falava da multiplicidade das fontes contidas nele, percebi, no contato que tive durante minha experiência com o trabalho de nova organização, que as fontes documentais que lá estão colecionadas são produzidas por entidades que já possuem uma estrutura organizada na luta social, ou seja, são documentos que apesar de apontar os embates das “classes dominadas”, tem-se a impressão que o fazem por eles – contam suas histórias por eles.

Uma das inquietações iniciais, quando me interessei em desenvolver a pesquisa sobre o CDP, foi a percepção que desenvolvi, enquanto mais uma pessoa que se envolveu com a história do Centro, que era o fato de que, desde seu nascimento, o grupo falava de um acervamento das fontes ligadas ao popular, mas, quando me voltava para as fontes que constituíam o acervo, via registros de órgãos que já contavam com uma estrutura organizada no que se refere aos órgãos de imprensa, publicação e comunicação. São registros produzidos pela imprensa de partidos políticos, sindicatos, CUT, MST, órgãos ligados à Igreja Católica etc., os quais eram os agentes de diálogo do Centro. Hoje, consigo ver que isso é fruto das relações travadas pelo Centro com tais agentes. Nesse sentido, diante de toda a discussão feita no segundo capítulo, na qual tentei explorar o tripé montado pelo CDP (Formação, Informação e Preservação), se tornou mais claro o porquê do acervo ser constituído basicamente por fontes produzidas por tais entidades organizadas, tendo em vista que eram tais entidades as financiadoras do projeto e, por conseguinte, eram elas que faziam as doações ao CDP.

Isso aponta para a perspectiva historiográfica seguida pelo grupo, que era a leitura nos moldes do marxismo-leninismo, a qual partia de uma concepção de entendimento das questões ligadas às classes trabalhadoras, de explicação do processo histórico pelo viés da manifestação da consciência de classe, em que fugir dessa concepção era ceder à alienação. Esse viés historiográfico representou limites, pois acabou por se focar o acervamento apenas na história dos sindicatos e dos partidos operários, tendo em vista que o tema central era a organização da classe trabalhadora,

ou seja, acabava por privilegiar os movimentos organizados em detrimento de outras formas de lutas subreptícias¹⁴². Mais uma vez aflora a contradição nesse movimento ao tentar-se implantar formas democráticas de luta que acabaram por focar nos líderes sindicais, partidários, grupos orgânicos. Mais uma vez a história preservada ganha status de hierarquização, onde é preservada e registrada a memória e a história que contam com as condições materiais para se impor: aquela que tem voz.

Outro aspecto que deve ser problematizado é o uso do termo “popular”. Procuo entender seu uso nas duas experiências do CDP e mesmo entender seu uso por nós hoje. Como subsídio para tal reflexão me volto ao texto de Stuart Hall¹⁴³, quando ele discute a variedade de significados assumidos pelo referido termo. Ao refletirmos sobre esta noção assumida pelo grupo idealizador, percebemos que partiam de uma concepção do “popular” que, considerava enquanto tal, tudo aquilo que “emana” das classes populares, como se pudéssemos definir e separar aquilo que pertence ao povo daquilo que não pertence. Esta noção deixa explícita a dicotomização entre cultura popular e cultura dominante, perdendo as tensões e oposições existentes nas relações de poder¹⁴⁴. Já o grupo preocupado em reestruturar o CDP traz abertura para pensar o popular dentro das contradições, observando o processo, onde os agentes (as pessoas comuns) reconhecem a reorganização das suas realidades e ora se identificam ora resistem. O que gostaria de evidenciar é o movimento feito pelos agentes históricos ao interpretar as suas experiências. Isso é feito de diversas maneiras, porém, nessa situação de vivência e de “volta” ao passado do CDP na busca de se forjar memória(s), é possível trazeremos tais conceitos para repensá-la.

¹⁴² Esta discussão é apontada no artigo de ARAÚJO, Ângela Maria C. e BATALHA, Cláudio H. M.: Preservação da memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgar Leurenroth (AEL). In: SILVA, Zélia L. (Org.). *Arquivo, patrimônio e memória*. São Paulo: UNESP:FAPESP, 1999: *Essas alterações [produzidas no campo de estudo do movimento operário] implicavam, sobretudo repensar as bases sobre as quais, até então, era escrita a história das organizações e seus dirigentes que da classe operária*. p.71.

¹⁴³ HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil 2003. p. 247-264.

¹⁴⁴ *Ibid.* p. 253-260.

Considerações Finais

Ao pensarmos a experiência de constituição do CDP, devemos fazê-la de modo a entender aquela iniciativa como prática que não estava fora das relações sociais dentro da cidade. Em outras palavras, meu interesse é ressaltar esta experiência diante da sua articulação com ações que estavam ocorrendo na cidade de Uberlândia no sentido de começar a existir a preocupação em constituir instituições de preservação de memórias. Foi nesse período que se criou o Museu de Fazeres Humanos (através da Lei 4.376/1986) e o Arquivo Público de Uberlândia (através da Lei 4.375/1986), ambas as leis de 11 de julho de 1986. Iniciam-se também discussões acerca da preservação patrimonial, implantação de políticas públicas de tombamentos na cidade. Na Universidade também era presente tal preocupação com a memória, a exemplo a criação do próprio CDHIS em 1985, fruto da ação de professores de História e de Ciências Sociais, como Núcleo de Pesquisa em História e Ciências Sociais (NUCHIS), com a função de armazenar a documentação dos projetos desenvolvidos e de guardar documentos produzidos ou colecionados pelos memorialistas da cidade.

Em 1992 o NUCHIS instalou-se em sede própria com expectativa de garantir uma melhor relação com o público e continuar a desenvolver ações pautadas na interação ensino/pesquisa e extensão dinamizando a sua atuação por meio da publicação de boletins semestrais e folders das coleções de documentos já catalogados. Esse processo de expansão justificou a transformação do NUCHIS no Centro de Documentação e Pesquisa em História - CDHIS.¹⁴⁵

Em suma, existiam outras ações na cidade, com as quais o CDP se articulava, o que garantia ao grupo maior respaldo e maior alcance para seu projeto. Assim Aléxia se recordou, em sua fala, de cursos, dos quais ela participou para adquirir conhecimentos que lhe possibilitassem desenvolver melhor seu trabalho no CDP:

Amanda: E antes, Aléxia, 'cês recebiam do CDP cursos que fossem financiados, cês saíam pra fora?

Aléxia: Não. Nessa época não. Nessa época, não. Nessa época, eu fiz tudo voluntário e nada... Eu me lembro que... a Prefeitura Municipal...

Amanda: Daqui?

Aléxia: É. Dava uns cursos sobre a arquivística, eu até tenho os certificados.

(...)

Aléxia: Mas, assim... não é que tinha alguma coisa a ver. Não é que a Prefeitura fazia pro CDP não. É que ela fazia curso de arquivística... e aí... Que nessa época também que surgiu a idéia do fazer o Arquivo Público, o Museu. Porque tava tendo toda uma movimentação de preservação da memória

¹⁴⁵ Folder de apresentação do CDHIS, sem data.

*na cidade. Eu me lembro que eu participava do CONPHAC, né, que é a Comissão de Patrimônio Histórico e Arquitetônico da cidade...*¹⁴⁶

Aléxia nos conta que havia uma comissão criada unicamente para a preservação do patrimônio histórico da cidade, que era o Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (CONPHAC). É certo que devemos problematizar a forma como isto era feito (Qual patrimônio era preservado? Qual a concepção tinham de patrimônio?), tendo em vista que era uma política que partia da Prefeitura, e a experiência, pelo que temos edificado enquanto patrimônio, nos mostra que a intenção é de homogeneizar, até mesmo porque tais políticas usam a memória como campo de dominação, controle e reorganização da memória popular, e raras vezes se preocupa com a preservação da multiplicidade. Por outro lado, temos que considerar que havia outras práticas na cidade que se constituíram em evidências a serem consideradas e analisadas, e que apontam as possibilidades encontradas pelo grupo CDP para a realização de seu projeto. Eram várias injunções históricas articuladas que possibilitaram tal ação do grupo.

Aléxia, em sua monografia, também apontou algumas dessas injunções a partir da década de 1980:

A Secretaria Municipal de Cultura, a partir de sua Divisão de Patrimônio Histórico, iniciou a montagem do Arquivo Público Municipal para levantar, organizar, preservar e divulgar os registros textuais produzidos pelos poderes legislativo e executivo municipais e, também, outros registros sobre, principalmente, a classe dominante de Uberlândia e região, coletados por um antigo professor da cidade. Ela também criou o Museu de Ofício com o objetivo de expor os instrumentos de trabalho, os objetos de lazer da população urbana e rural do município e a Seção de Tombamento e Preservação para restaurar e cuidar dos aspectos arquitetônicos locais considerados de importância histórica.

*Uma lei da Câmara Municipal instituiu o Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (CONPHAC) formado por representantes de vários segmentos sociais de Uberlândia – artistas, arquitetos, engenheiros, estudantes de 1º, 2º e 3º graus, historiadores, professores universitários, jornalistas, representantes da Delegacia Regional de Ensino, das Entidades Comunitárias, de algumas das Secretarias da Prefeitura Municipal – e responsável por assessorar a Prefeitura e a comunidade nos assuntos referentes a preservação da memória da cidade.*¹⁴⁷

Ela já denunciava o caráter de dominação que tinham tais ações ligadas aos poderes públicos, ao apontar que o interesse da preservação era ligado à classe dominante.

¹⁴⁶ Entrevista com Aléxia Pádua Franco, realizada no dia 12/11/2007.

¹⁴⁷ FRANCO, Aléxia P. *A sobrevivência da memória popular*. Op. cit. p. 10.

No entanto, não podemos deixar de considerar que nenhuma ação está livre de reinterpretação e mesmo de subversão. É evidente que, nas lacunas dessas ações, as classes populares traçavam sua resistência e de alguma maneira conseguiam alguma participação nessa política. A exemplo, temos o próprio CDP, que buscava informações nos cursos de arquivo oferecidos pela Prefeitura para organizar seu acervo, como nos falou Aléxia:

É... exatamente. Então assim... não era uma reunião pra discutir... era mesmo assim. Até quando a gente organizava... Claro, saiam discussões. Mas, era a Maria José [técnica em arquivística da Prefeitura Municipal de Uberlândia], levava pra nós apostilas de como é que se arquiva e tal. E a gente então tentava colocar as coisas em armário, de uma maneira...¹⁴⁸

O que gostaria de reforçar é a necessidade de nos voltarmos às injunções históricas existentes na década de 1980-90, que possibilitavam a constituição do CDP. Foi nesse período que começou a surgir na cidade de Uberlândia a preocupação em preservar a memória, por meio da constituição de arquivos, museus, tombamentos, enfim, políticas patrimoniais que visavam o campo da memória.

Hoje, ao escrevermos este trabalho, podemos comparar esta experiência com o que nós vivemos, ou seja, é possível pensarmos sobre a rede que se estabelece com esta preocupação: a preservação da memória, do patrimônio. Nesse sentido, nos questionamos: Qual a concepção que se tem de patrimônio e de arquivos? Hoje tem-se ampliado esta noção, tentando abarcar a multiplicidade de sujeitos, suas experiências e histórias? O quanto caminhamos nesse sentido de ampliação da concepção sobre o que deve ser considerado patrimônio histórico? Como tem se posicionado a universidade nesse sentido?

É possível percebermos que a memória continua em voga, e vários órgãos e entidades governamentais e não-governamentais têm se preocupado com seus arquivos, em organizá-los, selecionar a documentação. Têm sido promovidos cursos, onde a discussão tem como foco o patrimônio. Em setembro de 2007, foi realizado na cidade de Uberlândia o “I Simpósio de Patrimônio Histórico Cultural do Triângulo Mineiro”, sob coordenação e produção de Caroline Rizzoto, à época graduanda do curso de História da UFU. O simpósio é uma parceria entre a Universidade (Núcleo de Pesquisa em Cultura Popular Imagem e Som), e a Secretaria Municipal de Cultura, com financiamento da Prefeitura de Uberlândia.

¹⁴⁸ Entrevista com Aléxia Pádua Franco, realizada no dia 12/11/2007.

Nesse sentido, vemos que muito se tem discutido, e os órgãos de debate e fomento têm ampliado os canais para se realizar a educação patrimonial. Portanto, devemos estar atentos para o modo como tem sido feito, tentando realmente implementar políticas de valorização de patrimônio coletivo, que traga a multiplicidade de sujeitos e ações. Isso seria romper com qualquer concepção que pressuponha a fragilidade da memória e de patrimônio.

Minha experiência de trabalho com o CDP, ao colocar-me diante da rica multiplicidade de materiais contidas na Coleção CDP, trouxe a mim a oportunidade de aprender um pouco sobre o ofício do arquivista, o qual se apresenta a nós como extremamente significativo, além de se constituir em elemento agregador para nossa formação de historiador. Ao lidar com o trabalho prático e com a teoria acerca da arquivística e da preservação da memória e seus suportes, refletimos sobre a importância da recuperação de fontes documentais em nossa sociedade, o que se constituiu em ponto de partida para pensar a experiência do Centro.

Tal experiência também significou o momento de confrontar duas perspectivas de trabalho ligadas aos arquivos, à história e à memória: a do historiador e a do arquivista. Ambas são imbuídas de grande significado, pois a primeira sinaliza com a possibilidade de formação de novas visões acerca dos fatos e do processo histórico e então romper com legitimação de mitos¹⁴⁹. A segunda se expressa como uma prática social que interfere sobre o que guardar ou descartar dos suportes da memória de uma dada sociedade, os quais são frutos do confronto das relações de poder nela estabelecidas e por isso também assume caráter ideológico.

Aqui ressaltamos o papel ativo que ambos desempenham em nossa sociedade: o arquivista determina a seleção do que será preservado acerca da memória da experiência social de vários sujeitos que compõem uma coletividade diversificada; o historiador assume a responsabilidade pelos fatos históricos por ser o agente capaz de determinar como se dará a produção desses fatos (o que selecionará do passado e da história como algo a ser recobrado pela posteridade e de que modo fará essa escolha) e, portanto, se posiciona politicamente sobre quais histórias e quais memórias se comprometerá a reavivar.

¹⁴⁹ Ver HOBBSAWM, Eric. Dentro e fora da historia. In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-21.

A relação historiador e arquivista se apresentou conflituosa diante das tarefas cotidianas desempenhadas e diante das dificuldades do CDHIS, ao qual resta muito que definir sobre suas políticas de acervamento e recolhimento da documentação. Tais dificuldades acabam, em muitos momentos, dificultando o curso das atividades no Centro de Documentação da UFU, seja pelas restrições de material e condições de trabalho, seja pelas restrições de capacitação dos funcionários.¹⁵⁰

Essa é uma dificuldade atravessada por centros de documentação que nascem dentro das universidades, e têm que sobreviver dos minguados recursos públicos destinados às instituições acadêmicas, principalmente em se tratando da área das ciências humanas. Refletir sobre a experiência de constituição de centros de documentação em nosso país significa elucidar sobre as particularidades que eles assumiram, ou seja, a condição para seu reconhecimento era a de se tornarem órgãos de preservação da memória, com a guarda e preservação das fontes documentais.¹⁵¹

A preservação dos suportes da memória ganha o status de uma reflexão sobre a experiência social vivida, se constituindo – ao ser divulgada – em um importante instrumento para o avanço das lutas de grupos sociais que são marginalizados do processo de preservação de suas memórias e histórias. Dessa maneira, a preservação das memórias de pessoas comuns, e não só da “classe trabalhadora”, é uma forma de perceber suas atuações em suas resistências cotidianas, no exercício da cidadania, aqui entendida como *a formação e participação múltiplas na constituição da cultura, da política, de um espaço e de um tempo coletivos*.¹⁵² Em suma, a preservação daqueles suportes, de vários movimentos sociais, como foi a experiência do CDP (ainda que problematizemos determinadas posturas e concepções adotadas ao longo do processo), constitui uma prática carregada de múltiplos significados, quais sejam as intervenções de diferentes agentes sociais lutando por interesses diversos, constitutiva de identidade social e cultural, qual seja o ser cidadão que participa, que interfere, ultrapassando os jargões políticos vazios de sentidos.

¹⁵⁰O centro não conta com um profissional especializado em nível de graduação na área de arquivologia, o que reflete a dificuldade de recursos em relação às políticas de acervamento.

¹⁵¹ Ver discussão em CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999: ... *Os centros de documentação não conseguiram reconhecimento e apoio apenas e tão-somente como órgãos geradores de base informativa. Para que se firmassem e, na maioria dos casos, para que pudessem ser criados, foi necessário que se tornassem também centros de preservação da memória, reunindo fontes originais de pesquisa.* p. 55.

¹⁵² PAOLI, Maria Célia. *Memória, história e cidadania: o direito ao passado*. Op. cit. p 26.

Em síntese, vemos a recuperação de fontes como uma prática social ligada não só à pesquisa, mas também à constituição de um instrumento capaz de dar sustentação às atividades empreendidas por estes grupos para uma efetiva intervenção no processo social vigente, na luta por seus direitos. Para isso, retomamos a importância do trabalho arquivístico, do historiador e dos profissionais ligados à preservação de patrimônio histórico, como na reflexão de Olga Brites durante encontro internacional organizado pelo Departamento de Patrimônio Histórico da cidade de São Paulo, em 1992:

Por tudo isso, a ação dos órgãos governamentais de preservação não deve se pautar pela intenção de guarda ou apropriação destes acervos. Ao contrário, sua ação só poderá ser bem-sucedida se contemplar a necessidade de contribuir para dar sustentação a estas atividades sem interferir na sua dinâmica, respeitando acima de tudo o princípio de sua autonomia. Enfrentar a questão da sua fragilidade, fornecendo-lhes, as armas técnicas indispensáveis através de assessorias ou oficinas de trabalho, e socializando o acesso aos instrumentos teóricos e procedimentos necessários à preservação de suas próprias referências culturais. Trabalhando com as tradições populares temos diante de nós a oportunidade de refazer nossas relações com a sociedade, oferecendo serviços e simultaneamente aprendendo dimensões fundamentais da história. Em uma palavra, contribuir para o exercício e a geração de direitos sem jamais pretender substituir os diferentes sujeitos.¹⁵³

Nosso intuito, ao discutir a formação de um centro de documentação popular, é entender suas nuances e, a partir dos diversos agentes históricos que nele atuaram, problematizar nosso olhar sobre ele hoje. Nossa inquietação, ao optar por este objeto de estudo, foi pensá-lo no presente, a fim de romper com preconceitos – inclusive nossos – de ver o CDP apenas como um amontoado de papéis. Procuramos problematizar qual o papel do CDP hoje. Para isso, é necessário refletir sobre seus significados, enquanto Centro de Documentação Popular. O que ele representou para aqueles sujeitos que o idealizaram? O que ele significou para os novos agentes que o têm buscado?

Sendo assim, torna-se necessário pensar como foi sua atuação no passado e como se dá esta atuação no presente. Como se faz esta divulgação hoje? Foi esse o movimento que tentamos realizar ao longo do texto, explicitando os percursos da pesquisa no constante ir e vir do diálogo entre as fontes e o referencial teórico-metodológico por nós adotado. Não é nosso intuito “retirar” a historicidade daquelas experiências constitutivas das referidas fontes, reduzindo-as a meros objetos de contemplação. Isso seria mais uma tentativa de congelar o passado, o que seria omitir a concepção de história como um processo conflituoso, onde atuam sujeitos diversos.

¹⁵³ SILVA. Olga Brites da. Memória, preservação e tradições populares. Op. cit. p. 20.

É diante destas perspectivas que nos voltamos aos sujeitos envolvidos no CDP, e mais uma vez dialogamos com Ronan, no sentido de entender o que foi o CDP para aqueles que dele compartilharam sua fase de formação e informação, ou seja, aquele período em que ele expandiu sua atuação, se aproximando dos sindicatos.

Amanda: Pois é, 'cê falou que quando dôa, 'cê acha que perde um pouco a...

Ronan: Porque aí ele deixa de ser uma coisa viva, com contradições, pra ser um objeto a mais, morto. Porque nossa crítica era isso. O arquivo não pode ser morto.

Amanda: Ah, sei!

Ronan: Ele tem que tá ativo. Ele tem que tá onde o povo está. Ele tem que servir a estas necessidades. Que é precárias, que é... ao mesmo tempo que é limitada por causa do sistema, né, empobrecida. Mas há um desejo, há uma vontade das pessoas, e aí nós temos que trabalhar isso de forma articulada, organizada. E foi aí que surgiu as parcerias. Cada um encontrava um ponto, que tinha sentido, uma interface, pra ele.

Amanda: 'Cê acha que o CDP, hoje, então 'cê vê como um arquivo morto? 'Cê acha que não teria...

Ronan: Eu acho que não tem... É pra isso mesmo [pesquisa].

Amanda: Igual os movimentos?! 'Cê acha que eles não...

Ronan: Ele ajudou. Foi uma escolinha que formou muita gente. Mas... a função inicial dele sai da UFU, justamente por essa crítica, né? 'Cê vê o tanto de coisa parada; energia morta. Cadê isso?

Amanda: 'Cê acha que não pode promover a auto-reflexão? O reencontro desses grupos, que forneceram documentos?

Ronan: Ah, eu não sei... Eu penso assim... Ele cumpriu o papel dele, que era trabalhar aqueles objetivos. Nós fizemos... Só que chegou um momento que ele... O contexto já não precisa mais. E aí é onde ele se transforma num objeto. Pra depois servir de pesquisa. Reflexão e tal. Mas, não é mais militante. Tá entendendo? Ele não é mais... Por exemplo, ele não tem... ele não tem a... ele não tem mais as sessões, vídeos, vídeos-debates, não recolhe mais material. Ele... né? Os cartazes, livros, jornais... Ele não tem mais os seus momentos de encontro. Ele não tem as pessoas. Entendeu? Então, vira um objeto nesse sentido. Sendo objeto... aquilo... aí perde. Descaracterizou... tudo o que a gente tava pensando sobre o arquivo. O CDP. Oh, até o nome. Centro de Documentação Popular, não é à toa. É ideológico isso, né? Político-ideológico. E aí...¹⁵⁴

Como podemos ver nesta fala, o Centro não têm mais, para o depoente, aquele significado que tinha quando surgiu – um Centro que atuasse para a formação da “classe trabalhadora” no enfrentamento com a classe dominante. Ronan deixa claro que hoje o CDP assumiu o papel que naquele tempo fora o alvo das críticas daqueles que o idealizaram. Ronan Hungria vê o CDP como um arquivo morto, que *já cumpriu sua função*. Hoje, em sua concepção, o CDP serve apenas para subsidiar pesquisas – *tornou-se um objeto e deixou de ser militante*. Percebi, na conversa com ele, certo desencanto em relação a tudo que aquele grupo sonhou e desejou para o CDP. Atribuímos isto aos

¹⁵⁴ Entrevista com Ronan Hungria, realizada no dia 30/06/2007.

diferentes significados daquela experiência para os sujeitos com ele envolvidos, o que nos possibilita pensar sobre os sentidos da necessidade histórica daquele Centro naquele momento. Aqui a necessidade é vista diante das possibilidades que estavam postas, qual caminho foi possível de ser trilhado.

Recorro à reflexão de Maria do Pilar Vieira, Maria do Rosário Peixoto e Yara Khoury, para pensar outros sentidos do CDP, ou seja, não vê-lo apenas como um *arquivo morto*, mas como um campo de possibilidades a ser trabalhado, por pesquisadores, professores, alunos.

*O que se busca no passado é algo que pode até ter-se perdido nesse passado, mas que se coloca no presente como questão não resolvida. Vendo a história como um campo de possibilidades, visualizam-se em cada momento, diferentes propostas em jogo e se uma delas venceu, venceu não porque tinha de vencer, mas por uma série de injunções que é preciso desvendar.*¹⁵⁵

É partindo deste suposto que acredito no papel ativo do CDP, cabendo a todos que dele tem conhecimento torná-lo referência àqueles que o produziram, que deixaram suas marcas e experiências naqueles registros que hoje estão sob a guarda do CDHIS. Podemos trabalhar das mais diversas maneiras: pesquisa, ensino e extensão. Penso que um dos caminhos é recuperar sua necessidade para além da pesquisa, e ampliar seu reconhecimento. Traçar uma rede de contatos, que possibilite o debate, a divulgação (em outros ambientes que não só o acadêmico, como exemplo em escolas), aliado ao hábito da pesquisa, como as experiências posteriores à fase de implementação.

Isso seria a possibilidade de interferir na produção da memória de maneira a valorizar a multiplicidade das memórias e histórias referentes aos grupos populares. Reescrevê-las e repensá-las em suas contradições, seria contribuir para um sentido de patrimônio coletivo que expressa as diversas experiências sociais.

¹⁵⁵ VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. Op. cit. p. 43

FONTES:

Correspondências:

- COLEÇÃO CDP. Carta datada 05/12/1987 e destinada ao “companheiro Francisco”. Documentos da Secretaria do CDP. Uberlândia: CDHIS/UFU.
- COLEÇÃO CDP. Carta datada de 05/03/1990 endereçada ao Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI – RJ). Documentos da Secretaria do CDP. Uberlândia: CDHIS/UFU.
- COLEÇÃO CDP. Carta datada de 05/03/1990, endereçada ao Centro de Memória Sindical de São Paulo. Documentos da Secretaria do CDP. Uberlândia: CDHIS/UFU.
- COLEÇÃO CDP. Carta enviada pelo CDP à Cáritas Brasileira, setor MG, datada de fevereiro de 1991. Documentos da Secretaria do CDP. Uberlândia: CDHIS/UFU.
- COLEÇÃO CDP Correspondência manuscrita, assinada por Fuçacó, sem destinatário especificado. Documentos da Secretaria do CDP. Uberlândia: CDHIS/UFU.
- COLEÇÃO CDP. Carta datada de 31/07/1991, enviada pelo CDP à diretoria de um sindicato (não indica qual é o sindicato). Documentos da Secretaria do CDP. Uberlândia: CDHIS/UFU.
- COLEÇÃO CDP. Carta datada de 13/03/1990, destinada à Secretária de Cultura do Município de Uberlândia – Terezinha Aparecida Magalhães. Documentos da Secretaria do CDP. Uberlândia: CDHIS/UFU.
- COLEÇÃO CDP. Carta datada de 27/06/1990, convidando para a inauguração da sede do CDP. Documentos da Secretaria do CDP. Uberlândia: CDHIS/UFU.
- COLEÇÃO CDP. Ofício datado de 22/06/1990, encaminhado ao Secretário Municipal de Serviços Urbanos – Adalberto Duarte da Silva. Documentos da Secretaria do CDP. Uberlândia: CDHIS/UFU.

Estatuto:

COLEÇÃO CDP. Estatuto manuscrito, 1990. Documentos da Secretaria do CDP. Uberlândia: CDHIS/UFU.

Guia de Pesquisa:

COLEÇÃO CDP. Guia de Pesquisa CDP, 1995. CDHIS/UFU.

Informativos do CDP:

- JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 01, n. 00, 1989
- O porquê do CDP. *Jornal do CDP*. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 01, n. 00, 1989.
- JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 01, n. 02, out.1989
- CDP INFORMA. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 2, mar.1990.
- CDP INFORMA. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 3, mar.1991.

Monografias:

ALMEIDA, Leila. *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões*. 1995. Monografia (Bacharelado)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 1995.

FRANCO, Alexia P. *A sobrevivência da memória popular*. 1990. Monografia (Bacharelado)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1990.

Entrevistas:

- Entrevista com Ronan Hungria, realizada em 30 jun. 2007, na biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Foi militante político de esquerda na cidade de Uberlândia (do Partido dos Trabalhadores). Assumiu cargo de formador da Central Única dos Trabalhadores, foi um dos idealizadores do CDP. Graduou-se em História pela UFU na década de 1980. Hoje está com quarenta e sete anos e é professor de História na rede municipal de ensino em Uberlândia.
- Entrevista com Aléxia Pádua Franco, realizada em 12 nov. 2007, na biblioteca da UFU. Participou do CDP, na Comissão de Documentação. Em fins da década de 1980 participou da Comissão de Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Uberlândia. Graduou-se em História pela UFU em 1990. Hoje está com quarenta anos e é professora efetiva da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia.

BIBLIOGRAFIA:

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Os famintos do Ceará. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 94-115.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999, p. 49-63.

CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. In: *Cultura e democracia*. São Paulo: Moderna, 1982, p. 3-13.

COMISSÃO Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concurso. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. *Manual de Orientação para arquivos*. Porto Alegre, 1985.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e Arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, n 21, 1998.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Patrimônio histórico e cidadania: uma discussão necessária. In. SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992, p. 9-11.

DAVIES, Nicholas. As camadas populares nos livros de História do Brasil. In PINSKY, Jaime (Org.) *O ensino de história e a criação do fato*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensado o ensino) p. 93-104.

FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água. 2004, p. 5-13.

_____. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p. 63-90, dez. 1993.

_____. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992.

FERREIRA, M. Loudes. Avaliação documental: teoria arquivística. In: *Os arquivos da administração pública nos municípios do Grande ABC paulista: a busca do fio de Ariadne*. 2005. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós- Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: *Os intelectuais e organização da cultura*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 3-23.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 282-295.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do "popular". In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil 2003, p. 247-264.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7 ed. Rio de Janeiro: DP & A. 2002.

HOBSBAWM, Eric. Dentro e fora da história. In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-21.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias e outras histórias: cultura e sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água. 2004, p. 116-138.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi.. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. V.1, Memória e História.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999, p. 11-29.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992, p. 25-28.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*. Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 59-72, 1996.

_____. História oral e memórias. Entrevista com Alessandro Portelli. *História e Perspectivas*. Uberlândia, n. 25-26, p. 27-54, jul./dez. 2001/jan./jun. 2002.

REYNA, Carlos Francisco Pérez. Gesto & Memória: Os brinquedos artesanais em Campinas. *Resgate: revista de cultura*. Campinas, n. 8, 1998.

RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n. 1, p. 9-22, 1978.

SILVA, Olga Brites da. Memória, preservação e tradições populares. SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992, p. 17-20.

THOMPSON, Edward. P. Intervalo: a lógica histórica. In: *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 47-61.

VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. Tempos e memórias. Caminhos para o sertanejo: quem conta Histórias? In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 247-262.

VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo. Ática, 1989. (Série Princípios).

WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 115-117.